

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1994/95

algodão, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho, soja

Alexandre de Pádua Carrieri, Alfredo Tsunechiro, Alfredo de Almeida Bessa Junior, Alivínio de Almeida, Ana Rosa Camillo Aguiar, Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira, César Roberto Leite da Silva, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna, José Roberto da Silva, Luiz Carlos Miranda, Marina Brasil Rocha, Mario Antonio Margarido, Mariza Zeferino Barbosa, Marli Dias Mascarenhas Oliveira, Minoru Matsunaga, Nelson Batista Martin, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Samuel José Magalhães Oliveira, Silene Maria de Freitas, Silvia Toledo Arruda, Sônia Santana Martins, Yuly Ivete Miazaki de Toledo¹

1 - INTRODUÇÃO

A safra de verão de 1994/95 tem sua decisão de plantio numa conjuntura marcada pela estabilidade econômica. Dessa forma, modificam-se os cenários das últimas safras quando a inflação elevada aumentava sobremaneira as incertezas, notadamente no plano financeiro. A adaptação a esse novo ambiente na economia brasileira leva algum tempo e, dessa maneira, realizar o prognóstico do que será a safra 1994/95, quase que no exato momento da adoção das medidas recentes de política econômica, constitui-se em tarefa sujeita a um grande número de eventos sobre os quais não se têm controle. Destaque-se, contudo, o comportamento da economia como um todo que deve repetir em 1994 taxas de crescimento do produto nacional próximas as do ano passado, o que de certa forma dá consistência à perspectiva de que o Brasil realmente está tendendo para novo período de crescimento após mais de uma década de movimentos erráticos de evolução do Produto Interno Bruto (PIB).

Na agricultura concretizou-se, por uma conjunção de inúmeras causas favoráveis, uma safra de grãos em torno de 76,8 milhões de toneladas de grãos em 1993/94, a maior da história brasileira. No primeiro semestre de 1994, as entregas de fertilizante da ordem de 4 milhões de toneladas revelam aumento de 12,1% em relação a igual período de 1993. O mesmo comportamento encontra-se no mercado de tratores, com vendas de 21.592 unidades de janeiro a julho de 1994, que praticamente equivale ao total vendido durante o ano inteiro de 1993 quando atingiu 21.882 unidades, abrindo uma perspectiva promissora de se atingir 42 mil unidades vendidas em 1994. No

consumo de calcário, considerando-se apenas o Estado de São Paulo, a comercialização foi de 1,27 milhão de toneladas nos primeiros sete meses de 1994 contra 1,12 milhão no mesmo período do ano anterior.

Quanto ao financiamento agrícola, o Plano de Safra de Verão 1994/95, divulgado em 10 de agosto de 1994, anunciou disponibilidade de recursos de R\$5,65 bilhões, o que representaria um incremento de 9,4% em relação ao total de crédito efetivado (custeio, investimento e comercialização) no período de agosto de 1993 a março de 1994.

Algumas inovações em relação a planos anteriores constituem-se em estímulos à tomada de crédito oficial por parte dos produtores. Entre as principais medidas destacam-se: a) o atendimento parcial das demandas dos agricultores, como a redução da correção monetária para algumas categorias de produtores e redução da taxa de juros nos financiamentos de custeio; b) destinação especial de recursos para a produção familiar através da instituição do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE); e c) inclusão da soja no rol dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Com as novas regras para o plantio da safra de verão 1994/95, o Governo Federal espera um incremento de 10% na produção.

Todavia, a administração macroeconômica do Plano Real poderá dificultar a destinação do volume de recursos para o crédito oficial estimado inicialmente. Para contornar esse tipo de dificuldade, constituiu-se nova fonte de financiamento, através de um fundo de investimento composto pelas disponibilidades de receita das empresas estatais, autarquias e fundações públicas, para compensar o aumento do

recolhimento compulsório do Banco Central das aplicações bancárias em geral e que deverá complementar os recursos do Banco do Brasil. Há indefinição, ainda, sobre o volume anunciado para efeito de equalização das taxas de juros, que depende de aprovação no Congresso, além da disposição dos bancos privados em oferecerem financiamento a taxas estabelecidas pelo Plano de Safra 1994/95.

Nos últimos anos, a agricultura tem conseguido diminuir a dependência e até mesmo reduzir a demanda pelos recursos do crédito oficial e apresentar crescimento, graças a complementação de recursos externos via financiamentos informais. Desde 1993, outros instrumentos de financiamento da safra vêm sendo formalizados para o segmento agrícola, no caso, o Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CM-G) e mais recentemente a Cédula de Produto Rural (CPR) em substituição/complementação aos recursos oficiais e que deverão modernizar o sistema de financiamento agrícola.

Para a safra 1994/95 espera-se aumento da demanda por recursos oficiais em função das expectativas favoráveis para a produção agrícola frente à estabilização da economia e das condições oferecidas pelo crédito formal, adicionadas ao quadro atual de restrições encontradas nas fontes complementares de financiamento. Portanto, a política monetária restritiva ao crédito em geral deve ser compatibilizada de forma a sustentar não só o volume de recursos previstos, bem como dar lastro ao provável aumento da demanda por crédito rural.

Dentro desses parâmetros a produção na próxima safra de verão deverá ser, no mínimo, igual a anterior, dependendo da evolução das condições climáticas. O Prognóstico Agrícola 1994/95 projeta expansão de área para as culturas de algodão, feijão e milho e manutenção, ou pequena redução, da área cultivada com soja e amendoim, além da diminuição da área plantada de mandioca. No caso do arroz, a área deverá ser a mesma nas regiões produtoras mais especializadas.

As medidas contidas no pacote agrícola são favoráveis à expansão da área de cultivo do algodão. É o caso do Valor Básico de Custeio (VBC) que deverá cobrir uma parte maior do desembolso do cotonicultor paulista, em comparação com anos anteriores. Na região de Campinas, o custo operacional efetivo calculado pelo Instituto de Economia Agrícola

(IEA) (R\$580,92/ha) deverá ter cobertura de 94,4% pelo VBC (produtividade de 2.001 a 2.400kg/ha), enquanto na região de Presidente Prudente o VBC cobre 89,7% do custo (rendimento de 1.905kg/ha). Outrossim, o preço mínimo (R\$5,50/arroba) é superior ao custo operacional total na região de Campinas (R\$4,64/arroba), porém abaixo do custo de Presidente Prudente (R\$5,84/arroba). O IEA prevê expansão de aproximadamente 15% na área cultivada com algodão no Estado de São Paulo e 20% para as demais regiões produtoras do Centro-Sul brasileiro.

A reação dos produtores de feijão a uma situação de mercado com preços elevados, que superam as expectativas, deverá resultar na ampliação da área plantada ou, até mesmo, na melhoria do nível tecnológico da cultura, aumentando assim a produtividade e a qualidade do produto. O VBC para feijão cobre no máximo 58,4% do custo operacional efetivo estimado pelo IEA em R\$324,63/ha, abaixo dos 65% de anos anteriores. O custo total de produção estimado pelo IEA para a primeira safra 1994/95 é de R\$417,08/ha, indicando pequena variação em termos reais, em relação aos três últimos anos. As médias dos preços de feijão recebidos pelos produtores paulistas nos últimos 24 meses foram bastante remuneradoras, indicando condições de mercado muito favoráveis para a próxima safra.

No caso do milho, as perspectivas para a próxima safra, em todo o Centro-Sul, são favoráveis ao aumento da produção, via substituição parcial da área de soja e melhoria de produtividade da cultura. O IEA estima expansão de área ao redor de 5%. Entre os fatores positivos, cite-se o aumento da demanda pelas indústrias de ração para aves de corte e de suínos, de alimentos para consumo humano, além das perspectivas desfavoráveis para a soja, que tradicionalmente compete em área com o milho.

Segundo estimativa do IEA, o custo operacional de produção de milho na região de Ribeirão Preto é de R\$329,35/ha, enquanto na região do Vale do Paranapanema esse custo é estimado em R\$310,40/ha. A taxa de cobertura de custo de produção pelo VBC (produtividade esperada de 4.800kg/ha) é de 64,8% nas duas regiões, no caso do médio e grande produtores. A cobertura é de 81% do custo de produção com a liberação de 100% do limite do VBC. Ao preço mínimo de R\$6,32/sc., o produ-

tor paulista terá margem bruta de 53,4% sobre o maior custo unitário.

Para a soja, a perspectiva de aumento da produção mundial e a defasagem cambial são fatores que podem justificar a manutenção, ou mesmo um pequeno recuo, da área plantada. O VBC fixado para a faixa de 1.601kg/ha a 2.000kg/ha deverá cobrir todo o montante de recursos requeridos para o plantio, já que os custos operacionais efetivos estimados pelo IEA para as regiões de Barretos e do Vale do Paranapanema e para a produtividade de 38 sacos/ha são, respectivamente, de R\$227,78/ha e R\$199,89/ha. O custo operacional total é coberto integralmente pelo preço mínimo, tanto na região de Barretos (R\$297,76/ha ou R\$7,83/sc.) como na região do Vale do Paranapanema (R\$255,84/ha ou R\$6,73/sc.).

Da mesma forma espera-se que a área de amendoim não fique muito aquém da safra anterior. Ao mesmo tempo, prevê-se aumento de produtividade devido à expansão de cultivo em áreas de reforma de canaviais na Alta Paulista. Na região de Marília, onde predominam pequenos e médios produtores, para obter 2.500kg/ha o agricultor terá uma despesa de R\$526,14/ha. Caso optar pelo financiamento de custeio (R\$393,38/ha), com limite de 80% sobre o VBC, o produtor terá de cobrir 40,2% das despesas operacionais com recursos próprios.

As perspectivas para o próximo plantio de arroz são favoráveis, porém existem incertezas quanto aos preços de mercado na época da colheita e mesmo em relação ao preço mínimo. Os VBCs permitem a cobertura de 57% (sequeiro) e 61% (irrigado) dos custos operacionais efetivos, supondo que o agricultor (médio e grande) tome financiamento de 80% do VBC. A equivalência produto para saldar o custeio seria de dezoito sacas de arroz de sequeiro e 27 sacas de irrigado, incluídos os juros correspondentes a nove meses, dados os preços mínimos em valores de agosto e o limite de 80% do VBC.

No conjunto, portanto, caso as condições de clima adversas não resultem em elementos perturbadores que levem a quedas de produtividade acentuadas, a produção em 1994/95 no tocante ao plantio de verão da Região Centro-Sul brasileira deve no mínimo ser igual à observada no ano agrícola 1993/94. Essa perspectiva tem como base, ainda, as atuais condições de mercado, que inclusive sofrerão

os impactos positivos da vigência plena de Tarifas Externas Comuns (TECs) zeradas no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) a partir de janeiro de 1995, ou seja, antes da colheita da safra que está em fase de plantio.

2 - FINANCIAMENTO DA SAFRA 1994/95

Nos primeiros anos da década de 90, tem persistido a retração no volume de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em função da redução dos gastos públicos com as principais políticas agrícolas. O declínio na relação entre os desembolsos do crédito rural e o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola, passando de 14% em 1990 a 9% em 1993, retrata a redução da importância dos recursos oficiais na formação do produto rural.

Para o custeio da safra de verão 1993/94, a oferta de recursos pelos bancos foi considerada suficiente, tendo sido liberados US\$4,0 bilhões no período de agosto de 1993 a março de 1994². Há que se acrescentar ainda a liberação antecipada de recursos para pré-custeio em junho e julho, totalizando então US\$4,87 bilhões³. O atendimento da demanda por crédito a esse reduzido nível de volume de recursos ofertado pode ser explicado pelo fato de que, frente ao desconhecimento do volume da dívida final, decorrente da atualização monetária em período de forte instabilidade da moeda, os agricultores reduziram o financiamento atrelado à Taxa Referencial de Juros (TR) e aumentaram o uso de fontes alternativas, com pagamento corrigido por uma unidade de valor mais tangível ao seu universo: o próprio produto. Consolidam-se, assim, outras formas alternativas de financiamento rural, quer seja caracterizado por adiantamento de recursos, financiamento ofertado por *trading* que opera no mercado futuro, troca por insumos, ou simplesmente por financiamento particular.

Na tentativa de ampliar os recursos de fontes formais de crédito agrícola, foi lançado no mercado o Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CM-G), pela Bolsa de Cereais de São Paulo, em 1993, e mais recentemente a Cédula de Produto Rural (CPR) do Banco do Brasil, que permitem o levantamento de capital de giro para o custeio da atividade.

Entre as atividades agrícolas com custeios financiados através do crédito oficial em 1993, destacaram-se as participações das lavouras de soja (19%), cana-de-açúcar (11%), milho (10%), arroz (10%), sementes (3,5%), algodão (2,4%) e trigo (1,2%). As demais culturas consideradas prioritárias não chegaram a atingir 1% do total destinado ao custeio agrícola.

2.1 - Regras de Financiamento Agrícola da Safra de Verão 1994/95

Para a próxima safra, o Plano de Safra de Verão 1994/95 previa inicialmente uma oferta de R\$5,65 bilhões (US\$6,28 bilhões), o que representaria um incremento de 9,4% em relação ao total de crédito efetivado (custeio, investimento e comercialização) no período de agosto de 1993 a março de 1994 (Tabela 1).

Esse acréscimo do volume de recursos deveria se originar, em parte, das aplicações em Fundos de *Commodities*, os quais têm apresentado crescente participação na oferta total do SNCR. A esse respeito, cite-se que, nos dois últimos anos, tem crescido a importância dos recursos da Poupança Rural, dos Depósitos Especiais Remunerados, além dos Fundos de *Commodities*, que, em conjunto, significaram 79% dos recursos administrados pelo Banco Central em 1993.

A novidade nesse Plano é o atendimento parcial das demandas dos agricultores, como a redução da correção monetária para algumas categorias de produtores e a redução da taxa de juros nos financiamentos.

Outra novidade vem a ser o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE), com o objetivo de incentivar a fixação da pequena produção familiar (Tabela 2).

O Tesouro Nacional deverá aportar para o PROVAPE cerca de R\$228 milhões para o custeio, com custo de financiamento de 4% a.a., acrescidos de R\$325 milhões para o Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda (EGF/COV) ou Aquisição do Governo Federal (AGF), e de R\$32,5 milhões a serem concedidos na aquisição do produto ao Preço Mínimo + 10%⁴. O financiamento a custo relativamente baixo é, entretanto, limitado a apenas 5

hectares por produtor.

O Tesouro Nacional comprometeu-se ainda a ressarcir aos bancos R\$600 milhões para a equalização das taxas de juros, a fim de garantir a disponibilidade de financiamento com TR acrescida da taxa de juros efetiva de 11% a.a. (11,5% a.a. para cana). Atualmente, a taxa de captação de recursos pelos bancos tem sido pela TR + 17% a.a. Além dessa taxa, os bancos querem a remuneração do custo de operacionalização acrescida do *spread*, o que deverá elevar significativamente a necessidade de recursos do Tesouro para a citada equalização das taxas de juros.

No entanto, permanece ainda indefinida a quantidade de recursos equalizáveis - cujo limite foi projetado em R\$2 bilhões para os bancos privados. Além do atraso na aprovação da Medida Provisória, a posterior decisão de ampliar o recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo, para inibir a oferta de crédito e controlar a quantidade de moeda na economia, dificultou a liberação dos recursos, o que poderá acarretar menor aplicação dos recursos previstos e piores condições para a agricultura. Cite-se que enquanto o financiamento da safra de verão 1993/94 foi antecipado, tendo sido liberados recursos para o pré-custeio a partir de junho de 1993, em junho e julho de 1994 foram desembolsados apenas US\$530 milhões para custeio, ou seja, 61% do que foi liberado no mesmo período do ano anterior.

No sentido de contornar os problemas surgidos de disponibilidade de recursos em decorrência de medidas macroeconômicas, o Conselho Monetário Nacional (CMN) divulgou a criação de um novo fundo de investimento para o custeio da safra 1994/95. A partir de 13 de setembro de 1994, as empresas estatais são obrigadas a aplicar suas disponibilidades diárias de dinheiro no Banco do Brasil (BB), num fundo de renda fixa de curto prazo. Do volume captado, cerca de US\$1 bilhão deverá ser destinado ao custeio agrícola. A diferença entre as taxas pagas pelo BB às estatais e a taxa cobrada dos agricultores será paga pelo Tesouro Nacional, a título de equalização, a qual se estima deverá consumir US\$70 milhões na safra.

Com respeito à participação dos bancos privados, dada a não-disposição do Governo em liberar gradativamente o compulsório, não há garantia que aquele montante de recursos passíveis de

TABELA 1 - Recursos Oficiais do Crédito Rural, Brasil, Safras 1993/94 e 1994/95

(US\$ bilhão)

Saфра	Proposto			Efetivado ¹			
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
1993/94	5,60	1,40	7,00	4,00	0,44	1,3	5,74
1994/95 ²	-	-	6,28	-	-	-	-

¹Os dados referem-se aos meses de agosto/93 a março/94, que correspondem ao período da safra de verão.

²O valor foi transformado em dólar (R\$0,90 = US\$1,00).

Fonte: Elaborada a partir de dados do Banco Central, Relatório de junho de 94, e Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA), Plano de Safra Verão 1994/95.

TABELA 2 - Taxa de Juros e Correção do Crédito por Categoria, Safras 1993/94 e 1994/95

Safra	Produtor familiar	Mini produtor	Pequeno produtor	Demais produtores
1993/94	-	6% + TR	9% + TR	12,5% + TR
1994/95	4% ¹	6%	6% + 0,5 TR	11% + TR ²

¹Famílias que dependam em 80% da produção agrícola e não empregaram mão-de-obra assalariada de forma permanente.

²Com exceção da cana que é de 11,5% + TR.

Fonte: Elaborada a partir de dados do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA), Plano de Safra, Verão 1994/95.

equalização seja destinado ao crédito rural, em função da elevada defasagem entre o custo do dinheiro captado e os 11% do financiamento rural, e ao caráter de espontaneidade da participação dos bancos privados. Acrescente-se, ainda, como complicador a falta de recursos governamentais para a equalização das taxas de juros.

2.2 - Valor Básico de Custeio (VBC) e Capacidade de Autofinanciamento

Continua em funcionamento o Sistema de equivalência em produto para algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e trigo, com a inclusão da soja.

Destaque-se o atendimento pontual dado aos produtores de soja, que poderão encontrar maiores dificuldades na próxima safra devido à forte competitividade no mercado internacional e ao maior constrangimento na oferta de recursos pelas fontes alternativas de financiamento.

Na safra 1993/94, o Tesouro não precisou suprir com recursos o programa de equivalência em produto, inclusive pela pequena demanda para esse tipo de contrato. Os produtores estiveram em posição favorável, e esse fato deverá permitir parte do financiamento da safra que se inicia. Especificamente para o Estado de São Paulo verifica-se que arroz, feijão e soja estão relativamente em melhores condições financeiras para a safra 1994/95 (Tabela 3).

Entende-se por capacidade de autofinancia-

TABELA 3 - Estimativa da Capacidade de Autofinanciamento dos Principais Produtos da Safra de Verão, Estado de São Paulo, Safras 1993/94 e 1994/95

Produto	Safra 1993/94 ¹	Safra 1994/95 ²
Algodão	0,68	0,57
Amendoim	-	0,12
Arroz de sequeiro	-	0,04
Arroz irrigado	0,02	0,30
Feijão	2,61	3,97
Milho	1,30	0,83
Soja	0,42	0,59

¹Receita líquida da safra 1992/93/VBC 1993/94.

²Receita líquida da safra 1993/94/VBC 1994/95:

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA).

mento o percentual do VBC da próxima safra (1994/95), que poderá ser coberto com recursos próprios do produtor, ou seja, pela receita líquida por ele auferida na safra passada. Convém lembrar, entretanto, que a receita líquida é a diferença entre a receita bruta e o custo operacional (despesas com insumos, mão-de-obra, combustível, juros bancários e seguro) não incluindo a remuneração aos fatores fixos de produção e nem mesmo a do produtor. De acordo com os dados apresentados, o único produtor com posição financeira mais folgada para o autofinanciamento é o de feijão, com a ressalva que esse resultado não foi obtido por todos os produtores, tendo em vista que os altos preços do feijão foram resultantes de movimentos especulativos de intermediação, quando a maior parcela da produção já havia sido comercializada pelos agricultores.

É interessante analisar, comparativamente, os VBCs divulgados para a próxima safra e as estimativas de custo de produção elaboradas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) para os principais produtos do Estado de São Paulo. Mesmo considerando o limite de financiamento de 100%, há necessidade de o produtor paulista dispor de, pelo menos, parte de recursos próprios para financiar sua lavoura (Tabela 4). Entre as culturas analisadas, a da

soja apresenta o maior percentual de cobertura de custeio, com o VBC correspondendo a 90% do custo operacional efetivo estimado. A menor cobertura (50%) é para o feijão que, neste caso, mostra-se coerente com os favoráveis resultados econômicos das últimas safras. O mesmo não acontece com amendoim e arroz, cujos produtores não têm cobertura total pelos respectivos VBCs e apresentam pequena capacidade de autofinanciamento.

Desde a safra passada, tem havido preocupação do Governo Federal em definir o montante máximo utilizável de recursos por produtor no SNCR, para o custeio de cada produto. Para a safra 1994/95 foi estabelecido o valor de R\$240 mil que, relacionado ao VBC estipulado a cada produto em níveis de produtividade do Estado de São Paulo, permite estimar as áreas máximas financiáveis dos principais produtos amparados pela política agrícola, para cada produtor (Tabela 5). De um modo geral, constata-se que essa medida não deverá se mostrar restritiva ao setor, uma vez que o número de hectares financiáveis por cultura pode ser considerado adequado para a maioria dos produtores paulistas. Por outro lado, para a agricultura em São Paulo, o financiamento desses produtos representa apenas 1/3 do total do volume de recursos administrados pelo Banco Central, e

TABELA 4 - Relação entre o Valor Básico de Custeio (VBC) e Estimativa de Custo Operacional (COE) das Principais Culturas, para o Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Produto	Produtividade por ha	COE ¹ (R\$)	VBC ² (R\$)	VBC/COE
Algodão	127@	642,76	509,32	0,79
Amendoim	130sc.25kg	595,96	393,38	0,66
Arroz irrigado	70sc.60kg	563,79	387,81	0,69
Arroz de sequeiro	27sc.60kg	286,98	185,33	0,65
Feijão ³	27sc.60kg	378,16	189,49	0,50
Milho ³	80sc.60kg	280,41	217,92	0,78
Soja ³	38sc.60kg	255,88	231,43	0,90

¹Corresponde aos desembolsos efetivos do produtor (incluindo encargos sociais de mão-de-obra e seguro agrícola) estimados pelo Instituto de Economia Agrícola, para regiões produtoras específicas do Estado de São Paulo.

²Supondo limite de financiamento de 100% do VBC para as lavouras.

³Os níveis de produtividade correspondentes às estimativas de custo de culturas elaboradas pelo IEA ultrapassam os limites máximos de produtividade dos respectivos VBCs.

Fonte: Elaborada a partir de dados do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA), Plano de Safra de Verão 1994/95 e Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 5 - Estimativa da Área Máxima Financiável no Estado de São Paulo, por Produtor e Cultura Safra, 1994/95¹

Produto	VBC ² (R\$/ha)	Área máxima financiável (ha)
Algodão	509,32	471
Amendoim	393,38	610
Arroz irrigado	387,81	619
Arroz de sequeiro	185,33	1.295
Feijão	189,49	1.267
Milho	217,92	1.101
Soja	231,43	1.037

¹Área máxima financiável, segundo o limite de R\$240.000,00 por produtor e cultura.

²Os valores de VBC correspondem a 100% do limite de financiamento e a níveis de produtividade representativos das principais regiões produtoras do Estado de São Paulo.

Fonte: Elaborada a partir de dados do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA), Plano de Safra de Verão 1994/95.

a cana-de-açúcar é a grande absorvedora dos recursos bancários, sendo que, em 1993, sua participação foi de 39% do total do crédito de custeio.

2.3 - Preços Mínimos

Em relação às novas regras para o Plano de Safra de Verão 1994/95, o Governo Federal incluiu a soja como produto amparado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

O Governo decidiu, ainda, que os valores dos preços mínimos de arroz, feijão e milho fossem mantidos nos mesmos níveis da safra 1993/94 até 1º de fevereiro de 1995, data em que seriam revistos. Dos principais produtos cultivados no Estado de São Paulo, somente o algodão terá aumento de 10% no preço mínimo em relação ao que o mercado estiver praticando em dezembro de 1994. Essa medida corresponde a um estímulo para o aumento de produtividade do produto, especificamente de um tipo (básico 6 com fibra entre 30 e 32mm).

É de se esperar que os preços divulgados no início da safra sejam revistos, na data pré-determinada, conforme a correção dos empréstimos bancários durante esse período de tempo. Dessa maneira, os produtos com preço mínimo e que gozam do sistema de equivalência em produto só estarão sujeitos a um único risco financeiro: a falta de recursos do Governo para cumprir integralmente, no final da safra, as medidas propostas nesse início de ano agrícola.

2.4 - Financiamento Informal na Safra 1994/95

Para essa nova safra os agricultores, principalmente sojicultores, poderão ter maiores dificuldades para obter empréstimos rurais fora do sistema formal de crédito.

Os problemas de inadimplência nos contratos de compra antecipada de soja verde, registrados na safra 1993/94, aumentaram o risco desses mercados, o que deve inibir as ações dos agentes informais de crédito. Como resultado, os limites de compra devem ficar mais estreitos, os juros implícitos maiores, a seleção de clientes tornar-se mais rigorosa e a

escala de negócios diminuir sensivelmente.

Essa redução no volume de recursos transacionados, via financiamento informal, poderá ter reflexos negativos sobre o produto agrícola da safra 1994/95. Note-se que o agricultor tem se valido substancialmente desse tipo de crédito para complementar ou, mesmo, substituir o crédito formal escasso. Há evidências de que, em média, o montante de crédito informal tomado chega a representar 70% do crédito formal para os produtores que têm acesso aos dois tipos de financiamento.

Por outro lado, o aumento dos juros nos mercados informais é, também, um sério problema. Considerando que, em média, os juros implícitos no crédito informal chegam a ser, em termos reais, três vezes maiores que os do crédito formal, um aumento para compensar o maior risco pode, até, inviabilizar algumas formas operacionais desses mercados.

Diante desse cenário pode-se antever que os produtores necessitados de recursos externos terão dificuldades em obtê-los informalmente. Contudo, o fato de não estarem submetidos às regras do sistema financeiro formal proporciona muita flexibilidade aos mercados informais. E esse dinamismo reflete-se em alta capacidade de gerar e gerir novas formas de operação.

3 - MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Para a decisão de plantio influem diretamente calcário, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes, enquanto que as máquinas agrícolas estão relacionadas com a capacidade de produção.

3.1 - Calcário

De acordo com informações do Sindicato das Empresas Extrativas, Industriais, Comerciais e Intermediadoras de Calcário, Cal e Derivados para Uso Agrícola, do Estado de São Paulo (SINDICAL), o consumo de calcário no Estado de São Paulo em 1993 apresentou comportamento praticamente semelhante em relação ao ano anterior, passando de 3,43 milhões de toneladas para 3,61 milhões de toneladas,

ou seja, variação de apenas 5,3%. Comparativamente a 1991, o consumo de calcário em 1993 evoluiu de forma expressiva, pois houve crescimento de aproximadamente 55,0%⁵.

A indústria paulista produtora de calcário é composta de 38 empresas, as quais, conjuntamente, possuem capacidade de produção instalada, com jornada normal de trabalho, em torno de 4,629 milhões de toneladas/ano. Dado que as vendas de calcário no Estado de São Paulo em 1993 totalizaram cerca de 2,499 milhões de toneladas pode-se inferir que esse setor operou com capacidade ociosa no Estado de São Paulo em torno de 46,0% em 1993 contra 54,7% no ano anterior. O tipo predominante de calcário produzido pela indústria paulista foi o dolomítico faixa B, que se caracteriza por possuir concentração de óxido de magnésio acima de 12,0%, e com poder de neutralização (PRNT) entre 60,1% e 75,0%.

As vendas de calcário no Estado de São Paulo, nos primeiros sete meses de 1994, atingiram a marca de 1,266 milhão de toneladas contra 1,119 milhão de toneladas em igual período de 1993, representando acréscimo de 13,2%. Em termos de valor, no mesmo período, houve aumento de US\$15.350.095,00 para US\$18.549.049,00, com variação de 20,8%. O consumo de calcário no Estado apresentou pequeno acréscimo passando de 1.729.373 para 1.829.562 toneladas, correspondendo a acréscimo de 5,8%. Quanto aos valores envolvidos, o consumo de calcário evoluiu de US\$22.469.661,00 para US\$25.092.345,00, equivalendo ao crescimento de 11,7%. A relação vendas/consumo, para os sete primeiros meses de 1994, mostra que 69,2% do calcário consumido no Estado de São Paulo foi suprido pela indústria paulista, enquanto que o restante foi proveniente de outros Estados. As culturas que mais demandaram calcário no Estado no decorrer do referido período de 1994 foram cana-de-açúcar e laranja.

No Estado de São Paulo, do total de 1,830 milhão de toneladas de calcário consumidas no período de janeiro a julho de 1994, cerca de 1,096 milhão de toneladas (59,9%) foram supridas pelas empresas associadas ao SINDICAL, 170,5 mil toneladas (9,3%) de empresas não associadas ao referido Sindicato e os restantes 563,0 mil toneladas (30,8%) foram importados de outros estados

(Tabela 6).

As projeções do SINDICAL apontam, em 1994, consumo no Estado de São Paulo da ordem de 3,972 milhões de toneladas, sendo que desse total 2,300 milhões de toneladas serão supridas pela própria indústria paulista, enquanto que 1,201 milhão de toneladas terá como origem o Estado de Minas Gerais e os restantes 471 mil toneladas o do Paraná. Caso essa estimativa se confirme, representará aumento no consumo de calcário no Estado de São Paulo para 1994 em aproximadamente 10,0% comparativamente a 1993. Em termos de valores, espera-se que sejam geradas receitas totalizando em torno de US\$49,5 milhões, ou seja, 7,2% a mais que no ano anterior. Dentre os principais fatores condicionantes relacionados ao aumento previsto no consumo de calcário para 1994 destacam-se a estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real e, também, o fato de a relação de troca no período de janeiro a julho do referido ano ter sido favorável aos agricultores para a maioria das culturas em comparação a igual período de 1993. A relação de troca foi favorável para as seguintes culturas: algodão, feijão, soja, laranja e cana-de-açúcar, sendo as duas últimas as que tradicionalmente mais demandam calcário agrícola. A relação manteve-se estável para arroz e pastagens, piorando somente para milho e trigo.

3.2 - Defensivos Agrícolas

As vendas totais de defensivos agrícolas no Brasil em 1993 atingiram US\$1.049,8 milhões contra US\$947,4 milhões no ano anterior, o que representa aumento de 10,8% no faturamento do setor, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG) (Tabela 7).

A *performance* positiva do setor deveu-se principalmente às evoluções nas vendas de herbicidas e de fungicidas, responsáveis, respectivamente, por 56% e 16% das vendas totais efetuadas. No segmento de herbicidas, as vendas cresceram 14,1% (US\$588,6 milhões em 1993 e US\$515,7 milhões em 1992), em função da maior demanda desses produtos para cana-de-açúcar, soja e milho (especialmente milho safrinha); as vendas de fungicidas passaram de US\$144,8 milhões, em 1992, para US\$166,4 mi-

TABELA 6 - Estimativa de Consumo de Calcário Agrícola no Estado de São Paulo, 1993/94

Mês	Associados (t)	Não associados (t)	Outros estados (t)	Total	
				Quantidade ¹ (t)	Valor (US\$)
1993					
Jan.	89.040,4	13.854,6	45.740,0	148.635,0	1.804.870
Fev.	80.761,2	12.566,4	41.487,0	134.814,6	1.421.970
Mar.	84.973,1	13.221,8	43.650,6	141.845,5	2.160.287
Abr.	129.287,6	20.117,1	66.415,0	215.819,7	2.952.718
Mai	196.630,0	30.595,6	101.008,8	328.234,4	4.241.002
Jun.	197.164,0	30.678,7	101.283,1	329.125,8	4.267.964
Jul.	258.131,1	40.165,2	132.601,9	430.898,2	5.620.850
Ago.	357.832,7	55.678,7	183.818,6	597.330,0	6.860.963
Set.	293.954,6	45.886,7	151.491,1	491.332,4	6.868.756
Out.	224.308,6	34.902,4	115.227,3	374.438,3	4.490.339
Nov.	135.708,1	21.116,1	69.713,2	226.537,4	2.682.527
Dez.	114.749,2	17.854,9	58.946,6	191.550,7	2.778.638
Total	2.162.540,6	336.638,2	1.111.383,2	3.610.562,0	46.150.884
1994					
Jan.	87.009,8	13.538,7	44.696,9	145.245,4	1.674.106
Fev.	104.189,6	16.211,9	53.572,2	173.923,7	2.076.363
Mar.	100.856,6	15.693,2	51.810,0	168.359,8	2.257.684
Abr.	108.191,5	16.834,6	55.577,9	180.604,0	2.547.188
Mai	161.699,4	25.160,4	83.064,9	269.924,7	3.720.982
Jun.	216.931,2	33.754,5	111.437,5	362.123,2	5.612.433
Jul.	317.127,6	49.345,0	162.908,4	529.361,0	7.203.589
Total	1.096.005,7	170.538,3	563.067,8	1.829.541,8	25.092.345

¹Refere-se ao somatório das vendas das empresas associadas e não associadas ao SINDICAL, assim como do calcário proveniente de outros estados.

Fonte: Sindicato das Empresas Extrativas, Industriais, Comerciais e Intermediadoras de Calcário, Cal e Derivados para Uso Agrícola, do Estado de São Paulo (SINDICAL).

TABELA 7 - Valor de Vendas de Defensivos Agrícolas, por Classe, Brasil, 1991-93

(em US\$1.000,00)

Classe	1991	1992	1993 ¹
Inseticidas	231.185	194.584	195.894
Acaricidas	56.219	64.360	73.816
Fungicidas	147.112	144.827	166.384
Herbicidas	533.591	515.714	588.597
Outros ²	19.953	27.914	25.120
Total	988.060	947.399	1.049.811

¹Dado preliminar.²Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes e fitohormônios.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

lhões, em 1993, acusando aumento de 14,9%, devido à maior incidência de doenças nas culturas de inverno. Destacam-se, também, as vendas de acaricidas, representando 7,0% das vendas totais, e que obtiveram incremento de 14,7% (US\$73,8 milhões em 1993 em relação a US\$64,4 milhões em 1992).

Nos últimos três anos, o faturamento do setor de defensivos agrícolas evoluiu de US\$988,1 milhões em 1991 para US\$1.049,8 milhões em 1993, o que representa crescimento de 6,2%. O segmento dos inseticidas, em 1991 e 1992, apresentou diminuição significativa nas vendas, que pode ser creditada a diminuição da área plantada de algodão, uma das principais demandantes desses agroquímicos. Em 1993, verificou-se faturamento semelhante ao do ano anterior, sendo que se registrou aumento significativo nas vendas desses produtos para milho e batata-inglesa.

O segmento de herbicidas apresentou crescimento no valor das vendas de 10,3% (US\$588,6 milhões em 1993 em relação a US\$533,6 milhões em 1991), que pode ser explicado pela expansão da área plantada e pela melhor relação de troca nas culturas de soja, cana-de-açúcar e milho.

O incremento no valor das vendas foi de

13,1% para fungicidas (US\$166,4 milhões em 1993 em relação a US\$147,1 milhões em 1991) e de 31,3% para acaricidas (US\$73,8 milhões em 1993 em relação a US\$56,2 milhões em 1991). O segmento "outros", que engloba antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes e fitohormônios, obteve crescimento de 26,2% nas vendas dos últimos três anos. Porém, esse segmento possui uma representação pequena nas vendas do setor, respondendo em média por 2,4% do total.

A vinculação do setor a um pequeno número de culturas lhe confere certa susceptibilidade às variações de preço, área plantada e produção. A soja, no período 1991-93, respondeu em média por 28,0% do faturamento do setor de defensivos agrícolas, seguida da cana-de-açúcar, com 11,3% e dos citros, com 9,4% do total das vendas efetuadas. Para soja, as vendas passaram de US\$272,8 milhões em 1991 para US\$299,8 milhões em 1993. A cana-de-açúcar respondeu por US\$139,3 milhões das vendas de agroquímicos em 1993 em relação a US\$94,6 milhões em 1991. Quanto às outras principais culturas, observaram-se aumentos de US\$26,9 milhões nas vendas para milho (com participação de 6,5% no total), de US\$26,6 milhões para citros (9,4% das vendas), de US\$5,7 milhões para café (4,6% das

vendas) e de US\$7,6 para batata (3,4% das vendas). Ocorreram quedas de US\$20,3 milhões nas vendas para algodão e de US\$19,1 milhões nas de arroz irrigado, atividades que participaram, respectivamente, com 4,6% e 5,8% do total das vendas. Nas demais culturas, nas quais se destaca a participação do trigo (3,6%), não ocorreram variações significativas (Tabela 8).

Em nível de cada segmento, é ainda maior a vulnerabilidade do setor, dada essa dependência a algumas poucas culturas. Nos últimos três anos, os citros responderam por 92,6% das vendas de acaricidas; nas vendas de herbicidas, soja, cana-de-açúcar e arroz participaram, respectivamente, com 42,1%, 19,8% e 10,3%. Nas vendas de fungicidas tem significância as culturas de trigo (16,5%) e de batata (13,5%). Em inseticidas destacam-se soja (22,0%) e algodão (15,6%) e as vendas de "outros" concentram-se em fumo (52,4%).

Em termos de preços dos defensivos agrícolas, as indicações são de que entre julho de 1992 e julho de 1993 os reajustes têm se situado praticamente nos mesmos níveis da inflação no período. Tomando-se por base a estimativa dos preços reais pagos pelos agricultores na Cidade de São Paulo, de 21 produtos pesquisados, onze apresentaram elevação de preços, destacando-se o inseticida Nuvacrom 400 e o acaricida Neoron 500 EC, que tiveram seus preços reais aumentados em 30,3% e 26,2%, respectivamente, enquanto os demais apresentaram aumentos reais de 9,6% em média. Dos dez produtos que tiveram queda real nos preços, destacam-se o acaricida Kelthane EC (25,9%) e o oxicloreto de cobre 50% (18,5%), sendo que a média da queda dos preços reais foi de 5,9% (Tabela 9). A política tarifária do governo, que a partir de julho de 1993 eliminou as tarifas de importação de defensivos agrícolas, pode ser responsável pela diminuição dos preços desses insumos, tendo-se neste ano indicações de aumento da importação de agroquímicos e de diminuição da produção nacional.

Tendo em vista a implantação, em janeiro de 1995, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi atribuído ao Comitê de Sanidade Vegetal (COSAVE) estabelecer as diretrizes fitossanitárias a serem implantadas pelos países-membros. Em nível do COSAVE, o Grupo Técnico de Praguicidas realizou análise das legislações nacionais de agrotóxi-

cos e propôs uma harmonização das legislações dos países-membros, via estabelecimento de requisitos comuns para o registro de agroquímicos, sendo que ainda encontra-se em estudos a definição do sistema operacional para registro desses produtos. Quando da entrada em vigor do MERCOSUL, esse tratado predominará sobre as legislações nacionais, ou seja, estas deverão se adequar às diretrizes fitossanitárias estabelecidas pelo MERCOSUL.

Em nível das legislações estaduais de agrotóxicos, o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, com base nos conflitos existentes entre as Legislações Estaduais e a Legislação Nacional de Agrotóxicos (Lei 7.802/89), incumbiu-se de propor uma harmonização entre as Legislações Estaduais, tendo como perspectiva uma compatibilização com as diretrizes a serem estabelecidas pelo MERCOSUL.

No Estado de São Paulo, em 1994, foi instituído pelas Secretarias de Agricultura e Abastecimento, da Saúde e do Meio Ambiente, um grupo de trabalho com o objetivo de estudar e indicar os procedimentos quanto à destinação final de embalagens de agrotóxicos no Estado.

Em 1994, com relação a tributação alterou-se o convênio ICMS 36/92, de 03/04/92, que reduz a base de cálculo do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais com insumos agropecuários pelo convênio 29/94, que reduz em 50% a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais de acaricidas, nematicidas, raticidas, desfolhantes, desseccantes, espalhantes, adesivos e estimuladores de crescimento. Também o convênio ICMS 124/93, de 09/12/93, atualiza o convênio 36/93, o qual dispensava de pagamento as operações internas de insumos agropecuários no Estado de São Paulo até 30 de junho de 1994. E o convênio ICMS 114/93, de 09/12/93, amplia as possibilidades de redução na base de cálculo e isenção nas saídas dos insumos agropecuários ao não exigir que estas saídas sejam destinadas ao produtor, à cooperativa de produtores, à indústria de ração animal ou do órgão estadual de fomento e desenvolvimento agropecuário, requisito antes necessário para uso do benefício (convênio ICMS 36/92). Em 1994, o setor de defensivos agrícolas tem como expectativa crescimento no faturamento a um nível maior que o do ano anterior, apesar da reversão no

TABELA 8 - Vendas de Defensivos Agrícolas, por Destinação e por Classe, Brasil, 1991-93

(em US\$1.000,00)

(continua)

Destinação	Acaricidas			Fungicidas			Inseticidas		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993	1991	1992	1993
Algodão	2.150	897	1.307	-	40	64	41.392	28.342	27.607
Amendoim	-	-	-	1.111	867	1.477	805	277	558
Arroz de sequeiro	-	-	-	1.902	636	595	137	228	535
Arroz irrigado	-	-	-	637	787	1.141	642	1.040	1.243
Batata-inglesa	-	-	24	20.503	18.885	22.320	9.601	11.227	14.470
Café	10	9	13	17.938	17.033	23.468	15.970	13.255	13.957
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	61	431	669
Citros	51.101	60.574	68.181	12.366	10.146	13.284	6.804	11.216	9.107
Feijão	179	227	44	10.418	11.383	13.255	5.716	3.911	6.639
Fumo	-	-	-	2.307	2.868	1.751	12.668	16.688	12.887
Milho	-	-	-	-	-	851	4.383	9.015	14.155
Soja	-	-	-	343	553	2.231	55.194	40.746	40.843
Tomate	177	189	1.419	13.603	12.684	15.653	9.892	8.700	10.474
Trigo	16	-	-	23.816	25.883	26.283	3.449	4.074	2.715
Fruticultura em geral	1.401	2.025	2.006	17.527	15.875	15.820	3.654	4.428	5.454
Hortaliças	310	331	533	9.094	13.515	12.861	7.941	9.224	8.068
Trat. de sementes	-	-	0	9.457	9.524	9.088	23.240	15.551	15.642
Outros ¹	875	108	289	6.090	4.148	6.242	29.636	16.231	10.871
Total	56.219	64.360	73.816	147.112	144.827	166.384	231.185	194.584	195.894

¹Alho, áreas industriais, cacau, cebola, formigas, grãos armazenados, reflorestamento e outros.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

TABELA 8 - Vendas de Defensivos Agrícolas, por Destinação e por Classe, Brasil, 1991-93

(em US\$1.000,00)

(continua)

Destinação	Acaricidas			Fungicidas			Inseticidas		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993	1991	1992	1993
Algodão	2.150	897	1.307	-	40	64	41.392	28.342	27.607
Amendoim	-	-	-	1.111	867	1.477	805	277	558
Arroz de sequeiro	-	-	-	1.902	636	595	137	228	535
Arroz irrigado	-	-	-	637	787	1.141	642	1.040	1.243
Batata-inglesa	-	-	24	20.503	18.885	22.320	9.601	11.227	14.470
Café	10	9	13	17.938	17.033	23.468	15.970	13.255	13.957
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	61	431	669
Citros	51.101	60.574	68.181	12.366	10.146	13.284	6.804	11.216	9.107
Feijão	179	227	44	10.418	11.383	13.255	5.716	3.911	6.639
Fumo	-	-	-	2.307	2.868	1.751	12.668	16.688	12.887
Milho	-	-	-	-	-	851	4.383	9.015	14.155
Soja	-	-	-	343	553	2.231	55.194	40.746	40.843
Tomate	177	189	1.419	13.603	12.684	15.653	9.892	8.700	10.474
Trigo	16	-	-	23.816	25.883	26.283	3.449	4.074	2.715
Fruticultura em geral	1.401	2.025	2.006	17.527	15.875	15.820	3.654	4.428	5.454
Hortaliças	310	331	533	9.094	13.515	12.861	7.941	9.224	8.068
Trat. de sementes	-	-	0	9.457	9.524	9.088	23.240	15.551	15.642
Outros ¹	875	108	289	6.090	4.148	6.242	29.636	16.231	10.871
Total	56.219	64.360	73.816	147.112	144.827	166.384	231.185	194.584	195.894

¹Alho, áreas industriais, cacau, cebola, formigas, grãos armazenados, reflorestamento e outros.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

TABELA 8 - Vendas de Defensivos Agrícolas, por Destinação e por Classe, Brasil, 1991-93

(em US\$1.000,00)

Destinação	(conclusão)								
	Herbicidas			Outros ¹			Total		
	1991	1992	1993	1991	1992	1993	1991	1992	1993
Algodão	13.755	10.449	8.711	1.144	643	410	58.441	40.371	38.099
Amendoim	36	149	-	66	18	8	2.018	1.311	2.043
Arroz de sequeiro	3.064	1.559	1.155	133	31	1	5.236	2.454	2.286
Arroz irrigado	63.623	61.313	43.691	453	466	138	65.355	63.606	46.213
Batata-inglesa	1.017	1.024	1.882	135	35	210	31.256	31.171	38.906
Café	9.855	13.919	12.236	212	82	22	43.985	44.298	49.696
Cana-de-açúcar	91.782	99.402	132.640	2.799	3.821	5.996	94.642	103.654	139.305
Citros	8.866	11.912	15.196	206	290	212	79.343	94.138	105.980
Feijão	9.433	8.246	13.368	266	211	385	26.012	23.978	33.691
Fumo	1.544	2.158	478	8.162	17.255	12.842	24.681	38.969	27.958
Milho	49.318	50.764	65.398	218	90	455	53.919	59.869	80.859
Soja	214.309	217.928	254.121	2.998	2.010	2.677	272.844	261.237	299.872
Tomate	443	371	167	95	42	119	24.210	21.986	27.832
Trigo	7.261	4.709	3.908	84	36	15	34.626	34.702	32.921
Fruticultura em geral	3.118	3.048	1.380	2.357	1.517	1.243	28.057	26.893	25.903
Hortaliças	3.539	2.901	3.154	197	103	211	21.081	26.074	24.827
Trat. de sementes	-	-	-	-	-	-	32.697	25.075	24.730
Outros ²	52.628	25.862	31.112	428	1.264	176	89.657	47.613	48.690
Total	533.591	515.714	588.597	19.953	27.914	25.120	988.060	947.399	1.049.811

¹Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes e fitohormônios.²Alho, áreas industriais, cacau, cebola, fornigas, grãos armazenados, reflorestamento e outros.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

TABELA 9 - Preços Médios de Defensivos Agrícolas Pagos pelos Agricultores, Cidade de São Paulo, Julho de 1993 e Julho de 1994

Especificação	Unidade	Julho/93 ¹ (a)	Julho/94 ² (b)	Variação (%) (b)/(a)
Acaricida				
Kelthane EC	1,5l	33,59	24,90	-25,9
Neoron 500 EC	800ml	22,17	27,99	26,2
Omite	l	21,63	22,21	2,7
Formicida				
Mirex extra	1/2kg	4,12	3,96	-3,9
Fungicida				
Bayfidan	l	43,13	41,64	-3,4
Cercobin M70 BR	5kg	99,92	96,83	-3,1
Dithane M-45	kg	6,60	7,37	11,7
Manzate BR	cx. 25kg	154,53	148,33	-4,0
Oxicl. de cobre 50%	kg	4,65	3,79	18,5
Tilt 250 CE	l	48,52	51,43	6,0
Herbicida				
Karmex 500	5lt	46,76	55,23	18,1
Primextra 500 FW	5l	37,72	39,97	6,0
Round Up	5l	64,60	60,93	-5,7
Tordon 2.4 D	20l	266,84	300,10	12,5
Trifluralin	5l	39,03	32,45	-16,8
Scepter	5l	181,55	216,65	19,3
Inseticida				
Ambush 500 CE	l	79,28	75,09	-5,3
Decis 25 CE	l	26,92	27,37	1,7
Furadan 5 G	10kg	29,47	27,86	-5,5
Nuvacron 400	l	7,92	10,32	30,3
Óleo secante				
Triona B	20l	24,49	26,59	8,6

¹Valores em R\$ de julho de 1994, corrigidos pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²Valores em R\$.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

volume das transações realizadas no período de implantação do Plano Real.

De janeiro a maio de 1994, o faturamento do setor foi de US\$364,6 milhões, valor 29% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior (US\$282,9 milhões). Esse incremento nas vendas pode ser creditado à comercialização de herbicidas para a soja (antecipação das compras para a safra de verão), ao aumento nas vendas de acaricidas para a citricultura e as de fungicidas para feijão, batata, tomate, trigo e hortaliças.

Porém, em junho e julho de 1994 ocorreu retração nas vendas, devido à expectativa provocada pelo novo plano econômico. Em junho de 1994, o valor das vendas foi de US\$82,5 milhões, 8,3% inferior ao registrado em junho de 1993 (US\$89,3 milhões) e, em julho de 1994, o faturamento do setor de US\$91,6 milhões foi 6,6% menor ao registrado no mesmo mês do ano anterior (US\$97,6 milhões). Nesse período, os segmentos que mais sentiram a retração foram, em junho de 1994, os herbicidas, com queda nas vendas para soja, cana-de-açúcar, milho e arroz, e, em julho de 1994, os inseticidas, com diminuição nas vendas para soja e algodão, e os fungicidas, devido à geadas que prejudicou as vendas para culturas de hortaliças e feijão irrigado.

Apesar da situação desfavorável nesses últimos dois meses, o faturamento do setor, entre janeiro e julho de 1994, atingiu US\$538,7 milhões, apresentando crescimento de 14,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (US\$ 469,8 milhões) (Tabela 10).

A expectativa do setor é de crescimento em 1994, embora em níveis inferiores ao obtido no primeiro semestre, observando-se que o maior volume de vendas é efetuado com o plantio da safra das águas, ou seja, as vendas do setor se concentram em geral no período de julho a novembro de cada ano. Espera-se para 1994 um crescimento no faturamento do setor em torno de 10% em relação ao ano anterior. Essa expectativa não é ainda mais elevada dado que, se por um lado, o setor é favorecido pela relação de troca favorável entre grãos e insumos e pela estabilidade de preços para as principais culturas demandantes desses insumos, por outro, é desestimulado pela prolongada seca e pelas altas taxas de juros, que não estimulam o estoque desses produtos em nível do produtor.

3.3 - Fertilizantes

Em 1993, o consumo efetivo de fertilizantes no Brasil foi o maior dos últimos oito anos (1986-93), perfazendo 10,54 milhões de toneladas de produto, com incremento de 13,6% em relação ao ano anterior (Tabela 11). Os principais fatores que condicionaram o aumento na demanda foram: a) relações de troca favoráveis para diversas culturas, tais como arroz, café, cana-de-açúcar, soja, milho e feijão (Tabela 12), b) aumento na área plantada de soja, em função da recuperação dos preços do produto no mercado internacional. Com isso houve incremento no consumo por unidade de área, passando de 147kg/ha em 1992 para 170kg/ha em 1993 (maior quantidade média constatada no período 1986-93).

A cultura que mais demandou fertilizantes, em 1993, foi a soja, com consumo estimado em 2,44 milhões de toneladas de produto, seguida pelo milho e pela cana-de-açúcar, sendo esse conjunto de culturas responsáveis por 61,1% da quantidade total de fertilizantes consumida nesse ano. Em relação ao ano anterior, o consumo de fertilizantes cresceu para as seguintes culturas: algodão herbáceo (11,1%), arroz (7,1%), batata (20,0%), cacau (16,7%), café (7,4%), cana-de-açúcar (5,3%), cevada (30,0%), milho (26,3%), olerícolas (25,0%), soja (32,6%) e tomate (7,1%). Observou-se retração no consumo em apenas algumas culturas, como fumo (17,2%), laranja (6,3%) e trigo (11,1%) (Tabela 13).

Os agricultores terminaram 1993 com estoques de fertilizantes bastante baixos, ou seja, de apenas 145 mil toneladas de produto, praticamente igual ao estoque inicial (147 mil), fato que pode ser atribuído principalmente ao alto custo financeiro da estocagem.

Em 1993, a quantidade de fertilizantes entregue ao consumidor final no Brasil totalizou 10,54 milhões de toneladas de produto, com aumento de 13,6% em relação ao ano precedente. O incremento nas entregas foi observado em todos os estados da Região Centro-Sul, exceto o do Rio de Janeiro. O Estado que mais demandou fertilizantes, foi o de São Paulo, com entregas de 2,837 milhões de toneladas de produto, as quais destinaram-se principalmente às seguintes culturas: cana-de-açúcar, milho, laranja, soja e café (Tabela 14).

TABELA 10 - Estimativa do Valor das Vendas de Defensivos Agrícolas, por Classe, Brasil, Janeiro a Julho de 1993 e Janeiro a Julho de 1994

(em US\$1.000,00)

Classe	Jan.-jul./93 (a)	Jan.-jul./94 (b)	Variação (%) (b)/(a)
Inseticidas	82.040	118.276	44,2
Acaricidas	35.369	40.435	14,3
Fungicidas	96.126	102.189	6,3
Herbicidas	235.715	258.919	9,8
Outros ¹	20.623	18.852	-8,6
Total	469.873	538.671	14,6

¹Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes e fitohormônios.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

TABELA 11 - Consumo Efetivo e Estoque de Fertilizantes, Brasil, 1991-93

(em mil toneladas de produto)

Discriminação	1991	1992	1993 ¹
Estoque inicial (indústria) (a)	1.120	1.238	868
Produção (b)	5.592	5.545	6.463
Importação (c)	3.294	3.688	4.942
Consumo aparente (b+c)	8.886	9.233	11.405
Exportação (d)	274	279	328
Micros/outros/quebras ² (e)	-1	-47	-334
Disponibilidade (a + b + c - d + e) (f)	9.731	10.145	11.611
Estoque final (indústria) (g)	1.238	868	1.070
Entregas (f-g) (h)	8.493	9.277	10.541
Estoque inicial (agricultor) (i)	167	150	147
Estoque final (agricultor) (j)	150	147	145
Consumo efetivo (h + i - j)	8.510	9.280	10.543

¹Dados preliminares.²Referem-se às matérias-primas portadoras de micronutrientes e macronutrientes secundários, inertes e perdas no processo.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

TABELA 12 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Uma Tonelada de Adubo, Região Centro-Sul, Brasil, 1991-94

(continua)

Ano/mês	Algodão		Arroz em casca		Feijão	
	15kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹
1991	40,5	100,0	17,7	100,0	5,1	100,0
1992	44,8	110,6	24,1	136,2	6,4	125,5
1993	31,2	77,0	18,7	105,6	4,2	82,4
Jan.	29,9	73,8	17,9	101,1	4,6	90,2
Fev.	27,7	68,4	18,7	105,6	5,1	100,0
Mar.	25,5	63,0	19,7	111,3	4,8	94,1
Abr.	28,0	69,1	20,4	115,3	3,9	76,5
Maio	29,8	73,6	19,2	108,5	3,4	66,7
Jun.	31,5	77,8	21,1	119,2	3,8	74,5
Jul.	33,2	82,0	21,0	118,6	4,6	90,2
Ago.	33,5	82,7	19,5	110,2	4,8	94,1
Set.	33,5	82,7	18,2	102,8	4,6	90,2
Out.	35,9	88,6	18,0	101,7	4,8	94,1
Nov.	35,3	87,2	17,3	97,7	4,1	80,4
Dez.	33,6	83,0	15,7	88,7	3,4	66,7
1994						
Jan.	31,1	76,8	14,8	83,6	3,2	62,7
Fev.	27,9	68,9	16,5	93,2	2,4	47,1
Mar.	26,5	65,4	18,1	102,3	1,9	37,3
Abr.	27,0	66,7	20,1	113,6	2,4	47,1
Maio	26,3	64,9	19,7	111,3	3,5	68,6
Jun.	27,7	68,4	20,1	113,6	4,6	90,2
Jul.	25,8	63,7	18,1	102,3	4,0	78,4

¹Índice simples. Base 1991=100.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

TABELA 12 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Uma Tonelada de Adubo, Região Centro-Sul, Brasil, 1991-94

Ano/mês	(conclusão)			
	Milho		Soja	
	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹
1991	31,2	100,0	22,0	100,0
1992	33,8	108,3	19,7	89,5
1993	25,7	82,4	15,4	70,0
Jan.	24,5	78,5	15,7	71,4
Fev.	26,9	86,2	15,2	69,1
Mar.	29,3	93,9	16,4	74,5
Abr.	27,4	87,8	16,8	76,4
Mai	27,0	86,5	17,1	77,7
Jun.	27,9	89,4	16,9	76,8
Jul.	27,9	89,4	14,4	65,5
Ago.	25,4	81,4	14,2	64,5
Set.	24,6	78,8	15,2	69,1
Out.	25,0	80,1	15,5	70,5
Nov.	23,4	75,0	15,0	68,2
Dez.	21,8	69,9	13,8	62,7
1994				
Jan.	21,7	69,6	13,7	62,3
Fev.	25,9	83,0	13,8	62,7
Mar.	28,2	90,4	15,1	68,6
Abr.	30,2	96,8	16,3	74,1
Mai	30,6	98,1	16,3	74,1
Jun.	31,2	100,0	15,6	70,9
Jul.	26,7	85,6	16,1	73,2

¹Índice simples. Base 1991=100.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

TABELA 13 - Estimativa de Consumo de Fertilizantes, por Cultura, Brasil, 1991-93

Cultura	Consumo por cultura (1.000t de produto)			Consumo (kg de produto/hectare)		
	1991	1992 ¹	1993 ¹	1991	1992 ¹	1993 ¹
Abacaxi	14	15	15	400	405	349
Algodão herbáceo	310	270	300	186	242	260
Alho	13	10	10	684	588	588
Amendoim	14	10	10	146	111	114
Arroz	540	560	600	112	121	131
Aveia	20	20	20	73	74	78
Banana	120	130	130	232	244	253
Batata	240	250	300	1.472	1.553	1.829
Cacau	60	60	70	89	89	95
Café	540	540	580	207	222	256
Cana-de-açúcar ²	1.740	1.880	1.980	347	382	396
Cebola	30	30	30	370	395	423
Cevada	15	10	13	155	154	194
Feijão	550	590	580	96	111	133
Frutas ³	44	50	60	138	156	188
Fumo	250	290	240	729	773	704
Laranja	290	320	300	295	325	385
Mamona	12	10	10	56	55	83
Mandioca	76	70	70	40	36	39
Milho	1.500	1.600	2.020	106	124	154
Olerícolas	80	80	100	216	216	270
Pastagens ⁴	110	110	110	11	11	11
Reflorestamento	50	50	60	38	38	46
Soja	1.460	1.840	2.440	155	175	214
Sorgo	18	13	10	110	107	85
Tomate	62	70	75	1.192	1.296	1.339
Trigo	310	360	320	151	180	215
Outras	42	42	90	23	25	63
Total	8.510	9.280	10.543	131	147	170

¹Dados preliminares.

²Inclui cana planta (20% da área da cana para corte).

³Culturas consideradas: castanha de caju, guaraná, juta, malva, sisal e seringueira.

⁴Considerando-se pastagens naturais e artificiais.

Fonte: Associação Nacional de Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

TABELA 14 - Entregas de Fertilizantes ao Consumidor Final, por Região e Estado, Brasil, 1991-94

(em mil toneladas de produto)

Região e Estado	1991	1992	1993 ¹	Jan.-jul./93	Jan.-jul./94
Região Sul					
Rio Grande do Sul	1.173	1.293	1.531	683	639
Santa Catarina	288	279	340	209	180
Subtotal	1.461	1.572	1.871	892	819
Região Centro					
Espírito Santo	78	69	116	45	61
Goiás/DF/TO	707	751	849	323	280
Mato Grosso	502	604	799	321	398
Mato Grosso do Sul	318	361	560	235	268
Minas Gerais	891	927	1.120	383	460
Paraná	1.090	1.234	1.523	715	779
Rio de Janeiro	36	40	26	15	12
São Paulo	2.593	2.881	2.837	1.293	1.329
Subtotal	6.215	6.867	7.830	3.330	3.587
Região Nordeste					
Alagoas	198	202	137	77	115
Bahia	299	307	384	152	141
Ceará	12	12	14	8	10
Maranhão	24	25	40	7	9
Paraíba	49	43	30	22	23
Pernambuco	160	161	147	105	110
Piauí	10	11	13	3	3
Rio Grande do Norte	28	30	23	13	21
Sergipe	20	19	20	11	11
Subtotal	800	810	808	398	443
Região Norte					
	17	28	32	17	21
Brasil	8.493	9.277	10.541	4.637	4.870

¹Dados preliminares.

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA-BRASIL), Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), Sindicato das Indústrias de Matérias-Primas para Inseticidas e Fertilizantes no Estado de São Paulo (SIMPIFESP), Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul (SIARGS) e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos do Nordeste (SIACAN).

Na Região Nordeste, em 1993, as entregas de fertilizantes situaram-se praticamente no mesmo nível de 1992, perfazendo 808 mil toneladas de produto. De acordo com fontes do setor, constatou-se uma diminuição na demanda de fertilizantes em alguns Estados, como Alagoas (32,2%) e Pernambuco (8,7%), em consequência principalmente da forte estiagem. Em contrapartida, no Estado da Bahia, a expansão da área plantada com soja contribuiu para que as entregas de fertilizantes aumentassem 25,1%, quando comparadas com as do ano anterior.

O acréscimo na demanda interna em 1993, somado ao baixo estoque inicial das indústrias (868 mil toneladas de produto), colaboraram para que a produção brasileira de fertilizantes crescesse cerca de 16,5% em relação ao ano precedente, atingindo 6,463 milhões de toneladas de produto, constatando-se aumento na produção de fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos. Também, para as matérias-primas observou-se maior produção, com exceção de rocha fosfática para aplicação direta.

As importações brasileiras de fertilizantes, igualmente, apresentaram melhor desempenho em 1993, perfazendo o total de 4,942 milhões de toneladas de produto, com acréscimo de 34,0% em relação ao ano passado. Segundo fontes do setor, no início de 1993, constatou-se uma antecipação nas importações, em função, em grande parte, de os preços dos fertilizantes e de suas matérias-primas estarem bastante favoráveis no mercado mundial.

No Brasil, estima-se que o dispêndio com importações de fertilizantes, em 1993, segundo o Sindicato de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), totalizou cerca de US\$588 milhões/CIF e no caso das matérias-primas para fertilizantes somou em torno de US\$142 milhões/CIF.

No primeiro semestre de 1994, as entregas brasileiras de fertilizantes ao consumidor final totalizaram 4,009 milhões de toneladas de produto, quantidade 12,1% superior ao observado em igual período de 1993. Os principais fatores que contribuíram para esse melhor desempenho comercial foram: a) aumento do consumo de fertilizantes em algumas culturas, como as do milho safrinha, cana-de-açúcar e laranja e b) relação de troca favorável para diversas culturas, tais como cana-de-açúcar, café, feijão e

batata.

Contudo, em julho de 1994, a quantidade de fertilizantes entregue ao consumidor final no Brasil foi de apenas 862 mil toneladas de produto, com decréscimo de 18,9% em relação ao mesmo mês de 1993, tendo em vista principalmente as expectativas geradas pela introdução do Plano Real e a indefinição sobre quais seriam as novas medidas a serem adotadas pelo Governo no Plano de Safra de Verão 1994/95.

No acumulado do período de janeiro a julho de 1994, foram entregues, no País, 4,870 milhões de toneladas de produto, representando acréscimo de 5,0% em relação a igual período do ano anterior. Segundo critério de regionalização do SIACESP, constatou-se, no período assinalado, aumento nas entregas de 7,7% na Região Centro e 11,3% na Norte-Nordeste, enquanto que registrou-se decréscimo de 8,2% na Sul. Os Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso foram os que mais demandaram fertilizantes no referido período, respondendo esse conjunto de estados por 74,0% do total nacional.

A indústria brasileira de fertilizantes apresentou melhor desempenho, no período de janeiro a julho de 1994, em relação ao mesmo período do ano passado, sendo produzidas 3,740 milhões de toneladas de produto, com acréscimo de 19,8%. O superfosfato simples foi o principal produto produzido, participando com 42,9% do total nacional, seguido de uréia (14,3%) e fosfato monoamônio (MAP) (8,3%).

As importações brasileiras de fertilizantes, no período de janeiro a julho de 1994, situaram-se praticamente no mesmo nível de igual período do ano anterior (decréscimo de 1,6%), perfazendo o total de 2,486 milhões de toneladas de produto. O principal produto importado foi o cloreto de potássio, representando 49,6% do total nacional. No caso das matérias-primas para fertilizantes, as importações aumentaram 27,2%, no citado período.

No mercado mundial, com o aumento da demanda de fertilizantes em vários países, os preços de diversos fertilizantes simples e matérias-primas estão em alta e com escassez de alguns produtos. Em agosto de 1994, o preço do cloreto de potássio (tipo padrão) nos Estados Unidos foi cotado em US\$92-102/t-FOB a granel, contra US\$70-106/t-FOB

no mesmo mês de 1993.

Os preços médios de fertilizantes pagos pelos produtores, na Região Centro-Sul, no período de janeiro a julho de 1994, mostraram acréscimos em relação ao mesmo período do ano precedente, ficando, porém, abaixo dos valores observados no período de janeiro a julho de 1992 (Tabelas 15 e 16).

Segundo fontes do setor, em agosto de 1994, apesar da divulgação das novas medidas do Plano de Safra de Verão, estima-se que as entregas de fertilizantes na Região Centro-Sul tenham sido menores do que as de agosto de 1993. Com a demora na liberação de recursos de crédito agrícola e a forte estiagem, que vem atingindo a Região Sudeste, os produtores não estão tendo condições de preparar o

solo. Com o atraso nas aquisições de fertilizantes poderá ocorrer, conforme se observa tradicionalmente no setor, uma forte concentração das entregas no período de setembro a novembro de 1994, ocasionando problemas com transporte, como falta de caminhões e elevação dos fretes.

A previsão do setor para 1994 é de que se o financiamento agrícola for realmente colocado à disposição dos agricultores, tanto em termos de quantidade de recursos como em tempo hábil, as entregas de fertilizantes ao consumidor final no Brasil poderão alcançar cerca de 11 milhões de toneladas de produto. Caso contrário, deverão situar-se no mesmo nível de 1993 (10,541 milhões de toneladas de produto).

TABELA 15 - Preço Médio de Fertilizantes Pago pelo Produtor, Região Centro-Sul, Brasil, 1992-94¹

(em US\$/tonelada)

Mês	1992	1993 ²	1994 ²
Jan.	193,76	164,08	162,01
Fev.	192,12	159,39	161,27
Mar.	188,88	154,84	164,98
Abr.	186,40	149,94	165,43
Maio	176,82	150,43	164,39
Jun.	174,86	157,82	167,36
Jul.	175,72	161,19	175,43
Ago.	176,70	165,09	...
Set.	178,46	167,26	...
Out.	178,52	167,52	...
Nov.	176,15	168,73	...
Dez.	175,63	165,17	...

¹Preço de fertilizantes: FOB fábrica, pago pelo agricultor, equivalente à vista, com ICMS.

²Dados preliminares.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

TABELA 16 - Preço Médio de Fertilizantes Pago pelo Produtor, para as Principais Culturas, Região Centro-Sul, Janeiro a Julho de 1993 e Janeiro a Julho de 1994

(em US\$/tonelada)

Produto	Fertilizante	Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.
Algodão	04-20-20 (75%) e sulfato de amônio (25%)	1993	160,24	157,70	152,23	148,57	152,05	158,53	163,82
		1994	158,12	157,43	161,81	164,09	163,96	165,16	170,75
Arroz	05-25-15 (80%) e uréia (20%)	1993	190,34	181,87	177,12	173,04	162,63	177,54	180,93
		1994	184,27	180,78	183,43	183,54	173,77	186,38	198,71
Batata	04-14-08	1993	126,78	124,42	120,36	116,66	116,56	125,91	127,68
		1994	128,29	126,99	129,35	130,33	130,41	131,95	139,31
Café	20-05-20	1993	186,55	181,19	176,43	169,66	169,51	174,50	176,78
		1994	178,47	177,77	181,24	179,35	178,35	181,25	191,10
Cana-de-açúcar	05-25-25 (30%), 14-07-28 (65%) e sulfato de amônio (5%)	1993	183,07	179,11	175,08	169,74	171,21	176,83	178,91
		1994	175,25	175,86	180,93	178,48	180,78	182,72	194,26
Feijão	04-14-08 (85%) e sulfato de amônio (15%)	1993	126,82	124,65	120,19	117,81	118,72	127,65	129,23
		1994	128,95	128,37	130,19	131,19	131,51	133,29	140,59
Milho	04-20-20 (75%) e uréia (25%)	1993	183,13	178,44	173,38	165,49	166,20	172,00	177,06
		1994	174,97	175,15	179,66	180,91	180,64	182,30	189,22
Soja	02-20-20	1993	169,94	160,98	156,80	153,65	157,44	160,27	164,03
		1994	163,81	164,32	167,23	166,83	166,82	169,58	178,67

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

3.4 - Máquinas Agrícolas

As vendas de máquinas agrícolas no mercado interno, em 1994, estão ultrapassando quaisquer previsões, mesmo as mais otimistas. Até julho foram vendidas 24.880 unidades, 83,7% a mais do total comercializado no mesmo período de 1993 (13.540 unidades). A produção, no mesmo período, também registrou significativo incremento (27.745 contra 12.555 unidades). A força da demanda interna reduziu a importância das exportações para o setor, que tinha se tornado uma boa alternativa diante da contínua queda nas compras domésticas. No período assinalado, foram exportadas 2.917 unidades, enquanto em igual período de 1993 esse número atingiu 2.414. Em outros termos, atualmente o mercado externo absorve aproximadamente 10% da produção de máquinas agrícolas. No ano passado essa cifra situava-se em torno de 20% (Tabela 17).

Os tratores de roda, como era de se esperar, lideram as vendas entre as máquinas agrícolas. No período de janeiro a julho de 1994, foram vendidas 21.592 unidades, de todas as potências, praticamente o mesmo número atingido durante todo o ano de 1993 (21.882 unidades). Os tratores mais vendidos são os de pequena para média potência, na faixa de 50 a 99cv. No referido período de 1994 suas vendas mais do que duplicaram, atingindo 14.925 unidades, mais do que foi vendido em todo o ano passado (14.223 unidades). Em seguida, aparecem os tratores considerados grandes, de mais de 200cv, seguidos de perto pelas máquinas que se situam entre 100 e 199cv. As colheitadeiras também apresentaram um ótimo desempenho. Nesse período, o setor agrícola adquiriu 2.171 unidades, contra 1.495 no mesmo período de 1993 (Tabela 18).

Esses números e a previsão de que até dezembro sejam vendidas aproximadamente 42.000 unidades para o mercado interno, sem dúvida tornarão o ano de 1994 memorável para o setor produtor de máquinas agrícolas. Para que se tenha uma idéia do significado dessas cifras, convém lembrar que desde 1986, quando os agricultores brasileiros adquiriram 61.785 unidades desse fator, as vendas vêm declinando monotonicamente, tendo atingido o mais baixo nível em 1992, com 16.162 unidades vendidas.

Certamente o poder de compra do setor é

um aspecto importantíssimo na determinação dos gastos de modo geral e dos investimentos em máquinas agrícolas em particular. Utilizando o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores (IPR) de lavouras da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e as vendas anuais de tratores, nota-se claramente um sentido de causalidade entre esses indicadores, sobretudo até 1986⁶. Entre 1989 e 1991 as vendas de máquinas continuaram registrando queda, a despeito da recuperação dos preços agrícolas (Figura 1). Seguramente a grande instabilidade econômica, acompanhada da retenção das aplicações financeiras ocorridas em 1990, ajuda a entender esse comportamento. A partir de 1993 a recuperação é notável.

Os preços das máquinas estiveram bastante elevados, nos últimos anos, a despeito da considerável redução na demanda. Examinando do ponto de vista das relações de troca, nota-se, por exemplo, que em 1991 eram necessárias 1.477 sacas de arroz, de 60kg, para adquirir um trator de 61cv, e 3.492 sacas para comprar uma colheitadeira. No ano seguinte, esses números mais que dobraram: 3.521 e 7.961 sacas em troca do trator e da colheitadeira, respectivamente. Em 1993, a situação melhorou em diferentes graus, dependendo do produto. Em 1994, ocorreram ganhos para alguns produtos, como algodão, café e arroz, e alguma perda para outros, como amendoim e milho (Tabela 19). De qualquer maneira, a euforia registrada no mercado de máquinas se deve também a outros fatores.

Seguramente a disponibilidade de crédito é um dos mais significativos. A Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) rural tem aumentado substancialmente seu aporte de recursos para a compra de máquinas agrícolas. Calcula-se que em torno de 90% das compras sejam financiadas por programa especial de crédito. Para 1994, estima-se que há uma disponibilidade de US\$650 milhões do FINAME, por conta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mais uma linha de crédito aberta pelo Banco do Brasil, destinada especificamente para o financiamento de máquinas agrícolas, no montante de US\$300 milhões. Além disso, pode-se citar o crescimento da renda agrícola, resultado da conjunção de aumentos de produtividade, de produção e preços favoráveis, o que certamente cria expectativas positivas para aumentar os investimentos no setor.

TABELA 17 - Evolução da Produção e Venda de Tratores, Brasil, 1991-94

(em unidade)				
Item	1991	1992	1993	1994 ¹
Cultivador motorizado				
Produção	1.886	1.790	1.403	590
Vendas no mercado interno	1.983	1.570	1.095	527
Exportação	174	164	336	32
Total das vendas	2.157	1.734	1.431	559
Trator de esteira				
Produção	1.068	909	1.215	922
Vendas no mercado interno	589	534	908	590
Exportação	365	495	518	320
Total das vendas	954	1.029	1.426	910
Trator de roda				
Produção	16.478	16.114	25.167	23.373
Vendas no mercado interno	13.896	12.054	21.882	21.592
Exportação	3.171	4.446	2.893	1.883
Total das vendas	17.067	16.500	24.775	23.475
Colheitadeira				
Produção	1.959	2.507	3.452	2.860
Vendas no mercado interno	1.718	2.004	2.735	2.171
Exportação	447	569	611	682
Total das vendas	2.165	2.573	3.346	2.853
Máquinas agrícolas				
Produção	21.391	21.320	31.237	27.745
Vendas no mercado interno	18.186	16.162	26.620	24.880
Exportação	4.157	5.674	4.358	2.917
Total das vendas	22.343	21.836	30.978	27.797

¹Resultado parcial correspondente ao período de janeiro a julho.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

TABELA 18 - Venda de Máquinas Agrícolas, por Tipo e Potência, Brasil, 1991-94

Item	(em unidade)						
	1991	1992	1993	Janeiro-julho			
				1991	1992	1993 (a)	1994 (b)
Vendas no mercado interno							
Trator de rodas	13.896	12.054	21.882	8.599	7.575	10.871	21.592
Até 49cv	1.333	841	828	770	584	516	595
De 50 a 99cv	9.254	7.304	14.223	5.918	4.476	7.059	14.925
De 100 a 199cv	3.283	3.896	6.806	1.892	2.510	3.287	6.055
Acima de 200cv	26	13	25	19	5	9	17
Trator de esteiras	589	534	908	348	319	471	590
Cultivador motorizado	1.983	1.570	1.095	1.168	1.127	703	527
Colheitadeira	1.718	2.004	2.735	910	1.127	1.495	2.171
Total	18.186	16.162	26.620	11.025	10.148	13.540	24.880
Item	Julho				Variação percentual		
	1991	1992	1993 (c)	1994 (d)	(b)/(a)	(d)/(c)	
Vendas no mercado interno							
Trator de rodas	1.551	1.479	2.886	3.850	98,6	33,4	
Até 49cv	162	114	83	131	15,3	57,8	
De 50 a 99cv	1.029	882	1.818	2.568	111,4	41,3	
De 100 a 199cv	358	483	983	1.149	84,2	16,9	
Acima de 200cv	2	0	2	2	88,9	0,0	
Trator de esteiras	89	64	103	95	25,3	-7,8	
Cultivador motorizado	151	193	91	123	-25,0	35,2	
Colheitadeira	35	96	106	132	45,2	24,5	
Total	1.826	1.832	3.186	4.200	83,8	31,8	

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

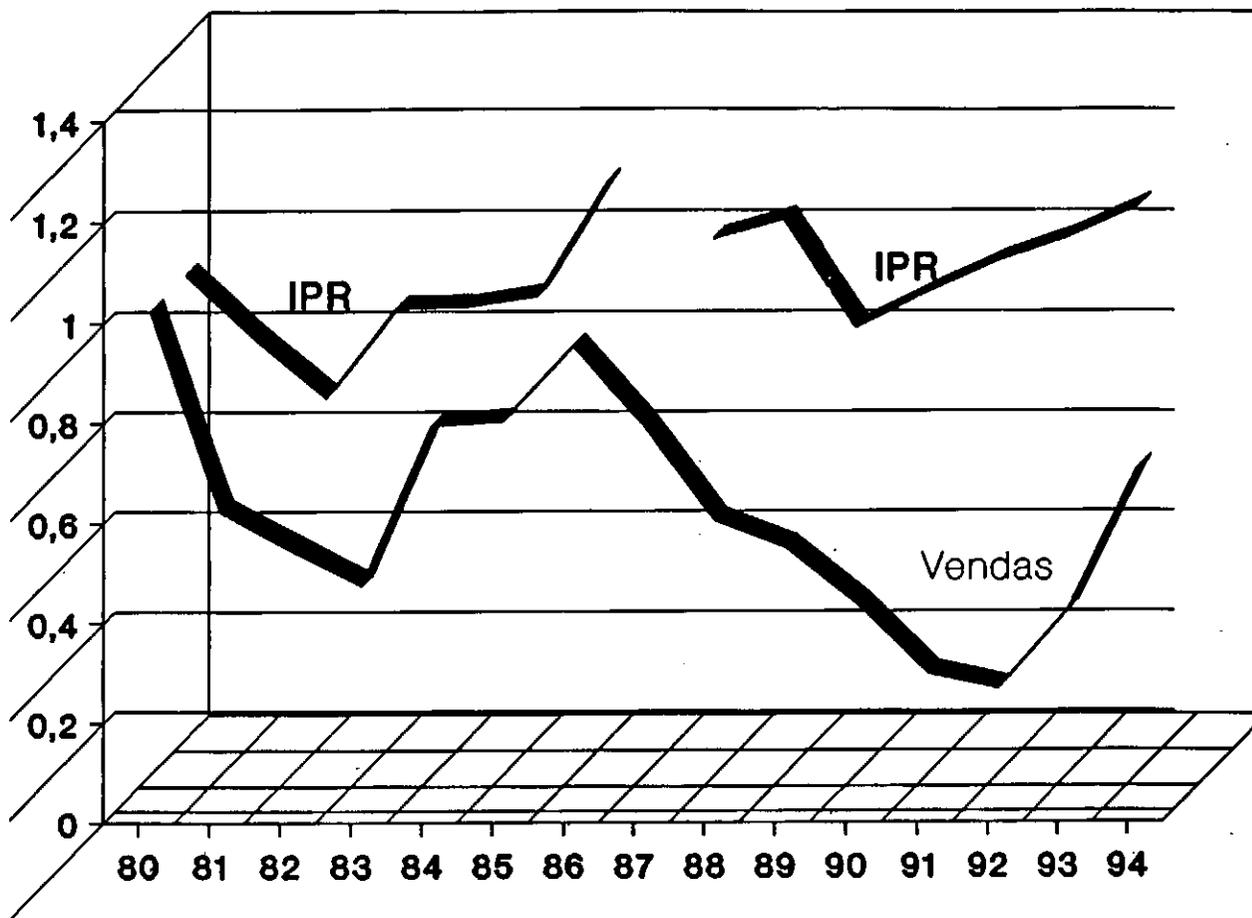


FIGURA 1 - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Produtores (IPR) e das Vendas de Máquinas Agrícolas, Estado de São Paulo, 1980-94.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

TABELA 19 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir um Trator de 61 cv, Acima de 100 cv e Uma Colheitadeira MF 3640, Estado de São Paulo, 1991-94¹

Produto	Unidade	1991			1992		
		61 cv	> 100 cv	Colheitadeira	61 cv	> 100 cv	Colheitadeira
Algodão	15kg	3.777	6.468	8.915	7.615	12.191	17.079
Amendoim	60kg	2.515	4.310	5.945	6.349	10.252	14.417
Arroz	60kg	1.477	2.528	3.492	3.521	5.666	7.961
Café	40kg	1.197	644	889	2.339	1.205	1.681
Feijão	60kg	439	767	1.070	1.445	2.312	3.228
Milho	60kg	3.191	5.471	7.529	5.579	8.885	12.433
Soja	60kg	2.262	3.870	5.344	3.073	4.888	6.843

Produto	Unidade	1993			1994		
		61 cv	> 100 cv	Colheitadeira	61 cv	> 100 cv	Colheitadeira
Algodão	15kg	5.248	10.326	8.409	4.453	7.817	9.732
Amendoim	60kg	3.493	6.934	5.760	4.159	7.301	9.089
Arroz	60kg	2.927	5.918	5.084	2.602	4.568	5.687
Café	40kg	488	1.002	879	199	350	435
Feijão	60kg	771	1.511	1.100	755	1.326	1.651
Milho	60kg	4.110	8.358	7.255	4.338	7.615	9.481
Soja	60kg	2.562	5.357	4.797	2.542	4.462	5.554

¹Tomaram-se como base os preços médios recebidos e pagos pelos produtores referentes à média do trimestre maio-julho de cada ano.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Finalmente, cabe registrar que os preços das máquinas agrícolas têm oscilado nos últimos anos, em valores constantes, mas não apresentam qualquer indício de queda, apesar de o Governo ter concedido alguns incentivos fiscais, como a redução do ICMS no Estado de São Paulo. Pela evolução mensal dos preços de um trator de 61cv e de uma colheitadeira, nota-se que em 1990, apesar da crise de liquidez que marcou o primeiro ano do governo Collor, resultado do confisco por dezoito meses das aplicações financeiras e da queda na demanda, os

preços subiram bastante, em especial das colheitadeiras (Figura 2). A partir daí declinaram, mas em seguida apresentaram uma ligeira recuperação em 1992. De qualquer forma, atualmente os preços desses equipamentos estão maiores do que em 1986, em que pese não ser esse o melhor ano para comparações. Todavia, era de se esperar uma certa tendência, de longo prazo, de queda nos preços, resultado de inovações tecnológicas na indústria produtora, uma característica dos setores industriais dinâmicos e competitivos.

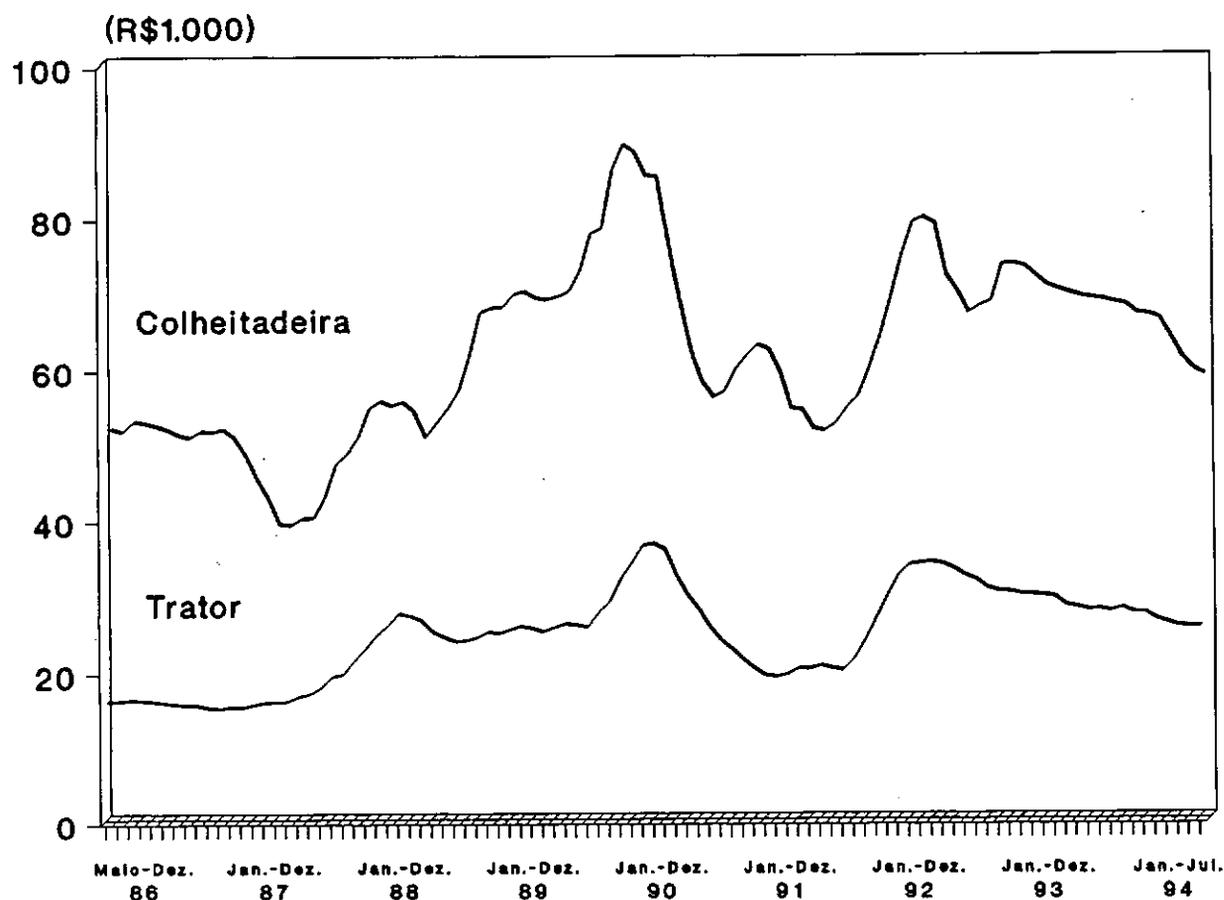


FIGURA 2 - Preço¹ de Colheitadeiras e Tratores, Estado de São Paulo, Maio de 1986 a Julho de 1994.

¹Em R\$ de julho de 1994. Deflator: IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas. Foi utilizada média móvel de cinco meses para absorver as bruscas variações ocorridas nos preços das máquinas nesse período, tomados em valores constantes.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

3.5 - Sementes

A produção brasileira de sementes melhoradas dos principais grãos (algodão, arroz, feijão, milho e soja) para a safra das águas 1994/95, estimada pela Associação Brasileira de Produtores de Sementes (ABRASEM), indica crescimento apenas de sementes de feijão e soja, prevendo relativa escassez na oferta, se os níveis de área com essas culturas na próxima safra permanecerem nos padrões do ano anterior no País (Tabela 20).

No mercado paulista de sementes, o crescimento na oferta ocorreu apenas na cultura de soja, com decréscimo para algodão, arroz e feijão, e manutenção dos níveis do ano passado no caso de milho. Apesar disso, a participação relativa da produção paulista no mercado nacional de sementes cresceu para as culturas de feijão, milho e soja.

As estimativas de oferta e demanda de sementes melhoradas das principais culturas no Estado de São Paulo para a safra das águas 1994/95 apresentam o seguinte panorama:

- **Algodão:** o mercado paulista de sementes melhoradas de algodão deverá apresentar saldo líquido de 2.057,1 toneladas se a área cultivada permanecer no mesmo nível do ano anterior (149,3 mil hectares), com taxa de utilização de sementes de 90% (Tabela 21). A relação de troca grão/semente medida pelo preço de semente/preço de caroço é de 1,31:1 (Tabela 22), valor relativamente baixo quando comparado com o apresentado no ano anterior (1,47:1). No Estado de São Paulo, a produção de sementes melhoradas de algodão é monopólio do Estado, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) na parte da multiplicação de sementes, e do Instituto Agrônômico (IAC) na parte de melhoramento genético, sendo o cultivar atualmente adotado, o IAC-20, com rendimento de 2.000 a 3.000kg/ha, resistente à murcha-de-fusarium e tolerante à ramulose.

- **Amendoim:** no mercado de sementes de amendoim estima-se que ocorrerá déficit na oferta se a área cultivada permanecer no mesmo nível do ano anterior (53,1 mil hectares) com taxa de utilização de 75%. Só haverá oferta equilibrada com a demanda se ocorrer taxa de utilização de 60%, para a mesma área. Se a taxa de utilização girar em torno de 75%, só haverá equilíbrio no mercado de sementes de

amendoim caso a área plantada com essa cultura tiver redução de quase 20% em relação ao ano anterior. A relativa escassez de sementes melhoradas de amendoim para a safra 1994/95 reflete-se na relação de preço de semente/preço de grão de 2,12:1 (Secretaria da Agricultura) e de 2,16:1 (empresas privadas) maiores que os valores do ano anterior.

- **Arroz irrigado:** a produção de sementes de arroz irrigado no Estado de São Paulo, apesar de não ser monopólio do Estado, é feita exclusivamente pela Secretaria de Agricultura, indicando baixa atratividade econômica no mercado de sementes. Para a safra 1994/95, a estimativa da demanda efetiva de sementes é de 1.500 toneladas para uma oferta de 719 toneladas da Secretaria de Agricultura, com déficit estimado em 781 toneladas. Entre os cultivares oferecidos aos agricultores pela CATI encontra-se o IAC-102, lançado em 1993, de florescimento e maturação relativamente precoces, produtividade média de 6.367kg/ha e moderadamente resistente a inúmeras doenças da cultura.

- **Arroz de sequeiro:** no caso da cultura de arroz de sequeiro, a situação do mercado de sementes é mais crítica, uma vez que a oferta estimada é de apenas 267 toneladas para a demanda de 1.100 toneladas. Levando em consideração essa situação conjuntural, os valores da relação de preço de semente/preço de grão de 2,10:1 e 2,20:1, respectivamente, para preços de sementes da Secretaria de Agricultura e empresas privadas estão defasados, pelo menos em relação ao valor estimado no ano anterior (2,67:1).

- **Feijão:** a estimativa da oferta de sementes melhoradas de feijão para o ano agrícola 1994/95 é de 5.275 toneladas, para demanda estimada em 3.056 toneladas, com previsão de excedente de 2.219 toneladas. Entre os cultivares oferecidos pela Secretaria de Agricultura destacam-se o IAC-Maravilha e o IAC-Una, ambos lançados em 1993, com boas produtividades (cerca de 2.000kg/ha) e resistentes à antracnose, ferrugem e mosaico-comum.

- **Milho:** o mercado paulista de sementes melhoradas de milho assemelha-se à situação do ano anterior, com demanda prevista de 12.788 toneladas para a oferta interna do Estado de 41.541 toneladas, com possível excedente de 28.754 toneladas disponível para os demais estados. Conseqüentemente, a relação preço de semente/preço de grão do milho híbrido das empresas privadas (10,83:1) não conseguiu atingir os

TABELA 20 - Evolução da Produção de Sementes Melhoradas das Principais Culturas, Brasil, 1991/92 a 1993/94 e Participação Relativa do Estado de São Paulo na Safra 1993/94

(em tonelada)

Produto	Brasil			São Paulo 1993/94 ¹ (b)	São Paulo/Brasil (b)/(a) (%)
	1991/92	1992/93	1993/94 ¹ (a)		
Algodão	30.162	28.561	25.400	7.835	30,8
Arroz ²	159.610	166.880	161.400	987	0,6
Feijão	24.557	17.176	20.500	5.276	25,7
Milho	131.504	148.000	131.400	41.541	31,6
Soja	832.152	988.000	1.060.000	34.690	3,3
Total	1.177.985	1.348.617	1.398.700	55.639	4,0

¹Estimativa para a safra 1993/94.

²Arroz irrigado e de sequeiro.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (ABRASEM), para a produção brasileira, e da Divisão de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), para a produção paulista.

TABELA 21 - Estimativa da Demanda e Oferta de Sementes Melhoradas Produzidas no Estado de São Paulo, para o Plantio da Safra das Águas, 1994/95

Espécie	Área estimada ¹ (1.000ha)	Taxa de utilização de sementes (%)	Densidade (kg/ha)	Demanda efetiva (t) (a)	Oferta interna do Estado (t) (b)	Saldo (t) (b)-(a)
Algodão	149,3	90	43	5.777,9	7.835,0	2.057,1
Amendoim	53,1	75	140	5.575,5	4.534,7	-1.040,8
Arroz irrigado	20,0	75	100	1.500,0	719,4	-780,6
Arroz de sequeiro	122,3	30	30	1.100,7	267,4	-833,3
Feijão ²	305,6	20	50	3.056,0	5.275,5	2.219,5
Milho	913,4	70	20	12.787,6	41.541,4	28.753,8
Soja	553,9	80	90	39.880,8	34.690,0	-5.190,8

¹Utilizou-se como referência a área cultivada na safra 1993/94, levantada pelo IEA/CATI, em junho de 1994, dada a inexistência no momento de intenção de plantio da safra das águas 1994/95.

²Feijão das águas, seca e inverno.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Divisão de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

TABELA 22 - Preços de Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Agosto de 1994

(em R\$/kg)

Espécie	Preço da semente		Preço do produto (c)	Relação de troca	
	Secretaria da Agricultura (a)	Empresas privadas (b)		(a)/(c)	(b)/(c)
Algodão ¹	0,55	-	0,42	1,31	-
Amendoim	1,19	1,21	0,56	2,13	2,16
Arroz irrigado	0,58	-	0,22	2,64	-
Arroz de sequeiro	0,42	0,44	0,20	2,10	2,20
Feijão	1,42	1,30	0,61	2,33	2,13
Milho híbrido	1,03	1,30	0,12	8,58	10,83
Milho variedade	0,73	0,76	0,12	6,08	6,33
Soja	0,42	0,50	0,18	2,33	2,78

¹Preço do algodão em caroço.

Fonte: Divisão de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

níveis da safra 1993/94 (13,75:1) nem da safra 1992/93 (17,24:1). Estima-se que do total de sementes de milho produzido pela Secretaria de Agricultura, 6% são do tipo híbrido e 94% são do tipo variedade, enquanto que as empresas privadas destinam 94% da produção total para milho híbrido e apenas 6% para milho variedade. Do mesmo modo, no mercado de sementes de milho híbrido, a Secretaria de Agricultura participa apenas com 0,2%, enquanto que 99,8% do mercado é ocupado pelas empresas privadas. Já, no mercado de sementes de milho variedade, o Estado ocupa 28,0%, ficando as empresas privadas com 72,0% (Tabela 23). Em 1993, a Secretaria de Agricultura lançou o milho variedade IAC-Taiuba, de bom rendimento (6.285kg/ha), tolerante ao excesso de alumínio e adaptado para todas as regiões do Estado de São Paulo, fruto do esforço de pesquisa dos geneticistas do Instituto Agronômico (IAC).

- Soja: a quantidade ofertada de sementes melhoradas

de soja para a safra 1994/95 aumentou consideravelmente (28%) em relação ao ano anterior, diminuindo a dependência de demais estados no abastecimento interno. Especificamente, a demanda efetiva do Estado de São Paulo, estimada caso não ocorrer alterações significativas na área cultivada, é de 39.881 toneladas, para a oferta interna do Estado de 34.690 toneladas, com possível déficit de 5.191 toneladas. O Estado de São Paulo é tradicional importador de sementes melhoradas de soja dos demais estados, principalmente do Paraná, dada a proximidade geográfica, sendo o déficit acima um dos menores dos últimos anos.

O planejamento do plantio das culturas da safra das águas 1994/95 pode ter sido prejudicado pela estiagem de agosto e setembro de 1994 no Estado de São Paulo. Este fato pode limitar a escolha das culturas por parte dos agricultores, já que algumas culturas são mais sensíveis ao clima e época de plantio que outras.

TABELA 23 - Estimativa da Produção de Sementes Melhoradas das Principais Culturas do Estado de São Paulo, Safra 1993/94

Espécie	Quantidade de sementes (t)			Participação relativa (%)	
	Secretaria da Agricultura (a)	Empresas privadas (b)	Total (c)	Secretaria da Agricultura (a)/(c)	Empresas privadas (b)/(c)
Algodão	7.835,0	-	7.835,0	100,0	-
Amendoim	534,7	4.000,0	4.534,7	11,8	88,2
Arroz de sequeiro	167,4	100,0	267,4	62,6	37,4
Arroz irrigado	719,4	-	719,4	100,0	-
Feijão	2.275,5	3.000,0	5.275,5	43,1	56,9
Milho híbrido	66,8	38.000,0	38.066,8	0,2	99,8
Milho variedade	974,6	2.500,0	3.474,6	28,0	72,0
Soja	1.690,0	33.000,0	34.690,0	4,9	95,1

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Divisão de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

4 - MERCADO DE PRODUTOS

A análise do comportamento do mercado de produtos está condicionada ao impacto da mudança de moeda ocorrida em 1º de julho de 1994. Os preços anteriores a essa data estavam expressos em cruzeiro real, com seus níveis mensais refletindo os movimentos da inflação elevada que, em junho, segundo o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ficou em 46,6%. Com a troca de moeda no primeiro dia de julho, houve uma ruptura drástica de tendência, ocorrendo, nesse mês e mesmo em agosto, impactos do resíduo inflacionário provenientes de alterações derivadas de altas de preços anteriores à entrada em vigência do real como moeda nacional.

Para julho de 1994, a FGV divulgou dois índices: a) um IGP-DI de 5,47% que expressaria a inflação dos preços em real (R\$) de julho, cotejados com os preços em Unidade Real de Valor (URV) de junho e b) um IGP-DI de 24,71% que expressaria a inflação dos preços em cruzeiro real de julho cotejados com os preços de junho também nessa moeda

antiga. Dessa forma, contratos expressos em URV estariam sujeitos, em julho, à inflação mensal de 5,47%, e contratos em cruzeiro real, à inflação de 24,71%.

A questão relevante para análise das expectativas da próxima safra está no fato de que quaisquer indicadores de inflação utilizados certamente embutiriam algum resíduo da inflação passada e, dessa maneira, apenas com o passar de mais alguns meses, poderia haver a diluição desses resíduos em toda a série de preços.

Assim, o procedimento adotado para a transformação de preços correntes em preços constantes foi o de deflacioná-los pelo IGP-DI, transformando-os para a base de preços constantes de agosto de 1994. Para os meses anteriores a julho de 1994, foram convertidos em real (R\$), utilizando-se da paridade de uma URV igual a CR\$2.750,00. Todos os preços em real expressam valores constantes de agosto de 1994, ainda que as séries estejam impregnadas de algum resíduo inflacionário de julho e agosto. Somente com o passar de mais alguns meses, ter-se-ão patamares corretos para os preços, tornan-

do-os comparáveis no tempo sem a influência dos resíduos.

4.1 - Algodão

A temporada 1993/94 foi caracterizada pela redução de 7,5% na disponibilidade mundial de algodão, que totalizou 24,75 milhões de toneladas, ficando 5,0% abaixo do suprimento médio do último triênio. O volume produzido de 16,57 milhões de toneladas decresceu 8,0% em comparação ao da safra precedente e 11,4% em relação à média dos últimos cinco anos. Além da retração no cultivo, em função da queda nos preços praticados em 1992/93, menores produtividades verificadas nos Estados Unidos e na Índia e o ataque de pragas nas lavouras da China e do Paquistão contribuíram para esse quadro, conforme o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) (Tabela 24).

O consumo mundial de 18,43 milhões de toneladas em 1993/94, 1,0% menor que o do ano anterior, permaneceu em patamar superior ao da produção, inclusive com aumento da diferença, se comparado com os resultados dos últimos anos. O estoque de passagem de 6,46 milhões de toneladas representou redução de 21,0% em comparação ao da temporada 1992/93. Essa conjuntura permitiu a sustentação do nível de preços praticados durante o período.

Com a menor disponibilidade nos países exportadores tradicionais, como Paquistão, Turquia e Índia, foram adotadas medidas restritivas às exportações a partir de janeiro de 1994, compreendidas por proibições e incidência de impostos, abrangendo, inclusive, as já contratadas. Aliado a esse fato, o crescimento de 392,5% nas importações chinesas tornaram a procura mais acirrada do que em condições normais. Nesse contexto, os preços no ano comercial 1992/93 (agosto a julho) registraram alta, em termos médios, de 22,0% em relação aos níveis verificados na temporada anterior (Tabela 25).

Para safra 1994/95, a produção mundial deve alcançar 18,68 milhões de toneladas, correspondendo ao crescimento de 12,6%, o que pode elevar a oferta para 25,14 milhões de toneladas, mas ainda aquém dos níveis alcançados em 1991/92 e 1992/93.

Em princípio, nos quatro maiores produto-

res (China, Estados Unidos, Índia e Paquistão), é esperado aumento da produção, sendo que o destaque deve ficar para a safra norte-americana, estimada em 4,1 milhões de toneladas, que representará um recorde se efetivada, propiciando crescimento de 4,3% nas exportações. Quanto à produção chinesa, prevista em 4,24 milhões de toneladas, ainda deverá ficar aquém do volume obtido entre 1990/91 e 1992/93, consideradas safras normais.

No que concerne ao suprimento de algodão nos países produtores integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), tanto a Argentina como o Paraguai devem aumentar suas produções, em 20,9% e 18,3%, situando-as em 283,0 mil toneladas e 142 mil toneladas, respectivamente, em 1994/95, levando a um expressivo crescimento das exportações. A Argentina deverá fortalecer seu desempenho no mercado através da exportação de 196,0 mil toneladas, ou seja, volume 157,8% maior que o de 1993/94, enquanto o Paraguai deverá aumentar suas vendas em 20,1%, totalizando 131,0 mil toneladas.

Com o estabelecimento da Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL a partir de janeiro de 1995, haverá isenção tarifária para países-membros e alíquota de 10,0% para os demais. A implantação do sistema deverá fortalecer ainda mais as relações comerciais relativas ao algodão em pluma entre os três países, dada a importante participação das importações brasileiras.

O suprimento internacional de algodão na temporada vindoura não deverá ser ampliado a ponto de exercer pressão no sentido de baixa acentuada dos preços, devido à perspectiva de crescimento de 2,1% no consumo e à continuidade do processo de redução dos estoques mundiais que, em 1994/95, deverá ter o menor nível dos últimos anos.

Na safra 1993/94, a produção brasileira de algodão em pluma deve ser de 483,1 mil toneladas, cujo aumento de 14,9% em relação à passada deu-se graças ao crescimento da produtividade, haja vista a retração de 3,0% na área de cultivo, em virtude dos baixos preços praticados em 1992/93. No Paraná, principal Estado produtor, os 241,0 mil hectares destinados ao plantio acusou redução de 35,0%, configurando-se na menor área plantada dos últimos anos. Apesar do ganho em rendimento, a produção paranaense foi de 146,3 mil toneladas, abaixo, ainda, da obtida em 1992/93. Em São Paulo, foram

TABELA 24 - Balanço de Oferta e Demanda Mundial de Algodão em Pluma, 1991/92 a 1994/95¹

(em milhão de toneladas)

Item	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95
Estoque inicial	6,14	8,76	8,17	6,46
Produção	20,90	18,00	16,57	18,68
Importação	6,38	5,72	6,13	6,12
Oferta	27,04	26,76	24,75	25,14
Exportação	6,12	5,54	5,85	6,06
Consumo	18,39	18,62	18,43	18,88
Estoque final	8,76	8,18	6,46	6,19

¹Ano comercial: agosto-julho.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), ago./94.

TABELA 25 - Cotações Internacionais de Algodão em Pluma, 1991-94¹

(em cents US\$/libra-peso)

Mês	1991	1992	1993	1994
Jan.	83,58	59,20	57,34	67,68
Fev.	85,17	56,27	60,60	80,65
Mar.	84,00	55,46	61,45	81,82
Abr.	82,99	58,51	61,05	83,94
Mai	83,64	60,65	60,14	86,10
Jun.	83,77	64,26	58,48	85,51
Jul.	80,72	65,18	57,98	80,96
Ago.	73,01	59,55	55,40	...
Set.	70,09	56,23	55,20	...
Out.	67,83	52,92	54,79	...
Nov.	63,39	52,77	55,14	...
Dez.	61,70	54,30	59,53	...
Média	76,66	57,94	58,09	80,95
Média ²	82,86	62,96	57,73	70,56

¹Índice de Outlook "A" do Liverpool Cotton Service (média dos cinco menores preços de dez tipos selecionados de algodão).

²Refere-se ao ano comercial (agosto a julho).

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

plantados 145,0 mil hectares, o que representou queda de 3,0% que, apesar de relativamente pequena, torna-se expressiva diante do fato de que a área destinada à cultura no Estado vem caindo nos últimos anos. A produção paulista, que foi de 83,3 mil toneladas, cresceu 14,0% em comparação à obtida na safra passada, isso foi atribuído ao incremento de 21,0% da produtividade média, conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (Tabela 26).

Nos estados da Região Centro-Oeste, a expansão na área cultivada associada ao crescimento da produtividade (com exceção de Goiás) resultaram em maior produção. Destaca-se, nessa safra, o aumento de 153,0% da produção nordestina, em função, principalmente, do excepcional rendimento obtido pela melhoria das condições climáticas, após dois anos de estiagem.

A redução da produção brasileira no período 1992/93, associada à inexistência de qualquer controle sobre as importações e aos baixos preços vigentes no mercado internacional, propiciou a entrada de 495,4 mil toneladas de algodão em pluma em 1993, que se constituiu no recorde de volume de importação, contribuindo para a elevação de 103,0% nos estoques de passagem, que totalizaram 155,1 mil toneladas (Tabela 27).

Mesmo assim, as importações brasileiras em 1994 estão estimadas em 320 mil toneladas e representam 38% do consumo nacional. O Paraguai, até recentemente o principal fornecedor, perdeu espaço para vários países, destacando-se a Argentina, que respondeu por 40% das 76,6 mil toneladas contratadas durante o primeiro semestre do ano, conforme dados da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) de São Paulo. Salienta-se, ainda, que 46% das exportações argentinas foram destinadas ao mercado brasileiro.

Essa situação impediu que os preços recebidos pelos cotonicultores alcançassem os valores registrados durante o primeiro quadrimestre de 1993. Desde então, os preços estão estabilizados em patamares superiores aos do mesmo período de 1993. Essa estabilidade pode ser atribuída a uma maior procura das indústrias pelo produto nacional em 1994 relativamente à verificada no ano passado (Tabela 28).

Não obstante a conjuntura atual de menor

disponibilidade no mercado externo, as importações continuam sendo contratadas em função das condições mais atrativas de financiamento, como taxas de juros de 7% a 8% a.a., com prazos de até 180 dias, comparativamente às condições de compra do produto nacional e, mais recentemente, pela sobrevalorização cambial. Durante os primeiros sete meses de 1994, as cotações para o produto nacional, na BM&F, de US\$71,41 cents/libra-peso ficaram, em média, 12,0% abaixo do praticado externamente no mesmo período (Tabela 29).

A demanda interna não deve superar as 830,0 mil toneladas, em 1994, permanecendo praticamente no mesmo nível do ano passado e mantendo uma defasagem de aproximadamente 70,0% sobre a produção. A alta dos preços no mercado externo propiciou o crescimento das exportações, que totalizaram 15,0 mil toneladas, representando, porém, um volume irrisório se comparado aos dos anos anteriores. O volume em estoque, em março de 1995, corresponderá a 113,2 mil toneladas, ou seja, permanecerá relativamente elevado por ocasião da próxima colheita (Tabela 27).

As medidas relativas ao algodão, constantes do Plano Agrícola para a safra 1994/95, são consideradas favoráveis à expansão da área de cultivo, com destaque para alguns itens relativos às regras de financiamento e comercialização, tais como: a inclusão de faixa de produtividade de até 2.400kg/ha para efeito de determinação do Valor Básico de Custeio (VBC); os limites de financiamento de 100% para todas as categorias de produtores (nesse caso, o algodão foi o único produto contemplado com o limite máximo); o teto de R\$240 mil para o VBC poderá ser ultrapassado para a área de cultivo do algodão, ficando os financiamentos com equivalência-produto restritos a esse limite; como forma de estímulo à qualidade, o preço mínimo será acrescido de 10,0% sobre a média dos preços de mercado praticados em dezembro de 1994.

Com o objetivo de reverter o atual panorama da cotonicultura nacional, foram propostas pelo setor algodoeiro diversas medidas, as quais encontram-se em fase de análise por diversos órgãos no âmbito federal. São elas: antecipação da TEC dos países do MERCOSUL, prevista para início de setembro de 1994, com estabelecimento de alíquota de importação de 6,0% para fibras têxteis e algodão,

TABELA 26 - Área, Produção e Produtividade Média da Cultura do Algodão, Principais Estados Produtores, Brasil, 1991/92 a 1993/94

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t) ¹			Produtividade (kg/ha) ²		
	1991/92	1992/93	1993/94	1991/92	1992/93	1993/94	1991/92	1992/93	1993/94
Paraná	709,0	371,0	241,0	335,0	185,6	146,3	1.350	1.390	1.785
São Paulo	230,0	149,5	145,0	130,8	73,3	83,3	1.625	1.400	1.690
Minas Gerais	114,7	100,7	90,6	27,7	27,1	26,3	690	770	855
Mato Grosso	57,0	60,0	72,6	29,9	33,6	41,5	1.500	1.600	1.680
Mato Grosso do Sul	69,7	36,2	39,8	32,9	20,2	28,1	1.350	1.595	2.080
Goiás	55,0	38,5	52,7	29,5	27,0	35,5	1.535	2.000	1.980
Subtotal	1.235,4	755,9	641,7	585,8	366,8	361,0	1.369	1.386	1.655
Região Nordeste	720,7	496,1	567,0	75,6	43,2	109,2	317	263	587
Outros estados	15,1	25,1	29,1	5,7	10,2	12,9	1.105	1.195	1.302
Brasil	1.971,2	1.277,1	1.237,8	667,1	420,2	483,1	977	940	1.162

¹Refere-se a algodão em pluma.

²Produtividade expressa em algodão em caroço.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), jul./94.

TABELA 27 - Estimativa de Oferta e Demanda de Algodão em Pluma, Brasil, 1989/90 a 1993/94¹

(em 1.000t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
1989/90	125,2	665,7	86,1	877,0	730,0	110,6	36,4
1990/91	36,4	717,0	105,9	859,3	718,1	124,3	16,9
1991/92	16,9	667,1	167,8	851,8	741,6	33,8	76,4
1992/93	76,4	420,2	495,4	992,0	829,5	7,4	155,1
1993/94	155,1	483,1	320,0	958,2	830,0	15,0	113,2

¹Estoque inicial em 01/03/90 e estoque final em 28/02/91.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), jul./94.

TABELA 28 - Preços Médios Mensais Reais de Algodão em Caroço Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1991-94¹
(R\$/arroba)

Mês	1991	1992	1993	1994
Jan.	5,50	4,40	5,61	5,32
Fev.	5,87	5,37	8,16	6,01
Mar.	6,90	5,08	7,28	6,61
Abr.	6,63	5,07	6,26	6,19
Mai	6,33	4,47	5,91	6,11
Jun.	5,96	4,36	5,39	5,71
Jul.	5,69	4,95	5,00	6,28
Ago.	5,43	5,40	4,97	6,22
Set.	5,10	5,32	4,98	...
Out.	4,92	5,35	4,89	...
Nov.	4,58	5,52	4,96	...
Dez.	4,14	5,78	5,12	...

¹Em R\$ de agosto de 1994, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 29 - Cotações Mensais de Algodão em Pluma na Bolsa de Mercadorias & Futuros, São Paulo, 1991-94¹
(em cents US\$/libra-peso)

Mês	1991	1992	1993	1994
Jan.	66,06	62,78	76,89	65,82
Fev.	66,59	56,96	72,74	69,09
Mar.	75,47	50,29	68,31	74,60
Abr.	70,24	48,98	68,64	74,06
Mai	66,58	47,92	67,08	73,25
Jun.	66,85	54,14	61,27	71,27
Jul.	66,42	58,47	59,48	71,79
Ago.	65,67	61,25	61,11	73,72
Set.	63,11	61,62	58,57	...
Out.	59,55	63,54	56,67	...
Nov.	53,14	66,76	56,92	...
Dez.	58,72	70,82	57,53	...
Média	64,87	58,63	63,77	71,70

¹Sem ICMS.

Fonte: Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

para terceiros países; proibição da importação de algodão a preço abaixo do mínimo nacional, ou criação de preço mínimo de importação; proibição da importação de algodão em caroço como prevenção da introdução de pragas e doenças; limitação da importação de algodão em pluma à complementação da oferta interna; uniformização da incidência de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na importação e na comercialização interna em todo o País; extensão das operações de Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda (EGF/COV) a usinas beneficiadoras; e implementação do sistema de armazéns alfandegados, com o objetivo de propiciar ao produto nacional condições de financiamento que lhe dêem competitividade em relação ao do exterior.

Considerando as estimativas de custos operacionais elaboradas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), o VBC deverá cobrir uma parte maior do desembolso do cotonicultor paulista, comparativamente a anos anteriores. O custo operacional efetivo na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Campinas, de R\$580,92/ha, deverá ter cobertura de

94,4% pelo VBC relativo à faixa de produtividade de 2.001 a 2.400kg/ha, enquanto, na DIRA de Presidente Prudente, o custo operacional efetivo (COE) terá cobertura de 89,7% se considerado o VBC correspondente ao rendimento de 1.905kg/ha (Tabelas 30 e 31).

O preço mínimo de garantia para o algodão em caroço foi fixado em R\$5,52/@, com base em agosto, para início das operações em fevereiro de 1995. Embora inferior ao nível de preços atualmente praticados no mercado, é superior ao custo operacional total de R\$4,64/@ na DIRA de Campinas, porém abaixo do custo de Presidente Prudente, de R\$5,84/@. Além dos preços vigentes durante a comercialização da safra 1993/94, a decisão relativa ao plantio da safra vindoura deverá ser baseada inclusive nos ganhos em termos de rendimento médio obtido no ano anterior. Acrescentando-se a isso as medidas de estímulo à cultura, constantes no Plano Agrícola, espera-se expansão de aproximadamente 15,0% na área cultivada com algodão no Estado de São Paulo e de 20% para a Região Centro-Sul como um todo.

TABELA 30 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Algodão, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 159 arrobas de 15kg, Divisão Regional Agrícola de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por arroba	Por hectare	Por arroba	
Mão-de-obra	43,89	0,28	48,77	0,31	5,95
Sementes	23,76	0,15	26,40	0,17	3,22
Aubos e corretivo	124,38	0,78	138,20	0,87	16,87
Defensivos	114,15	0,72	126,83	0,80	15,48
Operação de máquinas	139,59	0,88	155,10	0,98	18,93
Colheita por empreita	135,15	0,85	150,17	0,94	18,33
Custo operacional efetivo (COE)	580,92	3,65	645,47	4,06	78,79
Depreciação de máquinas	59,56	0,37	66,17	0,42	8,08
Encargos financeiros ²	21,18	0,13	23,54	0,15	2,87
Encargos sociais ³	14,48	0,09	16,09	0,10	1,96
PROAGRO ⁴	38,39	0,24	42,66	0,27	5,21
Contribuição ao INSS ⁵	22,74	0,14	25,26	0,16	3,08
Custo operacional total (COT)	737,26	4,64	819,18	5,15	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Taxa de juros de 11% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 7% do VBC, considerando o limite de financiamento de 100%.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (159@ x CR\$6,50).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 31 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Algodão, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 127 Arrobas de 15kg, Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por arroba	Por hectare	Por arroba	
Mão-de-obra	63,68	0,50	70,76	0,56	8,58
Sementes	20,45	0,16	22,72	0,18	2,76
Adubos e corretivo	106,44	0,84	118,26	0,93	14,34
Defensivos	88,45	0,70	98,27	0,77	11,92
Operação de máquinas	180,97	1,42	201,08	1,58	24,39
Colheita por empreita	107,95	0,85	119,94	0,94	14,55
Custo operacional efetivo (COE)	567,94	4,47	631,04	4,97	76,54
Depreciação de máquinas	79,53	0,63	88,37	0,70	10,72
Encargos financeiros ²	19,68	0,15	21,86	0,17	2,65
Encargos sociais ³	21,02	0,17	23,35	0,18	2,83
PROAGRO ⁴	35,65	0,28	39,61	0,31	4,81
Contribuição ao INSS ⁵	18,16	0,14	20,18	0,16	2,45
Custo operacional total (COT)	741,97	5,84	824,42	6,49	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Taxa de juros de 11% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 7% do VBC, considerando o limite de financiamento de 100%.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (127@ x CR\$6,50).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

4.2 - Amendoim

Em 1993, sobretudo a partir de maio, produtores chineses de milho e de algodão voltaram-se para o cultivo de amendoim, influenciados pela melhora dos preços internacionais desse produto. Associado à expansão de 15% na área plantada com amendoim, o clima favorável na colheita de outono da safra 1993/94 proporcionou 25% de aumento na produtividade chinesa, além de conferir à China um novo recorde de produção (8.420 mil toneladas). Como aquele país vinha exportando, em média, 8% do volume produzido, pouco após a colheita os preços internacionais do amendoim descascado declinaram (Tabela 32).

O preço do óleo de amendoim, em Rotterdam, não acompanhou a baixa das cotações do grão. Em 1993, reduziram-se as ofertas do sudeste dos Estados Unidos, da Índia e do Senegal, que enfrentavam problemas de seca, e a queda da área plantada na Argentina devido à preferência dos produtores pelo cultivo de soja e milho. Excetuando-se a Índia, esses países, juntos, têm sido responsáveis por pouco mais de 50% das exportações mundiais de óleo. Portanto, o aumento de oferta de subprodutos chineses não foi suficiente para compensar a menor disponibilidade para exportação daqueles países, e, pela primeira vez, os preços do óleo no mercado internacional estiveram acima dos do grão (Tabela 32).

O USDA estima que, em 1994/95, a produção chinesa esteja 13% aquém da anterior. Convém notar, porém, que essa produção manter-se-á 6% acima da média do período 1992-94 (Tabela 33).

Apesar do declínio de 4% da área plantada nos Estados Unidos e das inundações em partes da região sudeste desse país (onde predomina o cultivo de *runners*), o USDA prevê acréscimo de 14% da produção em 1994/95 quando comparada com a anterior, acréscimo atribuído ao aumento de produtividade. Com respeito à Argentina, aquele Departamento espera que, apesar do aumento de 7% na área, o declínio de 7% na produtividade reduzirá em 1% o volume produzido na safra 1994/95.

De acordo com o USDA, a safra indiana 1993/94 poderá fechar em torno de 7.400 mil toneladas, portanto 16,42% menor que a safra 1992/93 e 5,12% abaixo das projeções efetuadas para

a safra 1994/95. Estima também que a produção mundial 1994/95 deva situar-se 1,6% aquém da safra corrente.

Em âmbito mundial, é esperado aumento de 0,8% para a moagem e pequeno decréscimo no comércio do grão de amendoim.

Diante dessa conjuntura, se as perspectivas atuais permanecerem, acredita-se que o preço do óleo de amendoim, em Rotterdam, normalizar-se-á (baixar) nos primeiros meses de 1995. Conseqüentemente, a União Européia, grande importadora de amendoim e derivados, deverá retomar as aquisições de óleo em seus níveis normais. Com a alta do preço, em 1994, as importações européias de óleo de amendoim caíram 8%, em preferência aos de palma e coco.

Quanto às cotações do grão, é esperado um pequeno acréscimo a partir da segunda quinzena de setembro, que deverá perdurar, no mínimo, até meados de novembro, porém abaixo dos níveis praticados em 1993 e acima dos de 1992. Para 1995, dependendo do tamanho do estoque atual dos principais exportadores de amendoim e derivados, o declínio de 1,6% na produção mundial não assegurará melhoria nas cotações internacionais.

Apesar da redução de 4% na área plantada de amendoim no Brasil na safra 1993/94, quando comparada com a anterior, o aumento de produtividade garantiu um volume próximo ao observado em 1992/93 (Tabela 34).

Considerando-se a boa qualidade da safra 1993/94, parcela relevante da produção deveria ser destinada ao mercado de doces e confeitos, que oferece melhores preços ao produtor. No primeiro semestre de 1994, porém, as aquisições daquele tipo de indústria retraíram-se devido à expectativa de implantação do Plano Real. O desinteresse pelo preço pago pelas indústrias de óleo, associado ao aumento da produção brasileira de soja, fez com que pouco amendoim (apenas o resíduo do beneficiamento) fosse destinado à moagem.

Dada a retração da demanda interna, dois aspectos devem ser considerados: o grande volume estocado (remanescente da safra das águas 1993/94) em cooperativas e armazéns de produtores e a menor rentabilidade econômica auferida pelo produtor paulista de amendoim, sobretudo no primeiro semestre de 1994 (Tabela 35). Desde março, os preços

TABELA 32 - Preços Internacionais de Amendoim Descascado e Óleo de Amendoim, 1991 a 1994

(US\$/tonelada)

Mês	Grão ¹				Óleo ²			
	1991	1992	1993	1994	1991	1992	1993	1994
Jan.	1.850	812	846	1.196	1.013	619	621	993
Fev.	1.780	779	853	1.169	1.027	605	611	1.011
Mar.	1.700	766	860	1.180	1.022	595	602	1.013
Abr.	1.500	794	870	988	986	616	623	1.030
Mai	1.256	827	1.038	908	919	651	685	1.020
Jun.	1.103	820	1.026	919	919	665	712	1.014
Jul.	1.100	830	992	920	930	644	773	1.017
Ago.	920	796	1.061	920	929	600	858	1.017
Set.	930	759	1.501	...	844	562	845	...
Out.	956	799	1.424	...	799	565	807	...
Nov.	854	816	1.304	...	710	575	808	...
Dez.	800	820	1.310	...	614	622	924	...

¹Runners 40/50, de origem norte-americana.²De qualquer origem, CIF Rotterdam.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), jul./94.

TABELA 33 - Produção Mundial de Amendoim¹, Principais Países, 1991/92 a 1994/95

(em 1.000t)

País	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95
Estados Unidos	2.235	1.943	1.539	1.753
China	6.300	5.953	8.420	7.300
Índia	7.095	8.854	7.400	7.800
Argentina	-	-	250	240
Total mundial	22.240	23.030	23.780	23.400

¹Em grão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), jul./94.

TABELA 34 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura de Amendoim, Estado de São Paulo, 1990/91 a 1993/94

Ano agrícola	Primeira safra (das águas)			Segunda safra (da seca)		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1990/91	59,4	121,5	2.045	17,9	27,5	1.536
1991/92	63,6	125,0	1.965	21,3	28,8	1.352
1992/93	54,6	111,0	2.033	16,6	26,0	1.566
1993/94	53,1	111,8	2.105	15,5	24,0	1.552

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

TABELA 35 - Preços Médios Mensais de Amendoim em Casca Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1992-94

(em R\$/sc.25kg)¹

Mês	1992 (a)	1993 (b)	1994 (c)	Variação percentual (c)/(d)
Jan.	8,49	5,11	6,45	26,22
Fev.	6,44	4,2	5,35	27,38
Mar.	4,97	6,7	5,87	-12,39
Abr.	4,38	7,88	5,95	-24,49
Mai	4,87	8,25	5,92	-28,24
Jun.	6,16	8,2	6,03	-26,46
Jul.	5,49	7,8	7,53	-3,46
Ago.	6,4	9,23	7,68	-16,79
Set.	7,49	10,9
Out.	6,35	10,66
Nov.	5,82	8,39
Dez.	5,01	7,55

¹Em R\$ de agosto, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

médios mensais têm-se situado, em termos reais, muito abaixo dos verificados em 1993, quando parcela considerável da produção foi destinada ao esmagamento, elevando o volume de óleo bruto exportado em 106%, em relação a 1992 (Tabela 35 e 36). Em julho, os preços recebidos pelo produtor aumentaram 20%, se comparados com os do mês anterior. Isso pode ser atribuído não só à maior demanda do mercado de sementes, como também ao aumento de renda dos consumidores devido à queda da inflação, o que tem estimulado as indústrias de confeitos a retomarem suas compras.

Para a safra 1994/95, espera-se aumento de produtividade devido à expansão do cultivo do amendoim em áreas de reforma de canaviais, uma vez que os produtores da região da Alta Paulista têm preferido firmar os contratos de arrendamento com usineiros e não com pecuaristas, como vinha ocorrendo nas últimas safras.

Associado ao incremento desse sistema de produção, a área deveria aumentar, tendo em vista que o plantio em regiões mais afastadas pode gerar aumento no custo de produção, sendo necessário, portanto, uma compensação em termos de tamanho de área a ser arrendada. Alguns fatores, porém, poderão inibir o plantio: a) se a ausência de chuvas persistir até início de outubro, o plantio de amendoim poderá atrasar demais, dificultando o cultivo em áreas de reforma de canaviais e b) não bastasse o atraso na liberação de crédito para a safra 1994/95, mais uma vez o amendoim está com baixo índice de cobertura de custo efetivo. Segundo o IEA, na DIRA de Marília, onde predominam pequenos e médios produtores, para obter 2.500kg/ha, o agricultor terá uma despesa de R\$526,14 (Tabela 37). Caso opte pela captação de financiamento de custeio (R\$393,38/ha), com limite de 80% do VBC, o produtor terá que buscar recursos próprios para

cobrir 40,2% das despesas operacionais da cultura. Na DIRA de Ribeirão Preto, considerando-se produtividade de 3.250kg/ha e limite de 60% sobre o financiamento, os grandes produtores desembolsarão 54,0% do custo operacional efetivo, estimado pelo IEA em R\$513,68 (Tabela 38).

Nessa conjuntura, espera-se que a área de plantio em 1994/95 situe-se em nível semelhante ao da safra anterior.

Quanto à comercialização da safra 1994/95, a qualidade do produto continuará a ser fator relevante no destino da produção e, conseqüentemente, na formação de preço do mesmo.

O consumo de amendoim pelas indústrias nacionais de doces e confeitos tem sido motivado, no mercado interno, pelas atuais cotações do amendoim com casca e pela perspectiva de manutenção de baixos níveis inflacionários. Associado a isso, com a abertura do mercado brasileiro, sobretudo com o advento do MERCOSUL, essas indústrias vêem chance de aumentar a venda de seus produtos.

Há indícios, porém, de que com a consolidação do MERCOSUL, o Ministério da Saúde altere as normas de legislação sanitária. Acredita-se que o nível de aflatoxina permitido deverá reduzir-se, inclusive na comercialização do produto no mercado interno.

Portanto, é necessário colher o amendoim com baixo nível de umidade e aumentar o controle nas condições de armazenagem. Caso contrário, pode-se ter problemas com a comercialização do amendoim brasileiro, restando-lhe, como solução imediata, as indústrias de esmagamento (que implica em menores preços recebidos pelo produtor). Enquanto a legislação sanitária não for alterada e os preços internos do amendoim em casca estiverem igual ou abaixo do produto argentino, certamente as indústrias brasileiras darão preferência ao amendoim nacional.

TABELA 36 - Exportação Brasileira de Amendoim e Derivados, 1991-93

Ano	Óleo bruto		Em casca	
	1.000t	Variação anual (%)	1.000t	Variação anual (%)
1991	7,03	-	2,52	-
1992	7,59	7,97	4,76	88,9
1993	15,70	106,85	3,89	-18,28

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 37 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Amendoim, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 100sc. de 25kg, Divisão Regional Agrícola de Marília, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	48,87	0,49	54,30	0,54	7,47
Sementes	87,30	0,87	96,99	0,97	13,35
Adubos e corretivo	79,16	0,79	87,95	0,88	12,11
Defensivos	106,71	1,07	118,57	1,19	16,32
Operação de máquinas	174,11	1,74	193,46	1,93	26,63
Sacaria	30,00	0,30	33,33	0,33	4,59
Custo operacional efetivo (COE)	526,14	5,26	584,60	5,85	80,47
Depreciação de máquinas	76,40	0,76	84,89	0,85	11,68
Encargos financeiros ²	5,47	0,05	6,08	0,06	0,84
Encargos sociais ³	16,13	0,16	17,92	0,18	2,47
PROAGRO ⁴	16,52	0,17	18,36	0,18	2,53
Contribuição ao INSS ⁵	13,20	0,13	14,67	0,15	2,02
Custo operacional total (COT)	653,86	6,54	726,51	7,27	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Taxa de juros de 11% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 7% do VBC, considerando o limite de financiamento de 60%.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (100sc. x R\$6,00).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 38 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Amendoim, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 130sc. de 25kg, Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	93,69	0,72	104,10	0,80	15,27
Sementes	114,80	0,88	127,56	0,98	18,71
Adubos e corretivo	65,00	0,50	72,22	0,56	10,59
Defensivos	70,79	0,54	78,66	0,61	11,54
Operação de máquinas	115,40	0,89	128,23	0,99	18,81
Sacaria	39,00	0,30	43,33	0,33	6,36
Transporte da produção	15,00	0,12	16,67	0,13	2,44
Custo operacional efetivo (COE)	513,68	3,95	570,76	4,39	83,71
Depreciação de máquinas	25,48	0,20	28,31	0,22	4,15
Encargos financeiros ²	9,88	0,08	10,98	0,08	1,61
Encargos sociais ³	30,92	0,24	34,35	0,26	5,04
PROAGRO ⁴	16,52	0,13	18,36	0,14	2,69
Contribuição ao INSS ⁵	17,16	0,13	19,07	0,15	2,80
Custo operacional total (COT)	613,64	4,72	681,83	5,24	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Taxa de juros de 11% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 7% do VBC, considerando o limite de financiamento de 60%.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (130sc. x R\$6,00).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

4.3 - Arroz

A produção brasileira de arroz em casca em 1994 foi de 10,63 milhões de toneladas, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Esse volume é 5% superior ao obtido no ano passado e 11% superior ao colhido no ano retrasado. A produtividade média obtida no período de 1991/92 a 1993/94 foi crescente (Tabela 39).

No Rio Grande do Sul, maior produtor de arroz do País, a produção de 4,23 milhões de toneladas foi 15% inferior à obtida no ano anterior, basicamente devido às condições climáticas desfavoráveis, uma vez que a redução da área plantada foi de apenas 1%.

Nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, pelo contrário, as condições climáticas favoráveis e o aumento da área plantada permitiram acréscimo de 1,2 milhão de toneladas na produção, relativamente à obtida em 1993 (Tabela 39).

A CONAB avalia a produção nacional em 10,86 milhões de toneladas, volume 2% superior ao divulgado pela FIBGE. Essa produção, somada ao estoque inicial de 1,07 milhão de toneladas e as importações de 850 mil toneladas, seria suficiente para o abastecimento do País de março de 1994 a março de 1995, quando se teria um estoque final de 1,2 milhão de toneladas. Esse estoque final, além de ser baixo e suficiente apenas para o consumo de 34 dias está superestimado, uma vez que a CONAB vem projetando o consumo nacional usando taxa de crescimento de 1% ao ano, inferior ao crescimento demográfico (Tabela 40).

A partir de junho, iniciaram-se as entradas de arroz asiático a preços inferiores aos sugeridos pelos produtores nacionais. A pressão de venda por parte do Uruguai e da Argentina este ano foi menor, pois esses países destinaram a maior parte de seus excedentes a outros mercados. A partir de setembro, a entrada de produto asiático deverá se reduzir em favor de importações dos Estados Unidos e dos países do MERCOSUL.

Em setembro de 1994, os estoques do Governo totalizaram 4,66 milhões de toneladas, 3,42 milhões sob a forma de contratos de Empréstimos do Governo Federal (EGFs) e 1,24 milhão resultantes de Aquisições do Governo Federal (AGFs). Quase metade do volume total, 2,05 milhões de toneladas,

é constituída de produto de safras antigas (colhidas até 1992) na forma de EGFs e AGFs, que pode ser colocado no mercado via leilões, independentemente do preço praticado no atacado superar o Preço de Liberação de Estoques (PLE). Para outubro, já estão programados leilões de 340 mil toneladas. Esse volume de estoques fornece ao Governo boas condições de controle dos preços no varejo, até a entrada da próxima colheita, especialmente no caso de arroz de qualidade inferior.

O escoamento dos EGFs das safras recentes depende da evolução dos preços de mercado. A partir de US\$12,00/50kg, o arroz agulhinha da safra 1993/94 pode ser reconduzido ao mercado pelos produtores, o que deverá acontecer até o final do ano.

Nota-se que a Portaria nº 182, de 25 de agosto de 1994, trouxe modificações nas normas que determinam o cálculo do PLE, que passa também a ser regionalizado. A margem máxima de flutuação aplicada sobre a média de preços dos últimos 60 meses, excluídos os cinco maiores e os cinco menores valores registrados, passa a ser de 15% para todos os produtos. Essa portaria define ainda que, "quando o preço de internação do produto importado for sistematicamente inferior ao PLE, mesmo após a incidência de imposto de importação e/ou tributação compensatória, inviabilizando a venda dos estoques públicos, a CONAB terá como referencial para o início e a suspensão das vendas dos seus estoques um preço-piso equivalente ao custo de internação. Para a definição do preço de abertura e/ou aceitação de proposta para venda dos estoques públicos poderá ser usado o custo de internação do produto, considerando ágios ou deságios de safra, localização, tipo, classe, rendimento industrial, mesmo que seja inferior ao preço mínimo".

Os preços recebidos pelos produtores da Região Sul durante a safra deste ano foram mais favoráveis que no ano anterior, compensando a redução verificada na produtividade. Nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, ocorreu o contrário, ou seja, preços recebidos inferiores e produtividades superiores. Em São Paulo, os preços médios ao produtor durante a safra vem se mantendo estáveis nos últimos anos (Tabela 41).

Os dados de preços de atacado levantados pelo IEA na zona cerealista da cidade de São Paulo, que abastece o varejo de menor porte, mostram que

TABELA 39 - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Arroz nos Principais Estados, Regiões e Brasil, 1991/92 a 1993/94¹

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1991/92	1992/93	1993/94	1991/92	1992/93	1993/94	1991/92	1992/93	1993/94
Região Centro-Sul	2.959,2	2.772,3	2.684,4	8.474,8	8.153,1	7.745,1	2.864	2.941	2.885
Região Sul	1.178,2	1.249,0	1.246,3	5.471,5	5.785,1	5.139,7	4.644	4.632	4.124
Rio Grande do Sul	899,8	981,5	976,5	4.568,3	4.965,2	4.230,7	5.077	5.059	4.332
Santa Catarina	151,0	146,1	149,7	689,1	598,4	667,0	4.565	4.097	4.455
Região Sudeste	678,4	614,8	558,8	1.211,9	1.173,2	1.070,1	1.786	1.908	1.915
São Paulo	189,5	164,2	147,2	337,2	311,1	276,0	1.780	1.895	1.875
Minas Gerais	436,0	402,7	366,7	726,9	705,2	644,8	1.667	1.751	1.759
Região Centro-Oeste	1.197,7	908,5	879,4	1.674,6	1.194,8	1.535,3	1.398	1.315	1.746
Goiás	430,5	304,5	299,7	591,3	384,1	466,9	1.374	1.262	1.558
Mato Grosso	616,5	491,2	482,3	850,7	587,6	839,4	1.380	1.196	1.741
Região Nordeste	1.271,2	1.120,3	1.198,4	834,5	1.102,3	1.846,9	656	984	1.541
Maranhão	799,7	737,8	760,7	400,9	632,3	1.036,7	501	857	1.363
Piauí	268,8	250,6	273,3	121,7	191,5	399,1	453	764	1.460
Região Norte	520,7	528,2	558,0	769,5	887,5	1.038,0	1.478	1.680	1.860
Tocantins	213,2	166,1	168,4	319,2	305,8	406,5	1.497	1.840	2.413
Rondônia	117,3	125,0	156,0	191,1	209,8	273,2	1.628	1.678	1.751
Brasil	4.846,3	4.420,8	4.440,8	9.961,9	10.142,9	10.629,9	2.056	2.294	2.394

¹Dados preliminares para 1993/94.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

TABELA 40 - Estimativa de Oferta e Demanda de Arroz em Casca, Brasil, 1989/90 a 1993/94¹

(em 1.000t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
1989/90	4.472,9	7.967,6	717,6	13.158,1	11.000,0	10,8	2.147,3
1990/91	2.147,3	9.996,8	1.296,6	13.440,7	11.220,0	2,1	2.218,6
1991/92	2.218,6	10.102,8	732,3	13.053,7	11.332,2	2,2	1.719,3
1992/93	1.719,3	9.902,8	900,0	12.522,1	11.445,5	4,3	1.072,3
1993/94	1.072,3	10.858,6	850,0	12.780,9	11.560,0	2,2	1.218,7

¹Estoque inicial em 01/03/90 e estoque final em 28/02/91.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), jul./94.

TABELA 41 - Preços Médios de Arroz em Casca Recebidos pelos Produtores e Preços Mínimos Médios no Período de Safra (Março-Junho), 1992-94¹(em R\$/sc.60kg)¹

Estado	1992	1993	1994
Rio Grande do Sul e Santa Catarina			
Catarina	9,28	8,91	9,47
São Paulo	9,48	9,49	9,42
Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás			
Grosso e Goiás	7,56	8,00	7,57
Maranhão	8,47	9,26	7,74
Preço mínimo de arroz agulhinha	12,10	10,60	9,81
Preço mínimo de arroz de sequeiro	8,87	7,79	7,23

¹Em R\$ de agosto de 1994, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

a partir de março deste ano os preços médios mensais superaram os dos anos anteriores. Nota-se que a implantação da nova moeda em julho alcançou o preço do arroz no atacado em nível bastante alto para essa época do ano e 55% superior, em termos reais, ao preço médio praticado em maio (Tabela 42).

Os preços do varejo tiveram comportamento semelhante. A diferença entre os preços médios de julho e maio foi de 72% em termos reais. Com relação ao preço do arroz em casca, o comportamento foi diferente. O arroz em casca paulista, sem diferenciar agulhinha e sequeiro, teve preço médio em julho 25% superior ao registrado em maio. No Rio Grande do Sul, de onde vem praticamente todo

agulhinha comercializado em São Paulo, o preço médio do arroz em casca superou em 23% o preço médio praticado em maio, segundo dados levantados pela FGV. Dessa diferença de comportamento entre o arroz em casca e o beneficiado no atacado e no varejo na implantação do real (R\$), conclui-se que a elevação desses últimos deveu-se muito mais a especulação defensiva do que a repasse de custo. Em agosto, os preços no atacado e no varejo apresentaram redução de 8% em valores constantes.

Quando se observam os preços médios em dólar da safra de arroz paulista, irrigado e sequeiro, desagregados, nota-se uma diferença de comportamento que favorece o produto irrigado. A participa-

TABELA 42 - Preços Médios Mensais do Arroz em Casca Recebidos pelo Produtor, do Arroz Beneficiado no Atacado (Agulhinha, Tipo 2) e no Varejo (Agulhinha, Tipo 2), Estado de São Paulo, 1992-94¹

(em R\$)

Mês	Produtor ² (sc.60kg)			Atacado ² (sc.60kg)			Varejo ² (kg)		
	1992	1993	1994	1992	1993	1994	1992	1993	1994
Jan.	13,11	12,52	12,37	33,35	27,05	30,15	0,75	0,56	0,58
Fev.	11,52	11,18	11,33	29,32	24,71	26,31	0,66	0,51	0,53
Mar.	9,65	9,97	9,53	20,24	24,63	26,11	0,56	0,46	0,46
Abr.	9,15	9,34	8,87	22,47	23,76	24,46	0,52	0,46	0,45
Mai	9,07	9,24	9,48	23,34	24,91	25,78	0,51	0,46	0,50
Jun.	10,04	9,40	9,80	28,61	23,92	30,38	0,57	0,46	0,57
Jul.	10,59	9,96	11,82	26,88	24,85	34,87	0,55	0,48	0,69
Ago.	12,04	10,68	12,09	24,01	27,44	32,10	0,57	0,49	0,64
Set.	12,83	10,99	...	31,90	26,70	...	0,63	0,51	...
Out.	13,48	11,29	...	29,60	26,01	...	0,62	0,49	...
Nov.	13,58	11,80	...	30,29	26,95	...	0,61	0,48	...
Dez.	13,42	12,27	...	29,00	29,62	...	0,61	0,55	...

¹Em R\$ de agosto de 1994, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²Os preços de arroz em casca ao produtor referem-se ao Estado de São Paulo, os preços de atacado e varejo de arroz beneficiado referem-se à Cidade de São Paulo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

ção deste último na produção paulista este ano foi de 41%, enquanto sua participação na área plantada foi de 16% (Tabelas 43 e 44).

Em agosto, foi divulgado o plano de safra 1994/95, que define os parâmetros de preço mínimo e crédito rural. Os preços mínimos, de R\$8,85 e R\$12,02 por 60kg de arroz de sequeiro e agulhinha, respectivamente, cobrem 93% do custo operacional efetivo estimado pelo IEA no caso do arroz de sequeiro e 165% no caso do arroz irrigado (Tabelas 45 e 46). Considerando o custo operacional total que envolve, além dos custos diretos, as despesas financeiras, depreciação, seguro e encargos sociais, a cobertura cai para 74% no caso do arroz de sequeiro e 129% no caso do irrigado. Essas coberturas são bem superiores às vigentes nas três últimas safras (Tabelas 43 e 44).

Os "preços mínimos divulgados em reais poderão ser revistos em 1º de fevereiro de 1995, de modo a garantir o equilíbrio econômico financeiro da atividade agrícola", conforme o plano de safra divulgado, que define a correção dos financiamentos agrícolas dos médios e grandes produtores pela variação integral da Taxa Referencial de Juros (TR). Não houve amarração clara entre a correção dos preços mínimos e a dos financiamentos. Pode não haver correção do preço mínimo, se a inflação que ocorrer até a colheita for considerada baixa. Essa solução talvez não provoque grande reação dos tomadores de crédito, para os quais a equivalência-produto resolve o problema do descasamento, pois o seu referencial é o preço mínimo na ocasião da contratação do crédito, porém rebaixaria o piso real de sustentação de preço.

Os VBCs definidos, de R\$185,33 e R\$387,78 por hectare para o arroz de sequeiro e irrigado nas faixas correspondentes às produtividades consideradas no cálculo de custos do IEA, permitem a cobertura de 57% e 61% dos custos operacionais efetivos do arroz de sequeiro e irrigado, respectivamente. Nesse cálculo, supõe-se que o agricultor tome financiamento de 80% do VBC, que é o limite de financiamento por hectare estabelecido para produtores médios e grandes. O plano de safra estabelece, porém, a possibilidade de financiamento de até 100% do VBC no caso do produtor que assegurar aumento de produtividade de pelo menos 5% sobre a média obtida nos últimos três anos.

Esse plano estabelece também um limite máximo de financiamento por cultura e produtor de R\$240.000,00, o que seria suficiente para financiar 792 hectares de lavoura irrigada ou 1.636 hectares de lavoura de sequeiro, supondo-se 80% do VBC por hectare, nas faixas de produtividade tomadas por base pelos custos de produção calculados pelo IEA (Tabelas 45 e 46). Essas áreas são bastante elevadas em relação ao tamanho médio das lavouras de arroz e, portanto, esse limite do financiamento não deve ter efeitos negativos sobre a área cultivada. Poderá ser benéfico, melhorando a distribuição dos recursos disponíveis.

Dados o limite de financiamento de 80% do VBC e os preços mínimos definidos em valores de agosto, a equivalência-produto para saldar o custeio seria de 18 sacas de arroz de sequeiro e 27 sacas de arroz irrigado por hectare, incluídos os juros correspondentes a oito meses.

As perspectivas para o próximo plantio são razoáveis, como reflexo do resultado obtido na atual safra e dos parâmetros de preço mínimo e financiamento. A incerteza, porém, é grande com relação aos preços de mercado na safra e mesmo ao preço mínimo, que poderá não ser reajustado. As taxas de juros muito elevadas desestimulam os investimentos necessários à expansão de área, além de atrair a aplicação dos recursos próprios para investimentos rentáveis e de pouco risco, existentes no mercado financeiro.

Embora ainda não tenham sido feitos levantamentos mais acurados de intenção de plantio, a previsão é de que a área mantenha-se nas regiões produtoras mais especializadas na cultura. Assim sendo, um eventual aumento de produção dependerá de condições climáticas que favoreçam boas produtividades.

Na Região Sul, os plantios já estão se iniciando e o nível dos mananciais é favorável, porém na Região Sudeste e parte de Goiás está ocorrendo forte estiagem que já atrasou o preparo do solo e poderá retardar muito o plantio. No Nordeste, onde houve condições excelentes na safra passada, representando cerca de 10% da produção nacional, raramente se repetem dois períodos de plantio muito favoráveis. Assim, supondo produção da ordem de 11 milhões de toneladas, consumo de 11,8 milhões de toneladas e estoque final de 1 milhão de toneladas (o consumo de um mês), as importações terão que ser

TABELA 43 - Informações Referentes ao Arroz de Sequeiro, Estado de São Paulo, Safras 1991/92 a 1994/95¹

Item	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95 ²
Área (em hectare)	165.800	144.700	122.290	...
Produção (em tonelada)	251.400	228.000	195.600	...
Produtividade (em kg/ha)	1.516	1.575	1.599	...
Custo operacional efetivo (em US\$/sc.60kg)	12,32	8,59	9,15	10,41
Custo operacional total (em US\$/sc.60kg)	14,28	11,28	11,45	13,12
Preço de mercado na safra ³ (em US\$/sc.60kg)	8,19	9,02	9,77	...
Preço mínimo na safra ⁴ (na safra em US\$/sc.60kg)	7,72	7,63	7,95	9,72 ⁵

¹Valor em dólar, convertido pela cotação média mensal do dólar comercial.

²Valor convertido em dólar comercial pela cotação média de agosto (US\$1,00 = R\$0,90).

³Preço médio do período março-junho, na DIRA de São José dos Campos.

⁴Preço mínimo estabelecido para a safra 1994/95.

⁵Preço oficial, estabelecido para a safra 1994/95, sujeito a correção após 28/02/95.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 44 - Informações Referentes ao Arroz Irrigado, Estado de São Paulo, Safras 1991/92 a 1994/95¹

Item	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95 ²
Área (em hectare)	23.140	22.450	19.950	...
Produção (em tonelada)	84.000	78.900	81.000	...
Produtividade (em kg/ha)	3,6	3,51	4,06	...
Custo operacional efetivo (em US\$/sc.60kg)	9,85	7,76	7,93	7,98
Custo operacional total (em US\$/sc.60kg)	11,53	9,49	9,72	10,25
Preço de mercado na safra ³ (em US\$/sc.60kg)	9,18	9,79	11,62	...
Preço mínimo na safra ⁴ (em US\$/sc.60kg)	10,50	10,38	10,81	13,21 ⁵

¹Valor em dólar, convertido pela cotação média mensal do dólar comercial.

²Valor convertido em dólar comercial pela cotação média de agosto (US\$1,00 = R\$0,90).

³Preço médio do período março-junho, na DIRA de São José dos Campos.

⁴Preço mínimo estabelecido para a safra 1994/95.

⁵Preço oficial, estabelecido para a safra 1994/95, sujeito a correção após 28/02/95.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 45 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Arroz de Sequeiro, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 27sc. de 60kg, Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	25,58	0,95	28,43	1,05	7,81
Sementes	12,60	0,47	14,00	0,52	3,84
Aubos e corretivo	73,37	2,72	81,52	3,02	22,39
Defensivos	3,52	0,13	3,91	0,14	1,07
Operação de máquinas	83,86	3,11	93,18	3,45	25,59
Colheita por empreita	38,50	1,43	42,78	1,58	11,75
Sacaria	18,36	0,68	20,40	0,76	5,60
Custo operacional efetivo (COE)	255,80	9,47	284,22	10,53	78,05
Depreciação de máquinas	34,76	1,29	38,62	1,43	10,61
Encargos financeiros ²	5,98	0,22	6,65	0,25	1,83
Encargos sociais ³	8,44	0,31	9,38	0,35	2,58
PROAGRO ⁴	17,39	0,64	19,33	0,72	5,31
Contribuição ao INSS ⁵	5,35	0,20	5,94	0,22	1,63
Custo operacional total (COT)	327,72	12,14	364,13	13,49	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Taxa de juros de 11% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 11,7% do VBC, considerando o limite de financiamento de 80%.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (27sc. x R\$9,00).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 46 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Arroz Irrigado, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 70sc. de 60kg, Divisão Regional Agrícola de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	51,07	0,73	56,74	0,81	7,82
Sementes	58,00	0,83	64,44	0,92	8,88
Adubos	93,46	1,34	103,85	1,48	14,32
Defensivos	132,64	1,89	147,38	2,11	20,32
Operação de máquinas	166,42	2,38	184,91	2,64	25,49
Sacaria	7,00	0,10	7,78	0,11	1,07
Custo operacional efetivo (COE)	508,59	7,27	565,09	8,07	77,90
Depreciação de máquinas	74,63	1,07	82,92	1,18	11,43
Encargos financeiros ²	14,47	0,21	16,08	0,23	2,22
Encargos sociais ³	16,85	0,24	18,72	0,27	2,58
PROAGRO ⁴	18,03	0,26	20,03	0,29	2,76
Contribuição ao INSS ⁵	20,33	0,29	22,59	0,32	3,11
Custo operacional total (COT)	652,89	9,33	725,43	10,36	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Taxa de juros de 11% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 4,7% do VBC, considerando o limite de financiamento de 80%.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (70sc.60kg x R\$13,20).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

da ordem de 600 mil toneladas em 1995.

As previsões do USDA para 1994/95 são de queda de 0,1% na produção mundial, aumento de 0,8% no consumo e redução de 15% no estoque final, que levam a crer que os preços internacionais fiquem firmes. Prevê também estreitamento do comércio mundial em 290 mil toneladas em relação a 1994. É possível que a competição entre os exportadores mantenha os preços, especialmente do produto de pior qualidade, em níveis relativamente baixos. Preços externos razoáveis, muito inferiores aos vigentes na época das grandes compras realizadas recentemente pelo Japão, aliados ao dólar barato, podem fazer do arroz importado um rebaixador de preços do mercado interno, tal como vem ocorrendo este ano a partir de junho.

4.4 - Feijão

A produção brasileira de feijão da safra 1993/94, estimada atualmente em 3,35 milhões de toneladas, passa a representar novo recorde histórico, superando em 15,5% o volume de 2,9 milhões de toneladas obtido nas safras 1981/82 e 1987/88.

Desde 1986, quando o Governo Federal interveio mais fortemente no mercado de feijão, tabelando no varejo os preços de venda das variedades preferidas pelo consumidor, o sistema produtivo tem respondido muito pouco às ações governamentais que visassem ao incremento da produção, ao desestímulo ou à absoluta neutralidade nas tomadas de decisão do plantio. Em vista desses fatores, o recorde deve-se exclusivamente à retomada da área plantada de feijão na Região Nordeste.

Em 1992/93, de uma área total de 2.179 mil hectares plantados em duas safras com feijão na Região Nordeste, foram colhidos apenas 1.363 mil hectares, com 37,5% de perda de área, sendo produzidas 476,2 mil toneladas de feijão, com produtividade média de 219kg/ha. Em 1993/94, a área utilizada para plantio nas duas safras foi de 2.969 mil hectares e a área a ser colhida foi estimada em julho pela FIBGE em 2.795 mil hectares, com produção prevista de 1.256,7 mil toneladas de feijão e produtividade média de 450kg/ha.

A produção brasileira de feijão de 1993/94 (três safras) deve ser maior em até 870 mil toneladas

do que a do ano anterior, sendo que na Região Nordeste ocorrerá um aumento de pelo menos 780 mil toneladas, enquanto na Região Centro-Sul, que enfrentou problemas durante o ciclo da primeira safra, as quebras e os aumentos de produção neutralizam-se (Tabela 47).

Da produção de 297.381 toneladas obtida em 1993/94 em duas safras no Ceará, 285,5 mil toneladas são da espécie feijão-de-corda ou macaçar. Paraíba e Pernambuco produziram juntos 143.400 toneladas desse mesmo tipo de feijão.

Em relação a 1992/93, esses três estados produziram 386 mil toneladas de feijão macaçar, cujo consumo restringe-se às próprias regiões produtoras, não influenciando o nível de produção e o consumo da Região Centro-Sul, onde se formam os preços do feijão anão ou comum.

O aumento da produção no Nordeste em conjunto com as 100 mil toneladas de feijão que faziam parte dos estoques oficiais, que o Governo doou para o Programa de Combate à Fome e à Miséria, contribuíram para a elevação do consumo aparente de feijão. A CONAB estima o consumo brasileiro de feijão para o ano comercial 1993/94 em 2.645,6 mil toneladas, contra um consumo de 2.795,6 mil toneladas no ano anterior. A importação de 42 mil toneladas (sendo 30 mil de feijão preto), já confirmada, melhora o nível de suprimento, podendo resultar em um *carry over* de 458,9 mil toneladas (Tabela 48).

Independente de qualquer política agrícola (favorável ou desfavorável à cultura), a reação dos produtores de feijão diante de uma situação de mercado com preços elevados, ou que superam as expectativas, é de ampliar a área plantada ou, até mesmo, melhorar o nível tecnológico (como utilização de maquinários modernos, sementes certificadas, correção de acidez do solo, irrigação, etc.) no sentido de aumentar a produtividade e/ou a qualidade do produto. Salvo alguns períodos em que ocorreram ofertas excessivas de produto de outras regiões, os preços de feijão recebidos pelos produtores do Estado de São Paulo nos últimos 24 meses foram bastante remuneradores, de uma cotação média de US\$21,39/sc.60kg de feijão cariquinho em junho de 1992 atingiu a cotação média de US\$78,35/sc. em março de 1994. Comparando os preços recebidos no de janeiro a março de cada ano, tem-se um aumento

TABELA 47 - Área, Produção Anual e Participação Percentual da Cultura de Feijão (Três Safras), Principais Estados Produtores, Brasil, 1990/91 a 1993/94¹

Estado	Área (ha)			
	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
Bahia	704.821	740.288	630.548	580.652
Ceará	641.389	566.343	203.511	766.842
Goiás	172.029	147.004	143.226	151.598
Minas Gerais	551.505	503.010	521.670	544.537
Paraná	631.853	582.381	577.644	596.000
Rio Grande do Sul	218.026	223.418	203.499	197.581
Santa Catarina	374.783	385.776	353.186	352.471
São Paulo	339.800	339.800	305.600	313.770
Rondônia	139.254	150.323	153.785	173.461
Outros	1.660.182	1.510.355	792.526	1.716.696
Brasil	5.433.642	5.148.698	3.885.195	5.393.608

Estado	Produção (t)			
	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
Bahia	359.257	449.114	313.634	301.778
Ceará	207.641	103.399	40.626	297.381
Goiás	111.380	113.496	125.218	142.001
Minas Gerais	333.256	284.085	362.074	379.734
Paraná	351.587	450.636	473.896	498.650
Rio Grande do Sul	99.461	190.650	156.212	168.185
Santa Catarina	197.483	370.377	293.540	345.527
São Paulo	286.500	320.700	298.500	266.300
Rondônia	76.436	67.993	85.165	110.152
Outros	721.710	446.688	329.915	838.545
Brasil	2.744.711	2.797.138	2.478.780	3.348.253

Estado	Participação na produção (%)			
	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
Bahia	13,1	16,1	12,7	9,0
Ceará	7,6	3,7	1,6	8,9
Goiás	4,1	4,1	5,1	4,2
Minas Gerais	12,1	10,2	14,6	11,3
Paraná	12,8	16,1	19,1	14,9
Rio Grande do Sul	3,6	6,8	6,3	5,0
Santa Catarina	7,2	13,2	11,8	10,3
São Paulo	10,4	11,5	12,0	8,0
Rondônia	2,8	2,4	3,4	3,3
Outros	26,3	16,0	13,3	25,1
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

¹Os dados referentes a 1993/94 são preliminares.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

TABELA 48 - Estimativa de Oferta e Demanda de Feijão, Brasil, 1989/90 a 1993/94¹

(em 1.000t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
1989/90	76,7	2.339,9	70,3	2.486,9	2.370,8	0,0	116,1
1990/91	116,1	2.806,2	88,6	3.010,9	2.638,1	0,0	372,8
1991/92	372,8	2.902,4	57,7	3.332,9	2.795,6	0,0	537,3
1992/93	537,3	2.402,9	79,4	3.019,6	2.795,6	0,0	224,0
1993/94	224,0	2.801,1	79,4	3.104,5	2.645,6	0,0	458,9

¹Estoque inicial em 01/11/89 e estoque final em 31/10/90.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), jul./94.

de 103% em valores constantes de 1994 em relação a 1993, índice que sobe para 135% quando tem-se como parâmetro o ano de 1992 (Tabela 49).

A Bahia tradicionalmente abastece o mercado de São Paulo e do Nordeste quando a comercialização da primeira safra de São Paulo e da Região Sul está quase concluída. O fato dessa unidade da federação ter produzido 217,4 mil toneladas de feijão na safra das águas de 1992/93 (quase 100 mil toneladas a menos que na mesma safra anterior) e apenas 96,9 mil toneladas em 1993/94 colaborou para a manutenção dos preços de feijão em níveis elevados.

Outro fator determinante da propensão de aumento de plantio de feijão, o preço mínimo de garantia, não foi acionado. Isso porque os R\$22,50/sc.60kg fixados para a primeira safra 1994/95 não animam os pequenos produtores e arrendatários a optarem pelo plantio de feijão, dado que a baixa produtividade resultante do uso mínimo de tecnologia e o custo do arrendamento elevam o custo de produção até US\$30,00/sc., deixando esses produtores bastante vulneráveis às oscilações de preço no mercado.

A política agrícola para a safra de verão

1994/95, incluindo algumas medidas que teoricamente são destinadas a favorecer o pequeno produtor, dificilmente alcançará o efeito desejado em relação à cultura do feijão. O Programa de Valorização de Pequena Produção Rural (PROVAPE), por exemplo, visa incentivar a fixação dos agricultores na área rural. É considerado miniprodutor aquele com renda bruta inferior a 25.000 Unidades de Referência Rural e Agroindustrial (UREFs) (R\$6.000,00), e pequeno aquele com renda até 75.000 UREFs (R\$18.000,00). O PROVAPE acena com a oportunidade de o produtor obter financiamento para até 5 hectares a juros de 4% ao ano sem TR, e se propõe a adquirir a produção com adicional de 10% sobre o preço mínimo de garantia. Entretanto, além dos diversos fatores restritivos para a obtenção do financiamento, entre os quais a insuficiência de recursos financeiros e/ou a demora na liberação, o VBC cobre no máximo 58,4% do COE, estimado em R\$324,63/ha pelo IEA, enquanto em programas anteriores de incentivo à produção, o VBC, para a cultura de feijão cobriu 65% do COE. O custo total de produção, estimado em R\$417,09/ha, tem pequena variabilidade em termos reais em

TABELA 49 - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos Pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1992-94¹

(em R\$/sc.60kg)

Mês	1992	1993	1994
Jan.	23,30	28,85	39,40
Fev.	23,77	27,28	60,85
Mar.	29,03	31,64	78,35
Abr.	29,08	42,42	69,00
Mai	25,24	49,16	34,39
Jun.	21,39	38,44	30,70
Jul.	26,23	27,59	42,75
Ago.	32,38	30,35	34,96
Set.	36,65	30,87	...
Out.	40,46	30,64	...
Nov.	41,55	36,99	...
Dez.	32,72	41,82	...
Média jan.-mar.	25,37	29,26	59,53
Média maio-jul.	24,29	38,40	35,95

¹Em RS de agosto de 1994, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

lação às estimativas realizadas para safras correspondentes nos últimos três anos (Tabela 50).

O feijão das águas no Estado de São Paulo, cuja época normal de plantio concentra-se em agosto e setembro, ocupou em média 128.740 hectares de 1988/89 a 1992/93. Em 1993/94, as condições de mercado (ausência de interferência governamental, baixo nível de estoque da passagem e preços em alta) eram propícias para a concretização das previsões que indicavam pelo menos a retomada da área média plantada nos últimos cinco anos. Entretanto, o excesso de chuvas na época de plantio reduziu a área colhida para apenas 112,7 mil hectares, enquanto a estiagem e o veranico contribuíram para a queda da produtividade e, conseqüentemente, para o pequeno

volume de produção.

Apesar da indicação de um estoque de passagem maior que em 1993 e da dificuldade de se determinar o efetivo do volume de importação de feijão e a quantidade retida pelos produtores, cerealistas e/ou especuladores, as condições de mercado de feijão para a safra 1994/95 são altamente positivas, corroboradas pela estabilidade econômica e pelo aumento do poder aquisitivo da população, justificando, assim, a perspectiva de aumento da área plantada com feijão. Entretanto, a prolongada estiagem está dificultando o plantio dentro do período recomendado, o que poderá causar problemas na safra, tais como concentração de colheita em período muito curto em diversas regiões, elevação da probabilidade

TABELA 50 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Feijão das Águas, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 27sc. de 60kg, Divisão Regional Agrícola de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	22,78	0,84	25,31	0,93	5,46
Sementes	47,50	1,76	52,78	1,96	11,39
Adubos e corretivos	92,94	3,44	103,27	3,82	22,29
Defensivos	49,72	1,84	55,24	2,04	11,92
Operação de máquinas	70,49	2,61	78,32	2,90	16,90
Sacaria	8,10	0,30	9,00	0,33	1,94
Arranquio por empreita	33,10	1,23	36,78	1,37	7,94
Custo operacional efetivo (COE)	324,63	12,02	360,70	13,36	77,84
Depreciação de máquinas	31,41	1,16	34,90	1,29	7,53
Encargos sociais ²	7,52	0,28	8,36	0,31	1,80
Contribuição ao INSS ³	17,82	0,66	19,80	0,73	4,27
PROAGRO ⁴	28,75	1,06	31,94	1,18	6,89
Encargos financeiros ⁵	6,96	0,26	7,73	0,29	1,67
Custo operacional total (COT)	417,09	15,44	463,43	17,16	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,0%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (27sc. x R\$30,00).

⁴Refere-se a 11,07% do COE, considerando o limite de financiamento de 80%.

⁵Taxa de juros de 11% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

da colheita coincidir com períodos de chuvas intermitentes e maior suscetibilidade às pragas e às doenças; esses fatores que encarecem o custo da produção, reduzem a produtividade e afetam a qualidade do produto.

As conseqüências desses fatores negativos são amenizadas pela existência dos produtores altamente tecnificados e preparados para superar os principais problemas inerentes à cultura, garantindo um suprimento de feijão de boa qualidade e em quantidade suficiente para atender à demanda.

4.5 - Mandioca

A redução da produção nordestina de mandioca desde 1991, em função de três anos consecutivos de estiagem, foi mais do que compensada no ano agrícola 1993/94, quando a colheita nacional atingiu 24,2 milhões de toneladas, acusando expansão de 10,5% relativamente ao ano anterior. A produção aumentou expressivamente nos estados produtores da Região Centro-Sul, notadamente no Paraná, e também nos Estados do Pará e Maranhão (Tabela 51).

Normalmente quando ocorre estiagem no Nordeste, aumenta o fluxo de farinha dos estados do Centro-Sul para a Região, o que tem se constituído em fator de sustentação dos preços da mandioca e seus produtos.

O aumento da produção da safra 1993/94 reflete os bons preços de mercado que vigoraram nas duas safras anteriores, as menores dos últimos cinco anos. Decorre também do aumento da demanda por matéria-prima no Paraná e, em menor escala, no Mato Grosso do Sul, em função do grande número de indústrias de farinha e fécula que vêm sendo instaladas nestes Estados. Entretanto, o aumento da procura nordestina não ocorreu na intensidade esperada pelos agentes do mercado. Por outro lado, em 1993, a estiagem intensificou-se tanto que até a Zona da Mata foi afetada, prejudicando as lavouras de cana para indústria e aumentando o desemprego. Nessas condições de baixos níveis de renda, a demanda de farinha do Centro-Sul pela Região Nordeste ficou bastante reduzida. A situação esteve tão grave que foi criado o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA), que tem como meta o atendimento de uma população de 8 milhões de pessoas, com a

distribuição de cestas básicas à população carente do Nordeste. Desde outubro de 1993 até o momento, já foram distribuídas cerca de 225 mil toneladas de alimentos. Grande parte da demanda nordestina por farinha pôde ser atendida pela Região Norte, que tem o produto mais barato e com menor custo de transporte, deslocando, assim, outras fontes de suprimento.

A conseqüência imediata desse quadro foi a redução dos preços de mercado no Centro-Sul, já a partir de meados de 1993, que atingiram os seus patamares mais baixos no primeiro semestre do corrente ano. Em São Paulo, os preços da raiz de mandioca e da farinha reduziram-se em todos os níveis de comercialização, mas principalmente nos recebidos pelos produtores. No período de concentração da safra (fevereiro-agosto), o preço médio recebido pelo produtor paulista caiu de R\$40,27 por tonelada em 1993 para R\$25,58 em 1994 (Tabela 52). Somente a partir de julho do corrente, os preços tiveram uma ligeira recuperação, basicamente decorrente das dificuldades de arranquio de raiz, em função do longo período de estiagem que tem assolado as principais regiões produtoras de mandioca do Centro-Sul.

Nesse contexto, está se desenvolvendo o plantio de mandioca da safra 1994/95, cuja época estende-se de maio a novembro e as perspectivas são de redução de área cultivada no Centro-Sul. Além dos condicionantes de mercado já apontados, a área cultivada deverá se reduzir devido à falta de material de plantio e ao atraso das chuvas em São Paulo e Paraná. As intensas geadas ocorridas em 25 e 26 de junho destruíram parte considerável das ramas, tanto as que estavam no campo quanto as já armazenadas para o plantio. Essa situação está sendo agravada pela seca, pois o prazo de armazenamento das ramas é de 90 dias no máximo.

As regras para o plantio da safra 1994/95, anunciadas pelo Governo Federal em 10 de agosto do corrente, praticamente não alteraram o quadro desenhado pelo mercado. Os preços mínimos vigentes na safra passada foram mantidos, e devido à queda dos preços verificada, a defasagem entre o preço de mercado e o preço mínimo reduziu-se para 13%.

Embora os preços mínimos estejam ainda abaixo dos de mercado, os contratos de EGFs constituem importante instrumento para as indústrias de

TABELA 51 - Área, Produção e Rendimento da Cultura da Mandioca, Principais Estados Produtores, Brasil, 1989/90 a 1993/94

Ano agrícola	Discriminação	Santa Catarina	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Mato Grosso do Sul	Pará	Maranhão	Nordeste	Brasil
1989/90	Área (1.000ha)	67,6	101,9	18,5	82,7	24,6	230,5	227,0	1.106,9	1.933,6
	Produção (1.000t)	1.162,2	2.184,6	508,2	949,7	436,7	2.857,5	1.782,2	11.832,6	24.284,7
	Rendimento (kg/ha)	17.194	21.448	27.470	11.482	17.772	12.395	7.853	10.690	12.559
1990/91	Área (1.000ha)	63,4	110,0	22,5	78,5	23,9	232,0	237,5	1.132,6	1.946,4
	Produção (1.000t)	1.099,9	2.300,0	544,0	1.025,9	433,1	2.962,5	1.962,6	12.021,5	24.502,7
	Rendimento (kg/ha)	17.356	20.909	24.178	13.066	18.108	12.769	8.264	10.614	12.588
1991/92	Área (1.000ha)	56,8	100,0	19,2	75,6	17,4	206,0	232,8	1.104,4	1.884,4
	Produção (1.000t)	1.017,9	2.200,0	515,5	924,5	309,4	2.626,6	1.646,0	10.492,2	22.651,0
	Rendimento (kg/ha)	17.931	22.000	26.849	12.228	17.807	12.748	7.069	9.500	12.021
1992/93	Área (1.000ha)	56,4	141,4	19,1	78,5	22,6	249,0	238,6	957,0	1.814,4
	Produção (1.000t)	1.017,6	3.094,6	519,7	1.020,9	405,0	3.329,1	1.958,2	8.106,2	21.910,9
	Rendimento (kg/ha)	18.033	21.881	27.209	13.004	17.915	13.369	8.208	8.470	12.076
1993/94 ¹	Área (1.000ha)	54,1	168,0	28,0	78,8	32,6	274,5	258,3	900,1	1.840,7
	Produção (1.000t)	947,8	3.696,0	709,8	1.039,2	586,2	3.748,1	2.193,7	8.866,3	24.208,8
	Rendimento (kg/ha)	17.517	22.000	25.348	13.186	18.000	13.656	8.493	9.850	13.152

¹Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) (para São Paulo) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) (para os demais estados).

TABELA 52 - Preços Médios Reais de Raiz e Farinha de Mandioca, Estado de São Paulo, 1992-94¹

Mês	Raiz de mandioca (R\$/t, produtor)			Farinha de mandioca crua (R\$/40kg, atacado)			Farinha de mandioca (R\$/500g, varejo)		
	1992	1993	1994	1992	1993	1994	1992	1993	1994
Jan.	29,13	58,94	38,48	13,72	21,98	16,66	0,50	0,57	0,42
Fev.	33,27	58,25	25,88	14,07	17,99	12,38	0,53	0,54	0,42
Mar.	40,49	48,18	24,80	15,88	15,65	9,71	0,57	0,56	0,44
Abr.	44,92	42,92	23,67	14,85	14,91	10,52	0,58	0,54	0,44
Mai	42,68	36,35	24,71	14,86	12,48	9,75	0,61	0,50	0,48
Jun.	39,47	34,96	22,71	13,03	10,23	8,80	0,57	0,48	0,47
Jul.	39,85	30,12	28,55	13,95	11,00	11,70	0,55	0,44	0,48
Ago.	49,17	31,11	28,76	15,72	14,46	10,65	0,52	0,41	0,44
Set.	52,90	33,29	...	17,06	13,94	...	0,48	0,41	...
Out.	54,43	36,70	...	18,39	13,88	...	0,52	0,41	...
Nov.	56,31	33,84	...	22,25	10,14	...	0,53	0,39	...
Dez.	57,93	36,57	...	21,53	14,34	...	0,55	0,41	...

¹Em R\$ de agosto de 1994, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

farinha e fecularias esperarem que os preços atinjam patamares mais remuneradores. As perspectivas são de queda de produção e, portanto, a recuperação dos preços recebidos pelos produtores paulistas, que se verifica a partir de julho, poderá se confirmar como tendência para os níveis de preços da safra 1994/95.

A produção do Nordeste também não deverá ter recuperação expressiva, pois, além da escassez, a qualidade das ramas disponíveis é duvidosa, tendo em vista a diversidade de procedência. As ramas foram buscadas até no Maranhão e no sul do Piauí. Além disso, a situação econômica dos produtores está muito precária e esses fatores poderão influir

negativamente na produtividade.

O VBC, em função do calendário agrícola para a cultura da mandioca, foi divulgado em abril. Para a faixa de produtividade acima de 25 toneladas por hectare, o VBC de agosto é de R\$506,81/ha, que permite a cobertura do custo operacional total de produção estimado pelo IEA no mesmo mês em R\$354,37/ha (Tabela 53).

Diante desse panorama, pode-se vislumbrar que o resultado econômico da atividade de produção de mandioca é promissor para a safra 1994/95, principalmente se o Plano de Estabilização Econômica em curso promover elevação do poder aquisitivo da população.

TABELA 53 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Mandioca, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 20t, 1º Ciclo, Colheita Manual, Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada	Por hectare	Por tonelada	
Mão-de-obra	29,34	1,47	32,60	1,63	8,28
Aubos e corretivos	12,88	0,64	14,31	0,72	3,63
Defensivos	3,00	0,15	3,33	0,17	0,85
Operação de máquinas	59,85	2,99	66,50	3,33	16,89
Colheita por empreita	173,70	8,69	193,00	9,65	49,02
Custo operacional efetivo (COE)	278,77	13,94	309,74	15,49	78,67
Depreciação de máquinas	24,85	1,24	27,61	1,38	7,01
Encargos sociais ²	9,68	0,48	10,76	0,54	2,73
Contribuição ao INSS ³	11,66	0,58	12,96	0,65	3,29
PROAGRO ⁴	15,61	0,78	17,34	0,87	4,41
Encargos financeiros ⁵	13,80	0,69	15,33	0,77	3,89
Custo operacional total (COT)	354,37	17,72	393,74	19,69	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,0%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (20t x R\$26,50).

⁴Refere-se a 7% do COE, considerando o limite de financiamento de 80%.

⁵Taxa de juros de 11% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

4.6 - Milho

A produção mundial no ano comercial 1994/95, de 538,2 milhões de toneladas, supera a do ano precedente em cerca de 0,5% e corresponde a um novo recorde, de acordo com levantamento de previsão de safras do USDA, de agosto de 1994. Contrariamente ao ocorrido na safra anterior, o aumento da produção mundial deve-se à recuperação da safra americana, que deverá crescer 45,2% em relação à frustrada colheita de 1993/94, atingindo 234,1 milhões de toneladas, enquanto o resto do mundo apresenta leve queda, de 0,8%. Em consequência, prevê-se um preço médio menor para o produtor americano na safra 1994/95, de US\$2,30 por bushel (US\$90,55/t), cerca de 9,8% inferior ao da temporada passada.

O consumo mundial deverá crescer 1,9%, alcançando 525,4 milhões de toneladas, sendo impulsionado pelo incremento da demanda americana, de 9,5%, estimada em 176,8 milhões de toneladas na temporada 1994/95 (outubro-setembro). Prevê-se um estoque de passagem em 30 de setembro de 1995, em nível mundial, de 82,0 milhões de toneladas, o qual cresce 18,3% em função da recuperação do estoque americano, de 95,4% no ano. Esse estoque (42,2 milhões de toneladas), entretanto, não alcança o de 1992/93 (53,7 milhões de toneladas), da mesma forma que no âmbito mundial (de 104,8 milhões de toneladas).

A produção brasileira da safra 1993/94 foi de 32,0 milhões de toneladas, novo recorde, de acordo com o levantamento de julho de 1994 da CONAB. A primeira safra (safra de verão no Centro-Sul brasileiro) foi de 30,0 milhões de toneladas, cujo crescimento (11,9%) deve-se principalmente às boas condições climáticas na Região Norte-Nordeste, que propiciaram aumento de 38,8% da área de plantio e estimativa de produção de 3.371,7 mil toneladas, cerca de 161,8% a mais que a da safra precedente (Tabela 54).

A segunda safra (safrinha) de milho do ano agrícola 1993/94 prosseguiu em expansão no Centro-Sul, com aumento de 24,6% da área plantada em um ano e de 114% em dois anos. O prolongamento da estiagem no segundo semestre de 1993 provocou atraso de aproximadamente 30 dias no calendário agrícola das culturas de verão. Em consequência, a

cultura do milho safrinha, que sucede principalmente a da soja precoce, sofreu atraso do plantio em importantes regiões produtoras, o que aumentou o risco de produção às adversidades climáticas. Geadas de forte intensidade ocorreram em 25 e 26 de junho e em 10 e 11 de julho de 1994, afetando severamente as lavouras da região do Médio Vale do Paranapanema, no Estado de São Paulo, e boa parte do Paraná e do Mato Grosso do Sul, com muitos casos de perdas totais. A qualidade do grão também foi afetada, com obtenção de produto de baixo padrão. Em outras regiões, houve prejuízos em decorrência de aumento da deficiência hídrica dos solos, afetando o nível de produtividade da cultura. Acredita-se que a produção prevista pela CONAB, de 2,0 milhões de toneladas, esteja superestimada, porquanto o levantamento realizado no início de julho não captou os prejuízos das intensas geadas do final de junho (Tabela 55).

O quadro de suprimento brasileiro de milho, revisado pela CONAB em julho, com base na última previsão de safra, revela uma conjuntura de relativo aperto no abastecimento interno em 1994, com o aumento da oferta não acompanhando a expansão do consumo. Este, alavancado pelo aumento da demanda da avicultura de corte, cresce 6,4% em um ano, enquanto aquela aumenta 4,9%. O estoque de passagem (2.773 mil toneladas) previsto para 28 de fevereiro de 1995 é suficiente para apenas 30 dias de consumo, enquanto, em 1994 e 1993, esse excedente correspondeu ao consumo nacional de 36 e 43 dias, respectivamente (Tabela 56).

A comercialização interna de milho da safra 1993/94 foi menos favorável aos produtores que em anos anteriores. O tamanho da safra, a falta de recursos oficiais para aquisições, as elevadas taxas de juros bancários e a livre competição do mercado internacional, com redução de alíquotas de importação, foram fatores que derrubaram os preços do cereal no período de comercialização mais intensa. Desde o estabelecimento da alíquota zero para a tarifa de importação dos países-membros do MERCOSUL, em 1993, o milho brasileiro, um dos produtos sensíveis à competição externa, tem sido preterido em favor do produto argentino em importantes mercados regionais de produção própria insuficiente, como o do Nordeste.

O preço médio recebido pelos produtores do Estado de São Paulo, de março a junho de 1994,

farinha e fecularias esperarem que os preços atinjam patamares mais remuneradores. As perspectivas são de queda de produção e, portanto, a recuperação dos preços recebidos pelos produtores paulistas, que se verifica a partir de julho, poderá se confirmar como tendência para os níveis de preços da safra 1994/95.

A produção do Nordeste também não deverá ter recuperação expressiva, pois, além da escassez, a qualidade das ramas disponíveis é duvidosa, tendo em vista a diversidade de procedência. As ramas foram buscadas até no Maranhão e no sul do Piauí. Além disso, a situação econômica dos produtores está muito precária e esses fatores poderão influir

negativamente na produtividade.

O VBC, em função do calendário agrícola para a cultura da mandioca, foi divulgado em abril. Para a faixa de produtividade acima de 25 toneladas por hectare, o VBC de agosto é de R\$506,81/ha, que permite a cobertura do custo operacional total de produção estimado pelo IEA no mesmo mês em R\$354,37/ha (Tabela 53).

Diante desse panorama, pode-se vislumbrar que o resultado econômico da atividade de produção de mandioca é promissor para a safra 1994/95, principalmente se o Plano de Estabilização Econômica em curso promover elevação do poder aquisitivo da população.

TABELA 53 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Mandioca, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 20t, 1º Ciclo, Colheita Manual, Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada	Por hectare	Por tonelada	
Mão-de-obra	29,34	1,47	32,60	1,63	8,28
Aubos e corretivos	12,88	0,64	14,31	0,72	3,63
Defensivos	3,00	0,15	3,33	0,17	0,85
Operação de máquinas	59,85	2,99	66,50	3,33	16,89
Colheita por empreita	173,70	8,69	193,00	9,65	49,02
Custo operacional efetivo (COE)	278,77	13,94	309,74	15,49	78,67
Depreciação de máquinas	24,85	1,24	27,61	1,38	7,01
Encargos sociais ²	9,68	0,48	10,76	0,54	2,73
Contribuição ao INSS ³	11,66	0,58	12,96	0,65	3,29
PROAGRO ⁴	15,61	0,78	17,34	0,87	4,41
Encargos financeiros ⁵	13,80	0,69	15,33	0,77	3,89
Custo operacional total (COT)	354,37	17,72	393,74	19,69	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,0%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (20t x R\$26,50).

⁴Refere-se a 7% do COE, considerando o limite de financiamento de 80%.

⁵Taxa de juros de 11% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

4.6 - Milho

A produção mundial no ano comercial 1994/95, de 538,2 milhões de toneladas, supera a do ano precedente em cerca de 0,5% e corresponde a um novo recorde, de acordo com levantamento de previsão de safras do USDA, de agosto de 1994. Contrariamente ao ocorrido na safra anterior, o aumento da produção mundial deve-se à recuperação da safra americana, que deverá crescer 45,2% em relação à frustrada colheita de 1993/94, atingindo 234,1 milhões de toneladas, enquanto o resto do mundo apresenta leve queda, de 0,8%. Em consequência, prevê-se um preço médio menor para o produtor americano na safra 1994/95, de US\$2,30 por bushel (US\$90,55/t), cerca de 9,8% inferior ao da temporada passada.

O consumo mundial deverá crescer 1,9%, alcançando 525,4 milhões de toneladas, sendo impulsionado pelo incremento da demanda americana, de 9,5%, estimada em 176,8 milhões de toneladas na temporada 1994/95 (outubro-setembro). Prevê-se um estoque de passagem em 30 de setembro de 1995, em nível mundial, de 82,0 milhões de toneladas, o qual cresce 18,3% em função da recuperação do estoque americano, de 95,4% no ano. Esse estoque (42,2 milhões de toneladas), entretanto, não alcança o de 1992/93 (53,7 milhões de toneladas), da mesma forma que no âmbito mundial (de 104,8 milhões de toneladas).

A produção brasileira da safra 1993/94 foi de 32,0 milhões de toneladas, novo recorde, de acordo com o levantamento de julho de 1994 da CONAB. A primeira safra (safra de verão no Centro-Sul brasileiro) foi de 30,0 milhões de toneladas, cujo crescimento (11,9%) deve-se principalmente às boas condições climáticas na Região Norte-Nordeste, que propiciaram aumento de 38,8% da área de plantio e estimativa de produção de 3.371,7 mil toneladas, cerca de 161,8% a mais que a da safra precedente (Tabela 54).

A segunda safra (safrinha) de milho do ano agrícola 1993/94 prosseguiu em expansão no Centro-Sul, com aumento de 24,6% da área plantada em um ano e de 114% em dois anos. O prolongamento da estiagem no segundo semestre de 1993 provocou atraso de aproximadamente 30 dias no calendário agrícola das culturas de verão. Em consequência, a

cultura do milho safrinha, que sucede principalmente a da soja precoce, sofreu atraso do plantio em importantes regiões produtoras, o que aumentou o risco de produção às adversidades climáticas. Geadas de forte intensidade ocorreram em 25 e 26 de junho e em 10 e 11 de julho de 1994, afetando severamente as lavouras da região do Médio Vale do Paranapanema, no Estado de São Paulo, e boa parte do Paraná e do Mato Grosso do Sul, com muitos casos de perdas totais. A qualidade do grão também foi afetada, com obtenção de produto de baixo padrão. Em outras regiões, houve prejuízos em decorrência de aumento da deficiência hídrica dos solos, afetando o nível de produtividade da cultura. Acredita-se que a produção prevista pela CONAB, de 2,0 milhões de toneladas, esteja superestimada, porquanto o levantamento realizado no início de julho não captou os prejuízos das intensas geadas do final de junho (Tabela 55).

O quadro de suprimento brasileiro de milho, revisado pela CONAB em julho, com base na última previsão de safra, revela uma conjuntura de relativo aperto no abastecimento interno em 1994, com o aumento da oferta não acompanhando a expansão do consumo. Este, alavancado pelo aumento da demanda da avicultura de corte, cresce 6,4% em um ano, enquanto aquela aumenta 4,9%. O estoque de passagem (2.773 mil toneladas) previsto para 28 de fevereiro de 1995 é suficiente para apenas 30 dias de consumo, enquanto, em 1994 e 1993, esse excedente correspondeu ao consumo nacional de 36 e 43 dias, respectivamente (Tabela 56).

A comercialização interna de milho da safra 1993/94 foi menos favorável aos produtores que em anos anteriores. O tamanho da safra, a falta de recursos oficiais para aquisições, as elevadas taxas de juros bancários e a livre competição do mercado internacional, com redução de alíquotas de importação, foram fatores que derrubaram os preços do cereal no período de comercialização mais intensa. Desde o estabelecimento da alíquota zero para a tarifa de importação dos países-membros do MERCOSUL, em 1993, o milho brasileiro, um dos produtos sensíveis à competição externa, tem sido preterido em favor do produto argentino em importantes mercados regionais de produção própria insuficiente, como o do Nordeste.

O preço médio recebido pelos produtores do Estado de São Paulo, de março a junho de 1994,

TABELA 54 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura de Milho, Primeira Safra, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1991/92 a 1993/94

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1991/92	1992/93	1993/94	1991/92	1992/93	1993/94	1991/92	1992/93	1993/94
Paraná	2.300,0	2.139,0	2.181,0	6.693,0	6.630,9	7.110,1	2.910	3.100	3.260
Rio Grande do Sul	2.010,0	1.567,8	1.700,0	5.366,7	4.342,8	4.709,0	2.670	2.770	2.770
Minas Gerais	1.580,0	1.507,3	1.507,3	3.902,6	3.994,3	3.934,1	2.470	2.650	2.610
Santa Catarina	1.060,0	1.028,2	1.038,5	3.286,0	3.290,2	3.427,1	3.100	3.200	3.300
São Paulo	1.283,1	1.065,0	930,0	3.477,2	3.024,5	2.641,2	2.710	2.840	2.840
Goiás	810,0	648,0	771,1	2.794,5	2.281,0	2.752,8	3.450	3.520	3.570
Mato Grosso do Sul	308,7	230,0	239,2	771,8	713,0	809,7	2.500	3.100	3.385
Mato Grosso	270,0	270,0	279,7	753,3	810,0	853,1	2.790	3.000	3.050
Espírito Santo	120,0	121,2	110,4	282,0	315,1	221,9	2.350	2.600	2.010
Distrito Federal	24,6	17,3	29,9	84,9	63,8	125,9	3.450	3.690	4.211
Rio de Janeiro	31,0	33,2	29,6	57,7	66,3	54,5	1.860	2.000	1.841
Centro-Sul	9.797,4	8.626,9	8.816,7	27.469,7	25.531,9	26.639,4	2.804	2.960	3.021
Norte-Nordeste	3.534,4	2.615,6	3.631,9	1.860,3	1.287,6	3.371,7	526	492	928
Brasil	13.331,8	11.242,5	12.448,6	29.330,0	26.819,5	30.011,1	2.200	2.386	2.411

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), jul./94.

TABELA 55 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Segunda Safra, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1991/92 a 1993/94

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1991/92	1992/93	1993/94	1991/92	1992/93	1993/94	1991/92	1992/93	1993/94
Paraná	300,0	550,0	700,0	649,5	1.129,7	850,5	2.165	2.054	1.215
São Paulo	283,2	365,0	372,3	597,6	876,0	569,6	2.110	2.400	1.530
Mato Grosso do Sul	61,0	137,9	215,0	97,6	179,3	258,0	1.600	1.300	1.200
Mato Grosso	35,0	93,4	116,7	52,5	125,2	221,7	1.500	1.340	1.900
Goiás	12,0	44,1	80,7	33,4	69,5	127,5	2.780	1.576	1.580
Santa Catarina	4,1	3,3	3,3	10,3	8,3	8,3	2.500	2.515	2.515
Centro-Sul	695,3	1.193,7	1.488,0	1.440,9	2.388,0	2.035,6	2.072	2.001	1.368
Brasil	695,3	1.193,7	1.488,0	1.440,9	2.388,0	2.035,6	2.072	2.001	1.368

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), jul./94.

TABELA 56 - Estimativa de Oferta e Demanda de Milho, Brasil, 1989/90 a 1993/94¹

(em 1.000t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
1989/90	3.079,7	22.257,4	700,0	26.037,1	24.800,0	0,0	1.237,1
1990/91	1.237,1	24.041,4	832,2	26.110,7	25.288,0	0,0	822,7
1991/92	822,7	30.770,8	340,0	31.933,5	28.500,0	0,0	3.433,5
1992/93	3.433,5	29.179,7	1.220,0	33.833,2	30.775,0	0,0	3.058,2
1993/94	3.058,2	32.046,7	400,0	35.504,9	32.732,0	0,0	2.772,9

¹Estoque inicial em 01/03/90 e estoque final em 28/02/91.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), jul./94.

de R\$5,69 por saco de 60kg, foi 12,5% inferior, em termos reais, ao do mesmo período de 1993. No Paraná e em Goiás, os preços nesse período foram respectivamente, R\$4,66 (-12,2% menor que em 1993) e R\$4,84 (-13,3%). Esses preços foram inferiores ao preço mínimo de garantia, estabelecido para os estados da Região Centro-Sul, que em média situou-se em R\$5,74 por saco de 60kg, em real de agosto de 1994 (Tabela 57).

Em julho de 1994, primeiro mês do real, o preço do milho aumentou 27,4% comparativamente ao mês anterior, em razão de ter sido convertido à nova moeda no pico, em 30 de junho. Em agosto, ao contrário da tendência histórica de aumento sazonal, o preço decresceu 4%, em razão dos efeitos das medidas do Plano Real para conter o aumento do consumo e a alta dos preços das mercadorias, consubstanciados em elevadas taxas de juros, que inibem a formação de estoques e câmbio sobrevalorizado, que reduz o custo do produto importado.

A tendência dos preços de milho nos próximos meses é de alta moderada, sendo balizada, de um lado, pelo comportamento da demanda derivada de carnes, mormente a de frango, com a recuperação do poder aquisitivo dos salários, e de outro, pela venda dos estoques governamentais e pela importação do produto. O PLE do milho foi reajustado para R\$7,95/60kg, com alteração da margem

adicional de 10% para 15% a ser acrescida à média móvel de 60 meses dos preços reais no mercado atacadista da cidade de São Paulo. O baixo nível do PLE permite antecipar a intervenção governamental no mercado, vendendo estoques ao redor de 2,0 milhões de toneladas (AGF até 31/07/94), acumulados na safra 1993/94.

As perspectivas para a próxima safra de verão 1994/95, em todo o Centro-Sul, apesar da colheita recorde e do resultado econômico insatisfatório em 1993/94, são favoráveis ao aumento da produção de milho, via substituição parcial da área de soja e melhoria de produtividade da cultura. Alinham-se, entre os fatores positivos para a expansão da cultura, o aumento da demanda das indústrias de rações para aves de corte, de suínos e de alimentos para consumo humano e as perspectivas desfavoráveis para a soja, principal competidora da área de plantio com a do milho.

Embora as medidas do Plano da Safra de Verão 1994/95 sejam relativamente mais favoráveis às culturas do algodão e da soja, atividades que competem com o milho pelos mesmos recursos produtivos, elas oferecem condições de atratividade ao produtor do cereal.

O preço mínimo do milho foi estipulado para três regiões, visando manter-se o diferencial equivalente ao custo do frete das regiões produtoras

TABELA 57 - Preços Médios Mensais de Milho Recebidos pelos Produtores, Estados de São Paulo, Paraná e Goiás, 1992-94¹

(em R\$/sc.60kg)

Mês	São Paulo			Paraná			Goiás		
	1992	1993	1994	1992	1993	1994	1992	1993	1994
Jan.	9,69	8,89	7,39	5,37	6,26	6,08	6,58	7,32	7,01
Fev.	8,06	7,00	5,74	6,03	6,16	5,26	6,21	6,49	5,89
Mar.	6,53	6,18	5,61	5,58	5,28	4,62	6,15	5,60	4,90
Abr.	6,38	6,75	5,73	5,08	5,21	4,58	5,81	5,64	4,85
Mai	6,24	6,59	5,70	4,96	5,27	4,79	5,62	5,53	4,81
Jun.	6,05	6,47	5,72	5,48	5,46	4,67	5,55	5,53	4,82
Jul.	6,57	7,25	7,29	5,49	5,55	5,58	5,53	5,32	5,58
Ago.	7,39	8,11	7,00	5,51	6,22	5,40	5,79	6,08	5,40
Set.	8,32	7,98	...	5,90	6,13	...	6,08	6,24	...
Out.	8,26	7,90	...	6,36	5,93	...	6,49	6,39	...
Nov.	8,98	8,47	...	6,34	6,19	...	6,59	6,65	...
Dez.	9,65	8,33	...	7,00	6,52	...	7,69	7,00	...
Média de mar.-jun.	6,30	6,50	5,69	5,28	5,31	4,66	5,78	5,58	4,84

¹Em R\$ de agosto de 1994, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Dados originais do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

até as regiões consumidoras. Para os estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto Mato Grosso) e a Região Bahia-Sul, foi estabelecido o preço mínimo (preço-base) de R\$6,32/60kg, para o tipo 2, com validade a partir de fevereiro de 1995. Para Mato Grosso e Tocantins, o preço mínimo será de R\$6,00 e para Rondônia e Acre, de R\$5,69, com deságio de 5,06% e 9,97%, respectivamente, em relação à primeira região. Segundo o Governo, o

preço de garantia do milho foi mantido no mesmo nível do prevaiente (em julho de 1994) para a safra 1993/94, podendo ser revisto em 1º de fevereiro de 1995.

O crédito de custeio para as culturas do algodão e da soja é mais favorável que o do milho. Enquanto o limite de financiamento é de 100% do VBC para todas as categorias de produtores de algodão, no caso do milho, os mini e pequenos

produtores recebem 90% do VBC e os médios e grandes produtores, 80%. No caso da soja, os mini e pequenos produtores recebem 80% e os médios e grandes, 60% do VBC.

Os VBCs terão um teto de R\$240.000,00 por produto e por beneficiário. Admite-se o limite de 100% do VBC para as culturas de arroz, feijão, milho e soja, desde que os produtores apresentem projeto técnico capaz de assegurar um aumento de produtividade maior ou igual a 5% sobre a produtividade média obtida nas três últimas safras normais. Fica facultada, ainda, a utilização de orçamento próprio ou do constante do projeto técnico, quando o produtor, nas últimas três safras normais, tiver alcançado produtividade superior à da última faixa de produtividade do VBC (2.501kg/ha a 3.500kg/ha no caso do milho).

Segundo estimativa do IEA, o custo operacional total de produção do milho para a safra de verão 1994/95 na DIRA de Ribeirão Preto, São Paulo, é de R\$329,35/ha ou R\$4,12/sc., equivalentes a US\$365,94/ha e US\$4,57/sc., respectivamente, com base em preços de agosto de 1994. O custo operacional total (COT) da cultura na DIRA do Vale do Paranapanema, com sede em Assis, foi estimado em R\$310,40/ha ou R\$3,88/sc., equivalentes a US\$344,89/ha e US\$4,31/sc., respectivamente. A produtividade esperada nas duas regiões é de 80 sacos por hectare (4.800kg/ha). Com o preço mínimo de R\$6,32/sc., o produtor paulista terá uma margem bruta de 53,4% sobre o maior custo unitário citado (Tabelas 58 e 59).

A taxa de cobertura do custo de produção de milho, indicado pelo COE com os respectivos encargos sociais e seguro, pelo VBC da última faixa de produtividade é de 64,8% para as duas regiões do Estado de São Paulo, considerando-se a concessão de 80% do VBC para médio/grande produtor. A cobertura do VBC sobe para 81% do custo com a liberação de 100% do limite.

A equivalência-produto do milho para a amortização da dívida com financiamento de custeio baseado no VBC da última faixa de produtividade (R\$217,92/ha) é estimada em 40,4 sacos por hectare. O cálculo foi baseado em 100% do VBC, na taxa de juros de 11% ao ano, no prêmio de 7% de Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), na taxa de 2% a título de assistência

técnica, no preço mínimo do milho (R\$6,32/sc.) e no prazo de custeio de oito meses. Esse valor corresponde ao comprometimento da produção que o mutuário (mini e pequeno produtores) teria com o crédito bancário para quitação no vencimento do contrato, de oito meses de custeio, no sistema de equivalência-produto, isentando-se da TR. Trata-se, portanto, da parcela da produção por hectare que cobre os custos variáveis da cultura do milho, sendo que o restante corresponde à receita líquida para remunerar as depreciações de capital, a terra e a administração.

No caso do médio e grande produtores, a equivalência-produto não poderá ser utilizada para quitação do financiamento de custeio, devendo o interessado proceder a prorrogação do vencimento por mais 120 dias, através da contratação do EGF/COV. Se o mutuário decidir pela entrega do milho ao Governo no vencimento desse empréstimo, a quitação da dívida poderá ser feita em equivalência-produto (neste caso, de 41,8sc./ha), sem a incidência da TR. Se o produtor-mutuário vender o milho no mercado, terá que quitar a sua dívida de custeio mais o EGF com a inclusão da TR.

A decisão do agricultor da Região Centro-Sul quanto ao plantio de milho não só deverá se pautar apenas por parâmetros econômicos ou por análises prospectivas de mercado, mas também por considerações de ordem agrônômica, como os riscos associados ao plantio tardio provocado pelo prolongamento da estiagem, a necessidade da prática da rotação de cultura, a programação de uma segunda safra (em sucessão a de verão), etc.

As perspectivas da cultura do milho em todo o Centro-Sul para a safra de verão 1994/95 são de expansão de área, em torno de 5%, parcialmente em detrimento da lavoura de soja, mormente nas regiões em que essa cultura foi prejudicada pelo nematóide de cisto ou pelo cancro da haste, situação em que se torna necessária a prática da rotação de cultura, em geral com gramíneas, como o milho. Deve-se ressaltar a manutenção da tendência de aumento da área de milho safrinha, em sucessão à cultura da soja, nos Estados do Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Um importante fator de estímulo à cultura nesses últimos estados é a expansão das atividades integradas de avicultura e suinocultura, grandes consumidoras de milho.

TABELA 58 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Milho, por Hectare, Produção de 80sc. de 60kg, Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	14,38	0,18	15,98	0,20	4,37
Sementes	35,63	0,45	39,59	0,49	10,82
Aubos e corretivo	86,99	1,09	96,66	1,21	26,41
Defensivos	11,32	0,14	12,58	0,16	3,44
Operação de máquinas	91,49	1,14	101,66	1,27	27,79
Transporte sob empreita	10,40	0,13	11,56	0,14	3,16
Custo operacional efetivo (COE)	250,21	3,13	278,01	3,48	75,98
Depreciação de máquinas	41,73	0,52	46,37	0,58	12,67
Encargos financeiros ²	7,21	0,09	8,01	0,10	2,19
Encargos sociais ³	4,75	0,06	5,28	0,07	1,44
PROAGRO ⁴	14,01	0,18	15,57	0,19	4,25
Contribuição ao INSS ⁵	11,44	0,14	12,71	0,16	3,47
Custo operacional total (COT)	329,35	4,12	365,94	4,57	100,00

¹Cotação média do dólar comercial em agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Taxa de juros de 11% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33%).

⁴Refere-se a 7% do COE, com o limite de financiamento de 80%.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (80sc. x R\$6,50).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 59 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Milho, por Hectare, Produção de 80sc. de 60 kg, Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	7,22	0,09	8,02	0,10	2,33
Sementes	42,09	0,53	46,77	0,58	13,56
Tratamento de semente	1,82	0,02	2,02	0,03	0,59
Aubos e corretivo	81,58	1,02	90,64	1,13	26,27
Defensivos	39,42	0,49	43,80	0,55	12,70
Operação de máquinas	45,24	0,57	50,27	0,63	14,57
Transporte da produção	16,12	0,20	17,91	0,22	5,19
Secagem e beneficiamento	19,12	0,24	21,24	0,27	6,16
Custo operacional efetivo (COE)	252,61	3,16	280,68	3,51	81,37
Depreciação de máquinas	22,01	0,28	24,46	0,31	7,09
Encargos financeiros ²	7,81	0,10	8,68	0,11	2,52
Encargos sociais ³	2,38	0,3	2,64	0,03	0,77
PROAGRO ⁴	14,15	0,18	15,72	0,20	4,56
Contribuição ao INSS ⁵	11,44	0,14	12,71	0,16	3,69
Custo operacional total (COT)	310,40	3,88	344,89	4,31	100,00

¹Cotação média do dólar comercial em agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Taxa de juros de 11% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33%).

⁴Refere-se a 7% do COE, com o limite de financiamento de 80%.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (80sc. x R\$6,50)

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

4.7 - Soja

Segundo o USDA, a produção mundial das sete principais oleaginosas (soja, algodão, amendoim, girassol, canola, copra e palma) em 1993/94, totalizou 225,19 milhões de toneladas, cerca de 1,0% abaixo do resultado da temporada anterior (Tabela 60).

O consumo mundial de oleaginosas em 1993/94 foi estimado em 229,3 milhões de toneladas, 1,7% maior que o da temporada 1992/93, superando a produção mundial em aproximadamente 4,0 milhões de toneladas, o que provocou rebaixamento do estoque mundial ao final daquela temporada, da ordem de 16,6%, situando-o em 19,3 milhões de toneladas, o mais baixo volume desde o início da década. Apesar disso, a elevação estimada em 8,7% na produção mundial em 1994/95, situando-se em 244,69 milhões de toneladas, deverá elevar a oferta total para 263,99 milhões de toneladas, volume suficiente para suprir a demanda mundial na presente temporada, prevista em 237,52 milhões de toneladas e 3,7% maior que a observada em 1993/94.

O melhor desempenho esperado na produção mundial de oleaginosas em 1994/95 é, em larga escala, o resultado do expressivo volume de soja colhido mundialmente - 52,2% do total -, o qual deverá atingir 127,75 milhões de toneladas, aproximadamente 11,0% maior que o obtido em 1993/94. As produções de algodão, girassol e canola também deverão apresentar incrementos substanciais de produção de 9,15%, 9,60% e 9,84% respectivamente.

Dado o aumento da oferta global de oleaginosas em 1994/95, da ordem de 6,0%, a perspectiva é de que ocorra uma nova recomposição do estoque mundial ao final da atual temporada, totalizando 26,47 milhões de toneladas, o que representa crescimento de 14,4% em relação ao do ano anterior. Esse volume, o maior dos últimos cinco anos, a par de uma estimativa mais definida da produção estadunidense de soja, situado em agosto pelo USDA em 61,2 milhões de toneladas, representa um aumento de 26% em relação às reduzidas 49,22 milhões de toneladas colhidas em 1993/94 em função das enchentes ocorridas nos Estados Unidos, também deverá imprimir uma tendência de queda nas cotações internacionais do grão no segundo semestre de 1994,

contrariando o quadro de alta verificado nos últimos três meses (Tabela 61).

De acordo com o USDA, a produtividade média das lavouras estadunidenses está apresentando contínua melhoria, sendo prevista em 2.529kg/ha, superior à estimativa de julho de 2.387kg/ha e bem superior à de 1993/94, de 2.155kg/ha, já refletindo a regularização gradativa do clima no decorrer do desenvolvimento da cultura e eliminando a expectativa de perdas em função de seca. A perspectiva de produção poderá ainda ser alterada para baixo, dada a sua dependência em relação ao clima até setembro, quando deverá ter início a colheita nos Estados Unidos, porém a expectativa do mercado é de alterações de pouca expressão. Em consequência, o USDA está estimando um preço médio entre US\$4,75 e US\$5,75/bushel de soja a ser recebido pelo produtor americano na temporada 1994/95, contra o intervalo de US\$5,10 a US\$6,10/bushel previsto em julho e sensivelmente abaixo do obtido em 1993/94, de US\$6,40/bushel.

De acordo com a FIBGE, a produção brasileira de soja em 1993/94 atingiu 24,8 milhões de toneladas, superando o recorde obtido em 1988/89, de 24,1 milhões de toneladas. Em relação à safra anterior, o aumento registrado foi de 9,2% e deve-se, sobretudo, à expansão de 8,0% na área de plantio, embora a produtividade, que chegou à média de 2.160kg/ha - a maior dos últimos cinco anos -, também tenha crescido 1,2% (Tabela 62).

Os reflexos da oferta do grão nos preços recebidos pelos produtores, contudo, não foram expressivos. No primeiro semestre de 1994, em média, conforme o estado, os preços apresentaram desde perdas, em termos reais, de 1,41% a 2,73% até ganhos de 1,07% a 3,29%, quando comparados com a média daqueles vigentes no primeiro semestre de 1993 (Tabela 63).

Apesar do comportamento variável observado nos preços no quadro regional, esses foram, de modo geral, considerados satisfatórios pelos produtores, principalmente no primeiro trimestre do ano. Nesse período, ainda se fazia sentir a pressão altista dos preços externos em função da quebra da safra estadunidense de 1993/94, e internamente observava-se uma intensa movimentação de vendas antecipadas para entrega futura, visando ao aproveitamento da conjuntura favorável de preços. Segundo o semanário

TABELA 60 - Disponibilidade Mundial das Sete Principais Oleaginosas, 1992/93 a 1993/94

Item	1992/93	1993/94	1994/95 ¹
Estoque inicial	21,77	23,14	19,30
Produção mundial	226,66	225,19	244,69
Oferta total	248,43	248,33	263,99
Consumo total	225,29	229,03	237,52
Estoque final	23,14	19,30	26,47

¹Previsão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estado Unidos (USDA).

TABELA 61 - Cotações Internacionais de Soja em Grão, 1992-94

(em US\$/t, CIF Rotterdam)

Mês	1992	1993	1994
Jan.	236	239	282
Fev.	237	236	273
Mar.	240	238	294
Abr.	235	244	261
Mai	247	246	256
Jun.	253	245	265
Jul.	237	287	337
Ago.	229	274	...
Set.	227	260	...
Out.	221	249	...
Nov.	229	267	...
Dez.	235	276	...

Fonte: Oil World Weekly.

TABELA 62 - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Soja no Brasil, 1991/92 a 1993/94

Estado	1991/92			1992/93			1993/94		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Maranhão	21,17	24,02	1.136	43,22	87,37	2.021	62,89	140,65	2.237
Bahia	320,00	480,00	1.500	381,05	592,27	1.554	434,04	873,38	2.012
Minas Gerais	492,26	974,08	2.065	552,75	1.120,60	2.027	583,91	1.220,11	2.090
São Paulo	465,62	853,76	1.834	490,00	976,20	1.992	532,04	1.172,40	2.204
Paraná	1.810,65	3.440,46	1.900	2.073,54	4.883,82	2.355	2.177,00	5.410,40	2.485
Santa Catarina	205,27	367,36	1.803	220,21	435,21	1.976	217,27	433,35	1.995
Rio Grande do Sul	2.876,87	5.629,53	1.957	3.078,31	6.067,49	1.971	3.185,06	5.442,73	1.709
Mato Grosso do Sul	949,05	1.871,18	1.989	1.067,13	2.289,17	2.145	1.101,44	2.389,72	2.170
Mato Grosso	1.459,16	3.642,74	2.506	1.678,53	4.118,73	2.454	2.001,22	5.240,98	2.619
Goiás	825,27	1.797,67	2.158	982,02	2.001,87	2.039	1.108,46	2.305,81	2.080
Tocantins	7,04	11,25	1.636	15,95	26,51	1.662	30,61	58,61	1.915
Distrito Federal	42,00	92,82	2.210	44,76	92,02	2.056
Outros	0,03	0,04	1.330	0,00	3,14	...	49,32	110,12	2.233
Total	9.474,39	19.184,91	2.033	10.627,47	22.694,40	2.135	11.483,23	24.798,26	2.160

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

TABELA 63 - Preços Médios Reais de Soja em Grão Recebidos Pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores, Região Centro-Sul, Brasil, 1992-94¹

(em R\$/sc.60kg)

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo		
	1992	1993	1994	1992	1993	1994	1992	1993	1994
Jan.	...	11,68	11,66	...	10,90	10,78	12,83	12,98	12,01
Fev.	...	11,20	11,50	...	11,10	10,65	11,91	11,67	11,31
Mar.	10,48	9,92	10,30	10,73	10,00	9,56	11,76	10,45	10,32
Abr.	10,17	9,61	9,80	10,49	9,16	8,80	11,05	9,98	9,61
Mai	10,07	9,46	9,76	9,77	9,01	8,90	11,13	9,85	10,05
Jun.	10,64	9,67	10,55	10,41	9,34	9,19	11,62	9,88	10,58
Jun.	10,65	11,50	10,54	9,93	10,72	10,54	11,54	12,42	11,09
Ago.	10,47	11,34	...	10,21	11,51	...	12,10	12,53	10,36
Set.	12,10	10,88	...	11,10	10,84	...	13,25	11,29	...
Out.	11,79	10,89	...	11,83	10,45	...	12,49	10,57	...
Nov.	11,14	11,24	...	11,31	10,70	...	12,73	12,19	...
Dez.	12,00	11,74	...	11,89	11,02	...	12,52	12,36	...

Mês	Mato Grosso do Sul			Goiás			Mato Grosso		
	1992	1993	1994	1992	1993	1994	1992	1993	1994
Jan.	...	11,02	11,38	...	9,94	9,99	...	9,31	9,06
Fev.	...	12,17	11,11	...	10,42	10,13	...	9,84	9,81
Mar.	10,04	8,67	9,67	9,84	9,09	9,09	9,15	8,47	8,70
Abr.	9,77	8,92	8,84	9,66	8,54	8,67	8,93	7,85	7,94
Mai	9,99	9,12	9,08	9,05	8,14	8,43	8,82	8,22	8,47
Jun.	9,54	9,22	9,46	9,12	8,80	9,33	9,10	8,28	8,55
Jun.	9,75	11,50	9,92	9,60	10,00	11,16	8,95	9,87	9,30
Ago.	9,64	11,34	...	9,90	10,70	...	8,77	10,35	...
Set.	10,71	10,57	...	11,32	9,50	...	10,08	9,33	...
Out.	11,12	10,64	...	11,22	9,64	...	9,56	9,40	...
Nov.	10,65	10,66	...	10,71	9,96	...	9,36	9,60	...
Dez.	10,84	10,64	...	10,21	10,54	...	9,96	9,74	...

¹Em R\$ de agosto de 1994, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) para o Estado de São Paulo e Fundação Getúlio Vargas (FGV) para os demais estados.

Safras & Mercado, na metade de abril de 1994, 54% da safra já estavam comprometidos pelos produtores, 7% a mais que em igual período de 1993.

Dessa forma, a tradicional pressão baixista sobre os preços internos advinda da intensificação da colheita (abril/maio) foi bastante atenuada, o que contribuiu para uma comercialização satisfatória do grão. Após a divulgação da primeira estimativa de plantio de soja nos Estados Unidos, em abril, os preços passaram a oscilar conforme as condições climáticas vigentes no Hemisfério Norte, onde a falta de chuvas desde o plantio delineava um quadro de possível queda da produtividade e, por extensão, da produção. Entretanto, à medida que a umidade do campo americano foi se recompondo e previsões mais otimistas foram se formando, os preços internos a partir de julho acompanharam a tendência de queda das cotações externas, situação que deverá se manter até a efetiva colheita de soja nos Estados Unidos em setembro.

O bom desempenho da produção brasileira de soja, segundo a CONAB, aumentou a disponibilidade interna do grão no ano safra 1993/94 em aproximadamente 10,0%, atingindo 26,2 milhões de toneladas, consideradas também as 100,0 mil toneladas previstas como importação, necessárias para a operacionalização das indústrias no período de entressafra. O esmagamento poderá alcançar 19,7 milhões de toneladas em 1993/94, produzindo cerca de 13,0 milhões de toneladas de farelo de soja e 3,4 milhões de toneladas de óleo, registrando acréscimos de, respectivamente, 8,5% e 9,2% em relação a 1992/93 (Tabela 64).

As exportações de soja em grão na safra 1993/94 estão previstas em 5,5 milhões de toneladas, 32% acima das escoadas no ano anterior. Também as de farelo e as de óleo de soja deverão atingir níveis recordes na década, registrando 10,2 milhões de toneladas e 1,0 milhão de toneladas respectivamente.

O consumo interno de farelo de soja em 1993/94 também deverá expandir de modo sensível, 12,0%, basicamente em função do crescimento previsto nas atividades criatórias de aves e suínos, alcançando cerca de 4,0 milhões de toneladas. Expansão menor, da ordem de 6,0%, está prevista para o consumo interno de óleo de soja, que deverá situar-se em 2,4 milhões de toneladas, em conseqüência da melhoria do poder aquisitivo da população.

Em decorrência dos níveis recordes de consumo na atual temporada, os estoques de passagem do grão, do farelo e do óleo de soja deverão ter quedas expressivas de 8,9%, 3,3% e 6,8%, respectivamente, em relação aos do ano passado. Cabe destacar que o estoque final de farelo deverá ser o menor desde a safra 1988/89, podendo gerar certa pressão altista nos preços, caso se confirme uma continuada melhoria na renda dos consumidores com a implementação do Plano Real, notadamente nas classes de renda mais baixa. Tal expectativa não deverá se verificar para o óleo de soja, dado que o estoque de passagem, apesar da queda prevista, ainda é o segundo maior desde 1982/83.

No tocante às exportações do complexo de soja, há uma preocupação generalizada de que a sobrevalorização do real frente ao dólar venha a comprometer o bom desempenho previsto para a atual temporada. Contudo, segundo a SGS do Brasil, o volume de soja em grão de 4.839,3 mil toneladas, embarcado de 1º de fevereiro de 1994 a 21 de agosto de 1994, acusa um aumento de 55% em relação a igual período de 1993. Situação semelhante ocorre com os embarques de farelo e de óleo de soja, que superam em cerca de 21% e 91% os verificados no mesmo período, totalizando 6.224,6 mil toneladas e 892,0 mil toneladas respectivamente. Tais volumes, quando comparados aos totais previstos para exportação em 1994, apontam um fluxo de 88% para o grão, 61% para o farelo e 89% para o óleo até 21 de agosto de 1994 contra 73%, 57% e 61%, respectivamente, observados em igual período de 1993, confirmando um ritmo acelerado de embarque em 1994.

Esse indicador é ainda mais positivo, se observados os registros de exportação totalizados até 15 de agosto de 1994. Para o grão e o óleo de soja, os volumes levantados - 5.523,1 mil toneladas e 1.169,3 mil toneladas respectivamente -, já superam os totais previstos para o ano comercial, enquanto, no caso do farelo, o volume registrado, de 8.611,4 mil toneladas, representa aproximadamente 84% do total a exportar. Conseqüentemente, apenas este último item do complexo de soja poderá ter problemas quanto ao escoamento externo em 1994, dado que o grande volume de Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC) realizados antes do Plano Real devem cobrir boa parte do que resta a embarcar.

TABELA 64 - Estimativa de Oferta e Demanda de Soja em Grão, Brasil, 1989/90 a 1993/94¹

(em 1.000t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
1989/90	1.510,1	20.101,3	16,3	21.627,7	16.667,1	4.140,6	820,0
1990/91	820,0	15.394,9	281,8	19.496,7	14.019,8	1.926,9	550,0
1991/92	550,0	19.418,6	507,0	20.475,6	16.092,3	3.733,3	650,0
1992/93	650,0	23.042,0	80,0	23.772,0	18.617,8	4.166,1	988,1
1993/94	988,1	25.059,1	100,0	26.147,2	19.746,7	5.500,0	900,5

¹Estoque inicial em 01/02/90 e estoque final em 31/01/91.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), jul./94.

A política cambial em curso no País poderá afetar, contudo, a comercialização externa da safra 1994/95, já que a defasagem do câmbio, ao diminuir a competitividade da soja nacional, poderá constituir-se em fator inibidor de novos contratos. O Governo, porém, já estuda medidas compensatórias que poderão auxiliar nesse processo.

Frente a esse quadro, a expectativa é de que a área de plantio da oleaginosa em 1994/95 mantenha-se em patamar semelhante ao da safra passada, tanto em nível nacional como estadual. É possível ainda que se verifique até mesmo um pequeno recuo na área plantada em função da concorrência do algodão que, para a próxima safra, apresenta boas perspectivas de preços.

Com relação à política governamental de financiamento à cultura, os VBCs fixados para a safra 1994/95 são, de modo geral, superiores às necessidades de recursos dos produtores. Somente ao se considerar o limite de financiamento de 80% proposto pelo Governo, essa situação modifica-se. Nota-se, contudo, que esse limite poderá ser de 100%, no caso dos produtores apresentarem projeto técnico capaz de assegurar aumento de produtividade maior ou igual a 5% sobre a produtividade média obtida nas três últimas safras normais.

O VBC fixado para a faixa de 1.601kg/ha a 2.000kg/ha deverá cobrir todo o montante de

recursos requeridos para a conclusão das lavouras, consideradas as DIRAs de Barretos e do Vale do Paranapanema, já que os COEs estimados pelo IEA para essas regiões e para a produtividade de 38sc./ha foram de R\$227,78/ha e R\$199,89/ha respectivamente (Tabelas 65 e 66).

A cobertura efetiva é menor quando se considera o limite de financiamento de 80%, que resulta em R\$185,14, devendo o restante das necessidades ser coberto por recursos próprios ou por outras fontes de financiamento da safra. Na DIRA de Barretos, a cobertura cai para cerca de 81% e na DIRA do Vale do Paranapanema, para 93%.

O custo operacional total (COT), estimado pelo IEA em R\$297,76/ha ou R\$7,83/sc. para a DIRA de Barretos e em R\$255,84/ha ou R\$6,73/sc. para a DIRA do Vale do Paranapanema, é coberto integralmente pelo preço mínimo fixado pelo Governo, de R\$8,14/sc. Isso significa que os produtores poderão ter sobra de caixa para fazer face aos custos de transporte, de administração e remuneração do capital.

Cabe lembrar também que para o Estado de Mato Grosso, o preço mínimo do Governo tem um deságio de 5%, situando-se em R\$7,73/sc.

Um ponto a se ressaltar é que a cultura da soja faz parte na safra 1994/95 do sistema de equivalência-produto para fins de financiamento do

TABELA 65 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 38sc. de 60kg, Divisão Regional Agrícola de Barretos, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	13,03	0,34	14,48	0,38	4,42
Sementes	34,20	0,90	38,00	1,00	11,61
Adubos e corretivos	65,80	1,73	73,11	1,92	22,34
Defensivos	18,93	0,50	21,03	0,55	6,43
Operação de máquinas	81,82	2,15	90,91	2,39	27,78
Transporte por empreita	14,00	0,37	15,56	0,41	4,75
Custo operacional efetivo (COE)	227,78	5,99	253,09	6,66	77,33
Depreciação de máquinas	37,58	0,99	41,76	1,10	12,76
Encargos sociais ²	4,30	0,11	4,78	0,13	1,46
Contribuição ao INSS ³	8,78	0,23	9,76	0,26	2,98
PROAGRO ⁴	9,57	0,25	10,63	0,28	3,25
Encargos financeiros ⁵	6,56	0,17	7,29	0,19	2,23
Custo operacional total (COT)	294,57	7,75	327,30	8,61	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,0%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (38sc. x R\$10,50).

⁴Refere-se a 7% do COE, considerando o limite de financiamento de 60%.

⁵Taxa de juros de 11% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 66 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Soja, por Hectare, Produção de 38sc. de 60kg,
Divisão Regional Agrícola do Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, Safra 1994/95

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	9,22	0,24	10,24	0,27	3,64
Sementes	38,00	1,00	42,22	1,11	15,02
Azubos e corretivo	50,90	1,34	56,56	1,49	20,11
Defensivos	27,07	0,71	30,08	0,79	10,70
Operação de máquinas	60,10	1,58	66,78	1,76	23,75
Transporte da produção	14,60	0,38	16,22	0,43	5,77
Custo operacional efetivo (COE)	199,89	5,26	222,10	5,84	78,99
Depreciação de máquinas	28,31	0,75	31,46	0,83	11,19
Encargos financeiros ²	4,63	0,12	5,14	0,14	1,83
Encargos sociais ³	3,04	0,08	3,38	0,09	1,20
PROAGRO ⁴	8,40	0,22	9,33	0,25	3,32
Contribuição ao INSS ⁵	8,78	0,23	9,76	0,26	3,47
Custo operacional total (COT)	253,05	6,66	281,17	7,40	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1994 (US\$1,00 = R\$0,90).

²Taxa de juros de 11% a.a..

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,0%).

⁴Refere-se a 7% do COE, considerando o limite de financiamento de 60%.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (38sc. x R\$10,50).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

custeio com base na garantia do produto físico. Por esse sistema, o produtor solicita ao banco recursos até o limite de R\$240.000,00 por cultura, adiciona a taxa de juros equivalente a sua categoria de produtor - 11% para médios e grandes e 6% para mini e pequenos produtores -, a taxa de 7% para o PROAGRO e a taxa de 2% de assistência técnica. O valor total é dividido pelo preço mínimo vigente e, assim, a dívida total de custeio passa a ser expressa em número de sacas de soja. O período médio desse contrato é de oito meses, com vencimento 30 dias após a colheita. Ao vencer o custeio, o produtor tem duas opções: a liquidação financeira do contrato ou sua transformação em dívida de comercialização.

No primeiro caso, ocorre o cancelamento da equivalência-produto e a conseqüente cobrança da TR acumulada no período (oito meses). No segundo caso, a opção para mini e pequenos produtores poderá ser a realização de contratos de AGF ou de EGF/COV, desde que apresente certificado de depósito do produto em armazém credenciado pela CONAB. Para médios e grandes produtores, a úni-

ca opção é fazer um contrato de EGF, cujo prazo de vencimento é de quatro meses. Ao término desse período, poderá ser feita a liquidação financeira do contrato, quando a cobrança da TR do período (doze meses) é incluída no montante a ser liquidado, ou a entrega física da soja pelo produtor em volume igual ao número de sacas estipulado no início do contrato de custeio.

O maior problema relativo a esse sistema é a limitação do recurso financiado por cultura (R\$240.000,00), que permitiria a um grande produtor financiar 1.037 hectares de soja e buscar no mercado outras fontes de financiamento. A opção, bastante procurada nos últimos dois anos, de financiamento através da venda antecipada de soja verde, deverá apresentar dificuldades, dado o elevado grau de inadimplência verificado no ano passado e, também, em grau menor, a queda das cotações internacionais e a defasagem cambial.

O estímulo à atividade este ano deverá vir da própria capitalização dos produtores, propiciada pela boa comercialização das últimas quatro safras e pela falta de opções mais rentáveis que a oleaginosa.

NOTAS

¹Pesquisadores Científicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

²O volume de recursos liberados para as demais finalidades foi de US\$0,44 bilhão para investimento e US\$1,3 bilhão para comercialização.

³É importante acrescentar que além desse volume de dinheiro do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), foram liberados recursos de outros programas oficiais de crédito, como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos Fundos Constitucionais e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), que somaram US\$1,82 bilhão no ano civil de 1993.

⁴Os beneficiários do PROVAPE são associações/grupos de produtores com área inferior a cerca de 60 hectares, com renda predominantemente agrícola, não-beneficiários de Programas dos Fundos Constitucionais ou PROCERA.

⁵É necessário frisar que o Sindicato das Empresas Extrativas, Industriais, Comerciais e Intermediadoras de Calcário, Cal e Derivados para Uso Agrícola, do Estado de São Paulo (SINDICAL) utiliza o termo consumo para referir-se ao somatório das vendas tanto das empresas associadas, como as não associadas ao SINDICAL, além do calcário proveniente de outros estados que é comercializado em território paulista, enquanto o termo vendas refere-se unicamente ao volume de calcário que é comercializado pela indústria produtora paulista dentro do próprio estado, considerando-se tanto aquelas empresas associadas como as não associadas ao SINDICAL.

⁶O Índice de Preços Recebidos pelos Produtores (IPR) sofre uma descontinuidade entre 1986 e 1987 em virtude da mudança de metodologia ocorrida nessa época. Como adverte a FGV, as duas séries, até 1986 e de 1987 em diante, não são comparáveis.

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1994/95
algodão, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho, soja

Anexo 1

Estimativas de Custo de Produção das Principais Atividades Agrícolas do Estado de São Paulo, Safra das Águas 1994/95

As estimativas de custo de produção têm como objetivo principal fornecer subsídios aos órgãos governamentais, financeiros, fornecedores de insumos aos produtores e suas organizações, tendo em vista a safra 1994/95.

Os procedimentos adotados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) no cálculo das estimativas são os de Custo Operacional de Produção, que engloba os desembolsos realizados pelos produtores durante o ciclo produtivo: sementes, adubos e corretivos, defensivos e herbicidas, mão-de-obra, combustíveis e lubrificantes, empreitadas, juros bancários, além das despesas indiretas referentes à depreciação de máquinas, encargos e seguro.

Como base de cálculo para essas estimativas, utilizam-se matrizes de coeficientes técnicos de uso de insumos para cada atividade em particular. Essas matrizes, por sua vez, são elaboradas a partir de levantamentos junto aos produtores, sofrendo revisões periódicas, notadamente, nos itens referentes ao uso de quantidade de insumos, tais como: defensivos, adubos, herbicidas, etc. Além disso, muitos outros itens de insumos são levantados no mercado, por ocasião da elaboração de cada estimativa.

Desse modo, os preços para as estimativas elaboradas referem-se àqueles praticados entre 16 e 20 de agosto de 1994 e foram apropriados segundo os critérios descritos a seguir.

- Mão-de-Obra

As diárias de mão-de-obra comum e tratorista foram levantadas nas principais regiões produtoras. Adotaram-se, nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de Campinas e Ribeirão Preto, 1,5 para

mão-de-obra comum e 2,0 salários mínimos para tratorista. Nas demais regiões, 1,0 salário mínimo para mão-de-obra comum e 1,5 para tratorista. Consideraram-se 24 dias úteis trabalhados e oito horas por dia de trabalho. Os valores da hora trabalhada estimada, sem encargos sociais, nas DIRAs de Campinas e Ribeirão Preto, foram de R\$0,55 para mão-de-obra comum e de R\$0,73 para tratorista. Nas demais regiões do Estado de São Paulo foram estimados em R\$0,36 e R\$0,55 para comum e tratorista, respectivamente, sempre considerando o salário mínimo de R\$70,00.

- Sementes

Os preços de sementes representam uma estimativa do mercado, exceto para a da cultura do algodão em que o Governo do Estado tem participação significativa no mercado de abastecimento.

- Fertilizantes e Defensivos

Os preços de fertilizantes e defensivos foram coletados nas firmas e cooperativas que comercializam os produtos regularmente.

- Máquinas e Implementos

No cálculo do custo diário de máquinas e implementos, consideraram-se as despesas de combustíveis e lubrificantes e filtros e reparos. Esse último item do custo operacional da máquina é calculado com base num percentual sobre os preços

da maquinaria nova, coletados nas firmas e que representam os preços médios de agosto.

A depreciação horária é estimada pelo método linear, considerando-se a vida útil da maquinaria, o número estimado de dias de uso anual e o valor residual.

- Encargos Financeiros

Os encargos financeiros foram estimados sobre o custo operacional efetivo (COE) para as culturas cujo nível de produtividade foram superiores ao maior nível para o qual se dispõe de Valor Básico de Custeio (VBC). Para as demais culturas foram considerados os respectivos VBCs.

Os custos com encargos financeiros foram estimados considerando-se metade do valor dos custos operacionais efetivos ou do VBC, de acordo com a parcela financiada e o ciclo de produção até a comercialização.

A taxa de juros considerada foi de 11,0% ao ano para os médios produtores, utilizados como referência.

- Encargos Sociais

Foram estimados sobre o valor da mão-de-obra comum e tratorista, assumindo que são pagos na folha de pagamentos dos salários, com um custo de 33%.

- Contribuição à Seguridade Social

Foi estimada sobre os preços médios da safra passada, considerando o rendimento da planilha e a taxa de 2,2% sobre a renda bruta, considerando-se o preço médio de venda futura, determinado para cada produto.

- PROAGRO (Seguro)

Foi considerada a taxa de PROAGRO sobre a parcela financiável do VBC ou do COE, específica de cada produto.

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1994/95

algodão, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho, soja

SINOPSE: O Prognóstico Agrícola da Safra 1994/95, realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), engloba as culturas de algodão, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho e soja. Traz no seu conteúdo análise das condições vigentes de financiamento da safra, comportamento dos mercados de insumos e máquinas agrícolas e perspectivas para a evolução do plantio de verão das culturas consideradas. Dentro do panorama atual, regularizadas as condições climáticas, o IEA projeta expansão de área para as culturas de algodão, feijão e milho e manutenção, ou pequena redução, da área cultivada com soja e amendoim, além da diminuição da área de mandioca. No caso do arroz, a área deverá ser a mesma nas regiões produtoras mais especializadas.

Palavras-chaves: prognóstico agrícola, mercado de insumos, mercado de produtos, financiamento agrícola, custo de produção.

AGRICULTURAL FORECAST 1994/95
cotton, peanuts, rice, beans, cassava, corn, soybean

ABSTRACT: The 1994/95 agricultural forecast harvest worked up by the Agricultural Economics Institute conglobates cotton, peanuts, rice, beans, corn and soybean crops. In it's contents inlays analysis of the harvest financing in force conditions, input and agricultural machinery market behavior and forecasts for considered Summer crops. In the over view, since climatic conditions are regularized, it is expected an expansion of area for cotton, beans and corn and the maintenance, or little reduction, of cultivated area with soybean and peanuts, beyond cassava. For rice, the area should be the same at more specialized production regions.

Key-words: agricultural forecast, input market, commodities, agricultural financing, production cost.